



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
AS FORMAS DE EXPRESSÃO DO CONSERVADORISMO NA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA REPRODUÇÃO NA PRÁTICA
PROFISSIONAL DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS DE JOÃO
PESSOA-PB.

TIANA DE JESUS ARAÚJO BORBA

JOÃO PESSOA/PB

MARÇO/2015

TIANA DE JESUS ARAÚJO BORBA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**AS FORMAS DE EXPRESSÃO DO CONSERVADORISMO NA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA REPRODUÇÃO NA PRÁTICA
PROFISSIONAL DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS DE JOÃO
PESSOA-PB.**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós Graduação em Serviço Social
da Universidade Federal da Paraíba
(UFPB) como requisito à obtenção do
título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Cleonice Lopes Nogueira

JOÃO PESSOA/PB

MARÇO/2015

B726f Borba, Tiana de Jesus Araújo.

As formas de expressão do conservadorismo na política de assistência social e sua reprodução na prática profissional dos(as) assistentes sociais nos CRAS de João Pessoa-PB / Tiana de Jesus Araújo Borba.- João Pessoa, 2015.

120f. : il.

Orientadora: Cleonice Lopes Nogueira

**AS FORMAS DE EXPRESSÃO DO CONSERVADORISMO NA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA REPRODUÇÃO NA PRÁTICA
PROFISSIONAL DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS DE JOÃO
PESSOA-PB.**

TIANA DE JESUS ARAÚJO BORBA

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós Graduação em Serviço Social
da Universidade Federal da Paraíba
(UFPB) como requisito à obtenção do
título de mestre em Serviço Social.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Cleonice Lopes Nogueira (Orientadora)

Universidade Federal da Paraíba- UFPB

Prof^a. Dra. Márcia Emilia Rodrigues Neves (Examinadora)

Universidade Federal da Paraíba- UFPB

Prof^a. Dra. Nivia Cristiane Pereira da Silva (Examinadora)

Universidade Federal da Paraíba-UFPB

JOÃO PESSOA/PB

MARÇO/2015

Dedico este trabalho

A meu marido, companheiro de todas as horas: Thiago de Sousa Silva.

A meus queridos pais, pois sem eles nada disso seria possível: José Marcos
Chaves Borba e Norma Araújo Borba.

A meu irmão pelo exemplo de dedicação e comprometimento de toda uma
vida: Tiago Emílio Araújo Borba.

A minha orientadora pelo apoio, carinho e dedicação durante toda essa
jornada: Cleonice Lopes Nogueira.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus, ao Universo, as forças da natureza, ou a força maior que move esse mundo pela minha existência, saúde e motivação para concluir esse trabalho tão importante e que por tanto tempo foi a meta de minha vida.

Agradeço ao meu marido pelo amor, amizade, parceria, por ser meu alento nas horas de stress e desespero e acima de tudo por ser meu principal incentivador na concretização desta meta de vida.

Agradeço a meus pais pelo amor, carinho, compreensão e incentivos nessa fase tão importante e às vezes dura da minha construção pessoal e profissional.

Agradeço ao meu irmão por ser um exemplo vivo pra mim, de pessoa comprometida, dedicada e determinada, mesmo em meio às adversidades, na concretização de seus objetivos

Agradeço a amiga que construí no mestrado: Wanessa Pereira, pelo apoio, parceria, solidariedade e carinho por mim.

Agradeço a minha orientadora por me guiar, acompanhar, corrigir e incentivar nesse processo, pois sem ela nada disso seria possível.

Agradeço também as assistentes sociais dos CRAS de João Pessoa- PB, pelas contribuições fundamentais na construção e conclusão deste trabalho.

E não poderia deixar de fazer um agradecimento especial ao Profº. Dr. Dimas Lucena e a Fabiana Alcântara por acreditarem em meu potencial, antes mesmo da conclusão deste trabalho. Não tenho palavras para agradecer!

Por fim, gostaria de agradecer ao CAPES pelo apoio financeiro, através da viabilização da bolsa, que de fato foi fundamental na concretização deste trabalho.

RESUMO

A dissertação propõe uma discussão acerca das formas de expressão do conservadorismo na prática profissional dos (as) assistentes sociais dos CRAS de João Pessoa-PB. O estudo tem como objeto de pesquisa as assistentes sociais, que trabalham nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de João Pessoa, cujo recorte temporal é o ano de 2015. A pesquisa caracterizou-se por ser de natureza quali-quantitativa, fundamentada em fontes teóricas de vertente crítico-dialético, para apreensão do movimento da realidade. Abordamos assim as formas de expressão do conservadorismo, desde a sua forma “clássica” até as versões contemporâneas que reatualizam e ampliam suas expressões no âmbito da Proteção Básica da Política de Assistência Social, por entendermos que a prática profissional está assentada em relações conservadoras na política de assistência social, as quais assumem características operacionais pautadas em mecanismos de intervenção que acabam por reproduzir traços conservadores que, por sua vez, atendem a interesses de segmentos da classe dominante. Desse modo a política de assistência social reproduz relações de controle social, na medida em que se materializa como programas compensatórios de “combate à pobreza”, assumindo um caráter seletivo e fragmentado que se limita a minimizar os níveis de empobrecimento.

Palavras Chaves: Prática profissional, Política de Assistência Social, CRAS, Conservadorismo.

ABSTRACT

The dissertation proposes a discussion about the forms of expression of the conservatism in the professional practice of the social workers from the CRAS of João Pessoa-PB. The study has as a research subject the social workers that work in the Reference Center of Social Assistance (CRAS) of the municipality of João Pessoa, whose time frame is the year of 2015. The research is characterized for being of a qualitative and quantitative nature, grounded in theoretical sources of the critical-dialectical dimension, for the apprehension of the movement of the reality. We approach in this way the forms of expression of the conservatism, since its “classic” form until the contemporary versions, that renews and expand its expressions in the framework of the Basic Protection of Social Welfare Policy, because we believe that the professional practice is signed in conservative relations in the social welfare policy, which assume operational characteristics guided by intervention mechanisms that end up reproducing conservative traits that, in turn, serve segments of the ruling class. Thus the policy of social work reproduces the control of social relations, insofar as it emerges as “anti-poverty” compensatory programs, assuming a selective and fragmented character that merely minimizes the levels of impoverishment.

Keywords: Professional Practice, Social Welfare Policy, CRAS, Conservatism.

LISTA DE SIGLAS

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

DAS – Diretoria de Assistência Social

DESSAN – Diretoria de Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional

DIPOP – Diretoria de Organização Comunitária e Participação Popular

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	15
1.1 Breve Resgate Histórico A Respeito Do Conservadorismo No Serviço Social	15
1.2 Determinações Históricas do Conservadorismo “Clássico” e Moderno (ou Neoconservadorismo)	16
1.3 O Neoliberalismo Brasileiro e seus Reflexos na Política Social: avanços e conservadorismo	33
1.4 A Reprodução do Conservadorismo na Política de Assistência Social	39
1.5 Contradições postas à Política de Assistência Social	46
1.6 Os Reflexos do Conservadorismo na Política de Assistência Social e nas Práticas Profissionais Inseridas nesse Contexto	49
CAPÍTULO II	53
2.1 As Particularidades e Contradições da Política de Assistência Social e sua Relação com o Exercício Profissional dos Assistentes Sociais nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)	53
2.2 A Assistência Social no Contexto do Município de João Pessoa-PB	62
2.3 A Assistência social no Contexto dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), no do Município de João Pessoa-PB.	63
2.4 Relações Teoria/Prática: Concepções e Desafios na Experiência das Assistentes Sociais dos CRAS de João Pessoa-PB	69
CAPÍTULO III	75
3.1 As Formas De Expressão Do Conservadorismo Na Prática Dos Assistentes Sociais Nos CRAS De João Pessoa-PB: a dinâmica de uma realidade contraditória.....	75
3.2 Perfis das Assistentes Sociais Entrevistadas	77
3.3 A Prática Profissional frente ao Projeto Ético-Político	86
3.4 Questões Relacionadas à Formação Profissional	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
APÊNDICES.....	115
ANEXOS	121

INTRODUÇÃO

Foi tomada como ponto de partida para esse estudo a investigação sobre as formas de expressão do conservadorismo na Política de Assistência Social e sua reprodução na prática profissional dos(as) assistente social.

A escolha da Política de Assistência Social, como espaço concreto do estudo e como recorte de análise teórico-política deveu-se, a razão desse espaço representar o locus privilegiado da prática profissional dos assistentes sociais e contraditoriamente umas das políticas sociais, mais submetidas aos ataques do neoliberalismo.

Em face de ser, essa pesquisa, desenvolvida no estado da Paraíba - localizado na região nordeste, considerada a mais pobre do país, é possível prever que o impacto da política da Assistência Social nesse contexto social é significativo, sobretudo em decorrência do ampliado processo de empobrecimento e de desproteção social que lhe caracteriza. As raízes desse problema remontam as características da formação histórica da região, marcada pelo: clientelismo, patrimonialismo, analfabetismo, subalternidade, fome e desemprego.

A luz dessas particularidades, na sua relação com seus determinantes históricos universais, buscou-se analisar, a prática profissional dos (as) assistentes sociais no âmbito da Política de Assistência Social, especificamente no âmbito da Proteção Básica do município de João Pessoa (nos CRAS). Na busca de identificação das determinações desse contexto, tomamos em consideração as características originárias de sua história de subdesenvolvimento, tendo em vista seu passado agrário, marcado por distintas formas de exploração, que, por conseguinte trouxeram repercussões para a formatação da Política de Assistência Social e para a prática profissional dos(as) assistentes sociais inseridos nessa política.

Entendemos que historicamente a prática profissional sempre esteve assentada em relações conservadoras que demarcam a formatação assumida pela política de assistência social, as quais assumem características operacionais pautadas em mecanismos de intervenção, que acabam por reproduzir seus traços conservadores, os quais atendem aos interesses de segmentos da classe dominante. Desse modo, a referida política reproduz relações de controle social, na medida em que se materializa como programas

compensatórios de “combate à pobreza” (na verdade de controle da pobreza). Nesse âmbito tem assumindo um caráter seletivo e fragmentado, que se limita a minimizar os níveis de empobrecimento, cujo objetivo efetivo é conter os conflitos de classes e, por conseguinte, assegurar a reprodução do capital.

Diante desse entendimento, despertamos para a curiosidade científico-investigativa de conhecer as características da prática profissional dos(as) assistentes sociais inseridos na política de assistência social, especificamente nos CRAS, buscando investigar como o conservadorismo presente nessa política impacta o exercício profissional, concedendo-lhe a feição necessária a uma prática reprodutora do projeto societário em vigor.

Essa pesquisa configura-se como um estudo de campo, de ordem qualitativa, com um recorte de em 60% dos(as) assistentes sociais inseridos nos CRAS de João Pessoa. A coleta de dados efetivou-se por meio de entrevista direta, apoiada em um roteiro semi-estruturado, junto os(as) assistentes sociais dos CRAS de João Pessoa. A ordenação dos dados foi realizada com a sistematização de quadros de tendências, nos quais as falas dos(as) profissionais foram separadas de acordo com essas tendências de posturas apresentadas e em seguida classificadas e analisadas a partir da análise dos discursos e das categorias teóricas por meio das quais se expressam. A análise teórica dos dados se fez a luz do referencial de inspiração marxista, cuja tarefa exigiu do pesquisador uma revisão bibliográfica a partir de obras de referência na temática. Na leitura analítica de Minayo (2013, p. 26):

O trabalho de campo consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada (...). Essa fase combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção de teoria. O trabalho de campo é uma fase tão central para o conhecimento da realidade que Lévy- Strauss (1975) o denomina “ama de leite” de toda a pesquisa social.

Em linhas gerais, a pesquisa se propôs a resgatar e apresentar as formas de expressão do conservadorismo presentes na prática profissional dos (as) assistentes sociais dos CRAS de João Pessoa. Essa tarefa partiu da convicção do pesquisador de que esse é um espaço onde também se expressa concretamente o projeto ideológico e social burguês, favorável à conservação da ordem capitalista. De acordo com IAMAMOTO (2013, P. 26):

O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de idéias constitutivas da herança intelectual européia do século XIX, mas de idéias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade.

Muito dessa convicção vem dos estudos referentes à temática e da própria experiência profissional da pesquisadora no âmbito desse espaço sociocupacional, onde pudemos experienciar as pressões e primazia do poder institucional, em detrimento do saber profissional. Nesse sentido o objetivo principal da dissertação converte-se em analisar as formas de manifestação do conservadorismo presentes na política de assistência social e os seus reflexos na prática profissional dos assistentes sociais, que trabalham nos CRAS de João Pessoa-PB, examinando as suas feições e níveis de expressão na prática dos profissionais. Para tanto, fez-se necessário analisar os traços de conservadorismo que caracterizam princípios e diretrizes dos projetos de assistência social desenvolvidos nos CRAS de João Pessoa e o patamar em cujas relações são desenvolvidas. Além disso, constituiu tarefa desse estudo a identificação do posicionamento teórico-metodológico e ídeo-político dos assistentes sociais, inseridos no processo de implementação das políticas de assistência social, assim como os procedimentos técnico-operativos adotados no cotidiano profissional, de modo a verificar o direcionamento político do exercício profissional, assim como, os reflexos do conservadorismo na prática profissional no atendimento às demandas, e ainda o seu poder de direcionamento da prática profissional.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro volta-se para a fundamentação teórica da pesquisa e recupera a questão das determinações históricas do conservadorismo “clássico” e moderno ou (neoconservador), o neoliberalismo brasileiro e seus reflexos na política social, a reprodução do conservadorismo na política de assistência social e as contradições postas à Política de Assistência Social.

O segundo capítulo discute a prática profissional dos(as) assistentes sociais propriamente dita e os desafios para implementar o direcionamento social da profissão, em razão do conteúdo neoliberal presente nas instituições vinculadas à Política de Assistência.

No terceiro capítulo é feita uma exposição e análise dos dados da pesquisa, demonstrando as tendências de concepções presentes nos depoimentos, além de depoimentos elucidativos das relações e condições objetivas inerentes na realidade concreta, vivenciada no cotidiano institucional e nas relações interinstitucionais e com o público usuário dos serviços assistenciais. Em seguida perseguiremos com a apresentação das conclusões finais, indicando as formas de expressões do conservadorismo presentes na prática institucional e do Serviço social. Finalizamos com as referências bibliográficas da dissertação.

Essa experiência nos proporcionou uma riqueza de conhecimentos, a respeito do tratamento dado aos profissionais de Serviço Social na esfera da Proteção Básica da Política de Assistência Social no município e consequentemente as limitações impostas pela estrutura institucional na viabilização de direitos sociais e na materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social, ou sua impossibilidade, como decorrência da falta de condições objetivas, da utilização eleitoreira da política de assistência social, da precarização dos vínculos trabalhistas, da desvalorização profissional e da lógica produtivista no atendimento as demandas.

Por fim, a aproximação direta com a realidade e os estudos relativos ao tema nos possibilitou o fortalecimento da convicção de que o conservadorismo é um dado real e presente dentro dessa esfera no município de João Pessoa.

CAPITULO I

1.1 Breve Resgate Histórico A Respeito Do Conservadorismo No Serviço Social

O tema a ser desenvolvido privilegia a discussão, a cerca do resgate dos elementos que, essencialmente, caracterizam o conservadorismo, desde a sua forma “clássica” até as versões contemporâneas, que reatualizam e ampliam suas expressões, resultando no que denominamos de conservadorismo moderno. Essa discussão é fundamental para o Serviço Social, tendo em vista que historicamente “nascemos” comprometidos sociopoliticamente com a perspectiva conservadora, de bases confessionais, articulado a doutrina social do laicado da Igreja Católica no início da década de 1930, além de termos historicamente vivenciamos vários outros momentos da vertente conservadora e que foram notavelmente combatidos pelo coletivo profissional, como em meados de 1960, durante a conjuntura ditatorial brasileira, o Serviço Social foi conduzido pela categoria profissional a repensar e renovar-se das influências teórico-políticas conservadoras, que se caracterizou como um avanço para a profissão, em virtude de ter trazido para o cenário profissional, a renovação de um conjunto de características, que antes eram alicerçadas na tradição conservadora.

Desse modo, fica evidente a relevância histórica, teórico-metodológica e ético-política do estudo do conservadorismo, para a profissão, tendo em vista que esta é uma temática que nos é preciosa, a fim de compreendermos a herança conservadora da qual surgimos e de cujos paradigmas rompemos, à medida que no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a profissão caminhou rumo à construção das bases do movimento de intenção de ruptura, que direcionou o Serviço Social para o rompimento com o conservadorismo, parafraseando NETTO (2011, P. 256):

De fato, os vetores erosivos que, no Serviço Social, operavam contra o tradicionalismo desde o fim da década de cinquenta sinalizavam que a profissão começava a ser permeada por rebatimentos das lutas sociais que apontavam para a problematização do conservadorismo que, inscrito já na sua

implantação como prática institucionalizada no país, parecia constituir o seu caráter congênito e imutável.

Logo percebe-se que as reflexões a cerca das problematizações do conservadorismo são uma das principais dimensões de reflexão teórica do Serviço Social, em razão de nossas concepções herdadas do passado estarem medularmente conectadas ao compromisso interno com a vertente conservadora.

Embora contemporaneamente a profissão já tenha rompido com o conservadorismo e alcançado um arcabouço teórico-metodológico e ético-político de viés crítico, embasado na tradição marxista, ainda assim o Serviço Social tem sofrido ataques oriundos do ideário neoliberal, que tensiona os profissionais na efetividade de sua prática a assumirem posturas conservadoras, o que traz para a categoria o perigo do retorno às velhas práticas e conseqüentemente do ressurgimento do conservadorismo sob novas roupagens.

1.2 Determinações Históricas do Conservadorismo “Clássico” e Moderno (ou Neoconservadorismo)

O pensamento conservador “clássico”, configura-se face às transformações operadas pela Revolução Francesa. Segundo Hobsbawm (1989), a Revolução Francesa é oriunda das condições gerais da Europa, mas fundamentalmente das condições específicas vivenciadas pela França, pois, embora a França não fosse uma potência como a Grã-Bretanha, não deixava de ser uma importante nação dentre as velhas e aristocráticas monarquias absolutistas da Europa. Sendo assim, “o conflito entre a estrutura oficial e os interesses estabelecidos entre o velho regime e as novas forças sociais ascendentes era mais agudo na França do que em outras partes [...]” (HOBBSAWM, 1989, p. 71-73).

A emergência da Revolução Francesa inaugurou o surgimento de uma “nova era”, pois a dominação da nobreza aristocrática e de seus sistemas de privilégios determinados pelo nascimento sucumbiu em virtude da situação de extrema miséria a que os trabalhadores eram submetidos, o que culminou num

elevado nível de insatisfação popular, que mobilizou as massas para a luta contra o regime monárquico.

Desse modo, a população francesa se organizou e iniciou um processo revolucionário, o qual operou mudanças radicais na estrutura do poder estatal o que permitiu significativas alterações no campo das ideias. Nessa perspectiva, o movimento iluminista torna-se a maior expressão intelectual, tendo em vista sua força na promoção da decadência do pensamento clerical, que antes tinha significativa importância nas decisões políticas da aristocracia absolutista.

O pensamento iluminista abraçou o projeto de modernidade planejado durante o século XVIII, onde o homem era o promotor do desenvolvimento da ciência, moral e leis, desvinculando-se assim das amarras de leis sobrenaturais, no qual o homem era refém do próprio destino. Neste entendimento Kant (1990, p. 271):

O homem faz parte da natureza, mas a observação mostra que é ele um ser capaz de modificar o seu curso; é fruto do meio e, no entanto pode ser transformado pela educação, pelas luzes e capaz de reformar a própria sociedade. Sem providência divina, sem causa final sobrenatural, ele é senhor de seu destino.

O movimento iluminista trouxe consigo respostas filosóficas para questões que antes eram traduzidas sob a óptica da fé e do sobrenatural, fazendo emergir assim a lógica, por meio da racionalidade formal-abstrata - expressão importante do movimento intelectual da época, pois trouxe o surgimento de um novo paradigma – o racionalismo –, que considera o homem como o centro do conhecimento e responsável pela construção e propulsão do saber.

Para Kant, o iluminismo corresponde ao período de maturidade intelectual do homem, onde este servi-se de seu próprio entendimento, sem necessitar recorrer à direção de outro (Kant (1990, p. 271)).

Esse momento é inclusive o marco histórico em defesa do uso da razão para a interpretação da realidade. Nesse sentido, os filósofos da época, buscavam iluminar a razão dos homens no tocante aos valores e significados da sociedade, que era eminentemente pautada por interpretações de teor metafísico. Não é a toa, que a sociedade feudal ficou popularmente conhecida

como “idade das trevas”, tendo em vista a obscuridade, em que o pensamento dominante era imerso, pois os dogmas e mistificações religiosas eram a expressão máxima de interpretação da realidade, logo qualquer lógica contrária seria brutalmente combatida, com prisões, perseguições, exílios e mortes.

O pensamento iluminista contribuiu para a crítica ao regime absolutista, inclusive esse pensamento contribuiu também com a construção do programa político da revolução francesa, através de seus ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Parafraseando Kant (1999, p. 290):

A burguesia também possuiria um programa político: os ideais das Luzes, resumidos no lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Estas três palavras significariam a fraternidade entre os burgueses para conquistar a liberdade de empreendimento em igualdade de condições, sem os monopólios ou privilégios que eram concedidos pelo rei a certos grupos.

Em virtude dessa conjuntura, novas formas de pensar foram engendradas para dar respostas às inquietações humanas, que antes eram justificadas por meio de concepções teocêntricas embasadas na metafísica. No entanto, com o advento da Revolução Francesa e do pensamento iluminista, o racionalismo é formulado e traz um novo modelo de sociedade, pautado na crença do progresso por meio do uso da razão, calcado numa visão de mundo antropocêntrica.

A partir dessa concepção o conhecimento é confeccionado pelas vias da razão e a mesma torna-se uma propriedade da “racionalidade”, pois esta se configura como articulação entre procedimentos intelectivos, que ultrapassam a dimensão aparente. De acordo com GUERRA (2014 p. 78-79):

O conhecimento pela via da razão opõe-se ao conhecimento imediato; pressupõe a síntese de elementos contraditórios, numa relação de continuidades e rupturas, mas que mantém um núcleo imanente, sua essência ou substância. (...) A “racionalidade”, enquanto uma propriedade da razão vincula-se às formas de concebê-las; por isso, tem na razão o seu fundamento de determinações, que é a expressão da própria realidade.

A esse respeito, concluímos que a Revolução Francesa e o pensamento iluminista que lhe dá materialidade é o momento de consolidação da sociedade burguesa, mas também se configura como um momento de choque de propostas, em razão de ser fruto da vontade e consciência, dos homens livres da época.

A respeito particularmente da razão moderna, moldada sob o viés formal-abstrato, podemos afirmar, que este é o paradigma que funda a sociabilidade burguesa e consequentemente inaugura uma nova era, que traz consigo uma renovada concepção de história, cujo terreno é a liberdade humana.

O pensamento formal-abstrato, derivado da revolução francesa, embora tenha se constituído um avanço em relação ao período absolutista com a ascensão dos burgueses ao poder, estes corromperam seus princípios e transformaram-se em opressores cujas ideologias destinam-se a manutenção do status quo. Inclusive a lógica desse pensamento naturaliza a exploração do homem pelo homem, que segundo GUERRA (2014, p. 94 e 100), o pensamento de Émile Durkheim (1858-1917) é tributário do paradigma formal-abstrato na análise das estruturas sociais e este naturaliza o processo histórico, transformando a sociabilidade dos homens em produto de uma evolução natural resultado da total adaptação dos indivíduos às instituições que, sendo-lhes anteriores, encontram-se legitimadas a exercer o grau de coação necessário a manutenção da ordem. A moral é princípio e fundamento da solidariedade entre os homens e habita a natureza humana.

Assim, a Revolução Francesa se diferenciou das demais revoluções ocorridas no mundo, porque seus fundamentos (Liberdade, Igualdade e Fraternidade) baseavam-se numa perspectiva de raiz social que almejava a transformação radical da sociedade, não só na estrutura de poder, mas da própria configuração societária posta. A mudança de paradigmas que a Revolução Francesa trouxe para a sociedade ocidental culminou na evolução do pensamento filosófico medieval, cuja justificação era a “vontade divina” e o homem, por sua vez, um mero espectador das consequências das ações da divindade.

Segundo Escorsim (2011), é consenso entre boa parte dos analistas que a noção de conservadorismo surge a partir da Revolução Francesa,

considerando o conservadorismo como uma resposta direta do regime feudal e do poder clerical a esse processo revolucionário, resposta esta utilizada como defesa contra as forças da Revolução Francesa.

Desse modo, o pensamento conservador tem sua origem na gênese da configuração da sociedade burguesa, segundo Escorsim (2011, p. 40-41):

O pensamento conservador, tal como o entendemos aqui, não é um “estilo de pensamento” intemporal, a – histórico, encontrável em qualquer tempo e em qualquer sociedade. Nem se confunde com quaisquer formas intelectuais e comportamentais que valorizam, sancionam e defendem o existente - formas a que cabe a denominação de *tradicionalismo*. Antes, o pensamento conservador é uma expressão cultural particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciosos: *o tempo e o espaço da sociedade burguesa*- configuração que deve ser tomada como uma “rica totalidade de determinações e relações diversas” (Marx, 1982, p.14) e em que operam movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais (grifos do autor).

Em outras palavras, esse é um movimento de emergência de uma nova cultura, que traz modificações fundamentais na estrutura social da Europa do século V e que está perpassado por contradições com a ordem feudal. Nessa direção, Escorsim (2011, p. 41) afirma que: “[...] emerge uma *cultura* cujos principais vetores guardavam um enorme potencial de contradições com a ordem feudal” (grifo do autor).

Essa cultura é moldada à luz do racionalismo, que buscou o rompimento com a história e com as grandes narrativas, além disso acolheu o humanismo, a secularização e a dessacralização do mundo. Parafraseando HARVEY (1998, P. 23):

O pensamento iluminista (e, aqui, sigo Cassirer, 1951) abraçou a ideia do progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade. Foi, sobretudo, um momento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões.

O pensamento iluminista trouxe ainda a ciência como campo de produção do conhecimento e da tecnologia, situando sua importância para a sociedade burguesa, à medida que esta é pautada na indústria, sendo assim

fundamental para o desenvolvimento do fenômeno de industrialização, que a burguesia trouxe para a sociedade moderna e que lhe possibilitou conquistar a hegemonia econômico-social, necessária para a superação da sociedade feudal. Tendo conseguido a hegemonia, a burguesia ganha força para promover uma revolução de caráter política, em que o Estado feudal é destruído e eis que surge o Estado nos moldes burgueses.

A respeito da revolução política é preciso, que se esclareça seu caráter central no processo da Revolução Francesa, à medida que ela coroa todo o processo da revolução e traz consigo as transformações nas relações de poder político, que antes eram pautadas na relação entre nobreza, clero e camponeses, onde esses últimos não tinham qualquer medida de poder, sendo assim submetidos às vontades de um estrato ou outro.

De acordo com Escorsim (2011, p. 43-44):

A revolução política, que coroa todo este processo (Inglaterra 1688; França, 1789), assinala que a hegemonia econômico-social se completa com a hegemonia política. Com a revolução política, a burguesia destrói o Estado feudal e molda o seu Estado (cuja primeira expressão jurídico-política acabada aparece no Código Napoleônico, de 1804).

A nobreza e o clero se constituíam como elementos organizadores da sociedade, seguidos de amplo poder político e de extensão de privilégios em detrimento do restante da população, o que a longo prazo provocou insatisfações e revoltas, que tornaram o regime insustentável. Nesse sentido TOCQUEVILLE (1989, p. 123–124):

Por ser de data nova e de baixo nascimento, a administração reagia com timidez aos obstáculos que encontrava no seu caminho. Esse espetáculo impressiona quando lemos a correspondência dos ministros e intendentos do século XVIII e vemos como este governo tão preponderante e absoluto enquanto não se contesta a obediência perturba-se quando surge a menor resistência, como o menor ruído o amedronta e como então para, hesita, parlamenta, transige e situa-se muitas vezes bem aquém de seu poder. [...] Os príncipes jamais imaginaram que se pensasse em destroná-los. Não tinham essa natureza inquieta e dura que o medo muitas vezes emprestou, desde então, aos governantes. Só esmagavam as pessoas que não viam.

Logo o poder absolutista passa a ser questionado e a ação revolucionária começa sua empreitada, a fim de transformar as estruturas sociais e políticas, e nessa direção os pensadores adeptos da revolução como Hobbes e Locke, trazem à luz a ideia de “leis naturais”, que de acordo com HOBBS (2009, p. 98) seria:

A lei natural (Lex naturalis) é a norma ou a regra geral estabelecida pela razão que proíbe o ser humano de agir de forma a destruir sua vida ou privar-se dos meios necessários a sua preservação. Em vista da confusão entre jus e Lex, direito e lei, feita pelos que têm tratado desse assunto, é preciso fazer distinção entre esses enunciados. Assim, o direito é a liberdade de agir ou de omitir, enquanto a lei obriga a agir ou omitir. Portanto, entre a lei e o direito há a mesma diferença que existe entre a obrigação e a liberdade, que são incompatíveis quando dizem respeito à mesma matéria.

Para Locke os homens são livres e iguais por natureza, mas no que se refere à liberdade, todos estão sujeitos à lei de natureza, ou seja, cada um é livre para fazer o que achar plausível sobre si mesmo, desde que essa liberdade particular não prejudique os demais e a Revolução Francesa segue essa lógica, que conseqüentemente julga incoerente e injusto o poder absolutista, porque confere “direitos divinos” a uma pessoa para dirigir uma nação.

O objetivo principal da revolução política era libertar o homem desse poder arbitrário que separava os homens, por meio de uma hierarquia, cujo critério máximo era o nascimento. E, por conseguinte, abolir os privilégios de castas e instaurar a liberdade natural dos homens.

Como pudemos observar a burguesia, em seus primórdios, tinha um caráter revolucionário, que viabilizou conquistas grandiosas para humanidade, como a superação do regime absolutista e seu sistema de castas; a conquista dos ideais de liberdade, igualdade (pois todos os indivíduos passam a ser considerados cidadãos, independente da origem familiar em que o sujeito nasce) e fraternidade; os avanços da ciência e da tecnologia etc.

Enfim, a revolução burguesa tinha um caráter progressista que viabilizou uma transformação societária, no entanto, por volta de 1830, a burguesia

renuncia a seus princípios, dando início ao que Escorsim (2011, p. 47) chama de “movimento de refuncionalização” cultural, em que a cultura moderna deixa de ser revolucionária e passa a ser redimensionada para servir aos interesses da manutenção do seu *status quo*. Ou seja, refuncionaliza-se os objetivos da cultura moderna e agora a dimensão revolucionária é considerada subversiva e substituída pelo caráter de dominação de classes.

O abandono do ideal progressista traz também a renúncia de sua “missão histórica” revolucionária, convertendo, assim, a burguesia em classe dominante. Para melhor compreendermos esse processo, Escorsim 2011 (p. 46-47) esclarece que:

Cumprida a missão histórica progressista e revolucionária, a burguesia, convertida em classe dominante, deixa de representar os interesses do conjunto da sociedade e é levada à defesa de seus estritos interesses particularistas. O protagonismo revolucionário da burguesia cede lugar a um desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições sociais que criou.

Essa nova conjuntura histórica, traz mudanças significativas nas aspirações burguesas que outrora se constituía como segmento revolucionário, mas ao se apropriar das estruturas de poder, rompe radicalmente com seu potencial revolucionário, sendo assim o pensamento burguês transmuta-se em conservador. Nessa direção Escorsim (2011, p. 49) afirma: “[...] o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução - ou seja, o pensamento conservador passa a se definir como contrarrevolucionário”.

Dentro dessa perspectiva, os ideais que eram “bandeira de luta” outrora, como a liberdade, passam a ser substituídos pela liberdade restrita; a democracia plena passa a ser considerada perigosa demais e o paradigma da racionalidade formal-abstrata traz a perspectiva da desigualdade, enquanto elemento necessário e natural.

Em outras palavras, o pensamento conservador clássico aposta na decadência do paradigma da razão, pois, conforme Coutinho (2010, p. 21):

Na história da filosofia burguesa, é possível discernir com relativa nitidez duas etapas principais. A primeira, que vai dos pensadores renascentistas a Hegel, caracteriza-se por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da

elaboração de uma racionalidade humanista e dialética. A segunda, que se segue a uma radical ruptura, ocorrida por volta de 1830-1848 é assinalada por uma progressiva decadência, pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior, algumas definitivas para a humanidade, como é o caso das categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética.

É interessante observar o antagonismo que marca a evolução da sociedade burguesa, já que, num dado momento, o pensamento burguês representou os interesses do setor subalternizado da sociedade no combate à monarquia absolutista. No entanto, com o desenvolvimento de suas forças produtivas burguesas, há uma inversão da conjuntura, pois a burguesia torna-se a maior fonte de alienação humana, como afirma Coutinho (2010, p. 21):

O antagonismo entre progresso e reação, que marca desde as origens a evolução da sociedade burguesa, apresenta, a partir de 1848, um novo aspecto: as tendências progressistas, antes decisivas, passam a subordinar-se a um movimento que inverte todos os fatores de progresso (que certamente continuará a existir) ao transformá-los em fonte do aumento cada vez maior da alienação humana.

Então, ao se tornar conservadora, a burguesia passou a buscar sua justificação e perpetuação teórica através de aportes ideológicos, que propagam a mercantilização de todas as esferas da vida, a universalização do dinheiro e a fetichização dos processos de reprodução social, para que, assim, não sobre espaço-tempo para uma revolução. Dentro dessa linha de raciocínio, Santos (2007, p. 29) afirma que:

Tudo é cada vez mais mercantilizável, inclusive os males que o próprio capitalismo produz. Os tranquilizantes químicos têm seu consumo em alta. A indústria da segurança privada é alimentada pela violência urbana. Os seguros-saúde fazem parte de um mercado que lucra com o desmantelamento do sistema público de saúde e das políticas de prevenção de doenças; isso para não falar da indústria farmacêutica. A educação, também sofrendo os mesmos ataques, torna-se um artefato de luxo. O rastro da busca de um lugar no mercado é explorado pelo mercado editorial, que oferece um bom número de livros especializados no assunto.

Podemos concluir, então, que a Revolução Francesa foi uma importante vertente de luta contra o regime absolutista empreendida pela burguesia, mas

que sofreu uma inflexão ao passo que assumiu uma atitude de defesa da manutenção de uma ordem social que é contrária a todos os princípios que guiaram os ideais da Revolução. De acordo com Escorsim (2011, p. 69):

[...] o pensamento conservador, em seu período clássico, que cobre da Revolução Francesa (1789) à Primeira Guerra Mundial (1914), como importante e complexa vertente ídeo-político-cultural, avançou da recusa da ordem social construída pela burguesia revolucionária para uma atitude de defesa da ordem burguesa consolidada.

O desenvolvimento do pensamento conservador consistiu em assumir uma perspectiva antirrevolucionária com sugestões reformistas, que tem auxiliado na manutenção da ordem social. Agora, na contemporaneidade, o conservadorismo se recicla e assume uma forma disfarçada, pois não se apresenta como conservadorismo propriamente dito. Nesse sentido, Escorsim (2011, p. 17) diz que:

[...] o conservadorismo contemporâneo apresenta inúmeros traços de que carece o conservadorismo “clássico” e são tantos, que fazem da constelação conservadora atual algo bastante diverso daquela do século XIX. A característica mais imediata do conservadorismo contemporâneo [...] consiste em que ele não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores.

Relacionado a isso, podemos perceber um nexo de continuidade do conservadorismo clássico à nova roupagem do conservadorismo que escamoteia a realidade, pois este último proporciona uma síntese das características do primeiro. Este fato denomina-se como “neoconservadorismo” ou “reatualização do conservadorismo”.

Dentro dessa perspectiva, a burguesia abandona seu posicionamento “progressista”, que, inclusive, lhe garantia um grande potencial questionador da ordem social estabelecida, para, assim, legitimar as contradições da nova ordem de direcionamento em processo de consolidação – a natureza conservadora da sociedade capitalista. Por conseguinte, percebemos uma mudança da função histórica do conservadorismo após a revolução de 1848, no sentido de que este ganhar o caráter de apoio ideológico para estruturar a nova sociedade construída pela revolução francesa. Sendo assim, diferente do

conservadorismo “clássico” o neoconservadorismo mascara suas contradições, evitando a possibilidade de uma revolução societária, haja vista que com a constituição do capitalismo, especificamente o capitalismo maduro, o pensamento dominante se pauta na ideologia neoliberal, que é um subproduto da ideologia pós-moderna, onde os valores se estabelecem na apreensão fragmentada da realidade, em relações sociais efêmeras e superficiais, na insegurança e instabilidade. Logo a ideologia neoliberal exerce um papel ativo no enfrentamento das tensões sociais, a fim de manter a ordem social, cujas raízes dessa matriz de pensamento são conservadoras, ou melhor, neoconservadoras, pois ela traz um novo ethos fundado na posse e valorização privada de objetos em detrimento das relações humanas.

O ethos burguês traz consigo um modo de ser, adequado às relações sociais burguesas, que é determinada pelo individualismo, consumismo e competição, na qual a igreja é o shopping (templo do consumo e vaidades) e o mundo real é substituído pelo mundo virtual. Assim sendo, o neoconservadorismo busca a sua legitimação por meio desse aporte ideológico e cultural, que criminaliza a pobreza e a “combate” pelas vias da repressão aos trabalhadores, trazendo para a consciência do coletivo a ideia de guerra permanente, cujos fins justificam os meios (Barroco, 2008).

Assim o cenário contemporâneo reatualiza o conservadorismo, pelas vias da fragilização da consciência crítica e política dos sujeitos, a fim de que estes busquem apenas respostas imediatas, pragmáticas e irracionais para a vida cotidiana, que consequentemente torna-se absorta em alienação.

Para compreendermos as configurações desse sistema precisamos analisar o período fordista, pois este simboliza a ascensão do modo de produção burguês. O fordismo criado por Henry Ford trouxe aspectos como inovações tecnológicas e organizacionais, que aperfeiçoaram a produção e, por conseguinte trouxeram ganhos de produtividade. A característica principal desse sistema é a adoção da fabricação em massa baseada numa linha de montagem, cuja finalidade última é a maximização dos lucros e a redução máxima dos custos com a produção, nesse sentido a produtividade foi radicalmente ampliada através da decomposição das tarefas do trabalho e da organização da execução das tarefas desse trabalho, que passam a ser fragmentadas, obedecendo a rigorosos padrões de tempo e movimento. Em

outras palavras, a emergência do Fordismo trouxe um novo padrão de sociedade, que segundo HARVEY (1998, p. 121):

O que havia de especial em Ford era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

É interessante observar, que esse método de produção trouxe uma nova forma de estabelecimento das relações sociais, que se tornam uma extensão da lógica da fábrica, pois há um esforço para transformar o indivíduo, num trabalhador ideal/padrão, disciplinado e comprometido com a moral burguesa, que inclusive faz com que ele reproduza o comportamento que adota na indústria, também na órbita privada, pois é interessante para o modo de produção capitalista ter indivíduos controlados também no âmbito privado, em virtude deste comportamento refletir no seu potencial produtivo. Exemplificando: Se um indivíduo passa seu tempo livre fazendo uso excessivo de álcool e outras drogas, obviamente que no dia seguinte este não terá 100% da disposição física e mental para produzir, logo se compromete o potencial produtivo da força de trabalho.

No entanto por volta do fim dos anos 1960 e início de 1970, deflagra-se a crise no padrão de acumulação fordista, que faz com que o capitalismo sofra uma grande inflexão na sua dinâmica, pois, sinais de esgotamento de seu padrão de acumulação começam a se tornar evidentes. Segundo Santos (2007, p. 18):

Estagnada a dinâmica da acumulação limitou a capacidade de inovação da produção que também encontrou dificuldades devido ao aumento da concorrência mundial, muito embora em bases diferentes das adotadas no período do imperialismo clássico.

Obrigando assim, o capital a programar um vasto processo de reestruturação, que tinha por objetivo a recuperação do ciclo produtivo, sendo uma das principais estratégias assumidas: a constituição de formas de acumulação flexível e do ponto de vista político a retórica neoliberal se

apresenta como a saída política dos estados nacionais para superar essa conjuntura, iniciando um movimento que traz a flexibilização, como eixo central. De acordo com Santos (2007, p. 18) afirma que:

Do ponto de vista daqueles a quem interessa a retomada do crescimento econômico, traduzida em apropriação privada da mais-valia, inicia-se um movimento em busca de saídas para a crise em pelo menos três frentes principais, tendo sempre como eixo a flexibilidade em confronto com a rigidez do fordismo [...].

Essa proposta de superação da crise, bem como suas implicações político-ideológicas, começa a ser pautada num determinado comportamento, onde o foco é a desmobilização do sentimento de classe.

Segundo Harvey (1992, p.117):

[...] o contexto desse esgotamento da era de ouro, ocorreram alterações fundamentais nos processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas, poderes e práticas do Estado etc, comportando uma transição no regime de acumulação e no modo de regulação social e política a ele associado.

Em razão do acirramento das contradições internas do modo de produção capitalista e de sua incapacidade de encontrar saídas para a crise, a burguesia abandona o princípio organizativo típico do Fordismo e implementa a flexibilidade nos processos de produção material e também na reprodução material. Ainda segundo Harvey (1992, p. 135-136):

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade no planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariante. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – [...]. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política

monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável.

A abolição da rigidez buscava a volta do crescimento em “níveis” suficientes à acumulação capitalista, sendo assim a flexibilidade respondia bem a essa necessidade, pois se configurava como uma estratégia de reajuste do padrão de acumulação, também chamada de reestruturação produtiva, onde o Estado é “reformado” para continuar atendendo às necessidades da acumulação capitalista flexível e, nesse sentido, o Estado ganha caráter mínimo para o social e máximo para o mercado. De acordo com Santos (2007, p. 20):

Os ajustes neoliberais, além de intervirem na reprodução dos pressupostos históricos de dominação, aumentam substantivamente a liberdade do capital: liberdade de movimento para o capital financeiro, para a desregulamentação das economias e dos direitos dos trabalhadores, entre outras. Assim o Estado é “reformado” para que possa continuar funcional às necessidades da fase de “acumulação flexível”: Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, uma vez que, malgrado sua “redução” o Estado continua intervindo para garantir as condições mais propícias à extração da mais-valia.

É interessante observar que esse novo padrão de acumulação exerce controle sobre todas as esferas da vida cotidiana do sujeito. Essa dominação é eficaz para homogeneizar os valores que interessam à classe burguesa. Nas palavras de Harvey (1992, p. 119):

A disciplina da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital – um processo a que vou me referir, de modo geral, como “controle do trabalho” – é uma questão muito complicada. Ela envolve [...] alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes

cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte de quem fazem o trabalho.

A partir de abordagem podemos entender porque a dominação da subjetividade do trabalhador é uma medida preventiva, já que elimina qualquer risco de possibilidade crítica nas mentes dos sujeitos. Logo, a nova opção político-econômica é pautada teoricamente pelo corte neoconservador, que recusa os princípios da razão moderna e assume o irracionalismo como fundamento teórico-metodológico dos “novos tempos”, a que os burgueses chamam de pós-modernidade.

O novo padrão de acumulação pautado na irracionalidade de uma vida voltada para o consumo supérfluo, a naturalização das relações históricas de exploração e a própria negação da dialética pela instauração da uma hegemonia instrumental trazem consigo um clima de “vazio ideológico”, como afirma Santos 2007 (p. 27): “o que tem favorecido o novo padrão de acumulação é o clima de *‘vazio ideológico’ expresso na ausência de um projeto societário que se oponha a ele*” (grifos do autor).

Desse modo, o projeto moderno de civilização calcada nos ideais da Revolução Francesa migra para uma “consciência conservadora”, assim como afirma Santos (2007, p. 32): “esse movimento que parte do ‘diagnóstico de esclerose’ do projeto moderno de civilização e da sua substituição por uma consciência ‘pós-moderna’”.

A “cultura pós-moderna” propaga a construção de reformas sociais que apenas minimizam os efeitos danosos do capital e auxiliam no controle da classe trabalhadora via dominação de suas condições objetivas e subjetivas, todavia jamais menciona a possibilidade de uma transformação social radical, uma vez que a possibilidade de emancipação social é abominada pela burguesia.

Para melhor compreendermos esse conceito, podemos, então, caracterizar o discurso do pensador marxista Jameson (1991, p. 14) tratando da pós-modernidade:

A própria “cultura” se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer

um dos itens que o constituem: o modernismo era, ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica à mercadoria e um esforço de forçá-la a se autotranscender. O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo.

Ou seja, o autor esclarece que a lógica do capital estende-se para a esfera cultural – via alienação – no sentido de fazer os indivíduos se acomodarem à situação, sem questioná-la e muito menos sem empreender um esforço material para transformar a realidade societária, tal qual a própria burguesia fez um dia.

Essa conjuntura nos revela que houve uma mudança no pensamento social que dá lastro às mudanças nas relações de trabalho. Mudança esta, no que se refere ao pensamento conservador, que se apoiava em concepções teocêntricas, que fundamentavam o pensamento feudal, para uma concepção ancorada na modernidade e construída pela burguesia, que traz a cultura do racionalismo e do desenvolvimento científico, que irão resultar no advento da industrialização e urbanização- fenômenos de caráter revolucionário, que põem a burguesia como classe dominante do ponto de vista econômico-social. (ESCORSIM 2011, p. 43).

Então a burguesia convertida enquanto classe dominante deixa de representar os interesses da sociedade e passará a servir a seus próprios interesses, trazendo inclusive a função social de seu pensamento (convertido em conservador), que agora expressará os interesses dos donos dos meios de produção e se definirá explicitamente como contrarrevolucionário e SANTOS (2007, p. 34) assinala ainda:

O projeto da modernidade foi útil à burguesia enquanto seus interesses ainda eram expressões universais. A partir do momento em que se transmutaram, evidenciando claramente seu projeto particular de classe dominante, a modernidade e seu desenvolvimento em direção à emancipação humana e a razão dialética passam a representar uma ameaça.

Diante da crise do projeto civilizatório moderno, observamos emergir mudanças culturais significativas, no tocante às ideias que moldam o cotidiano e o senso comum, tais como ideias de impotência e insegurança diante do mundo, cuja justificação teórica é empreendida pelos antimodernistas, a fim de

desconstruir as ideias do pensamento moderno e, portanto acolher a ideologia da fragmentação, da efemeridade e da recusa as grandes narrativas, para assim arquitetar uma racionalidade esvaziada de conteúdos universalizantes- o pensamento pós-moderno.

Na verdade, esse fenômeno é proveniente de modificações criadas pelo próprio capitalismo a fim de conter possibilidades de pensamentos utópicos, pautados na teoria social crítica e, assim, conseguir desmobilizar as massas. O pensamento pós-moderno fragmenta o real, impossibilitando, dessa forma, que o sujeito alcance a essência dos fenômenos sociais, ficando apenas nas manifestações aparentes do real.

A alegação pós-moderna apresenta-se como a negação de todas as conquistas alcançadas no período da Revolução Francesa e, por essa razão, define-se como “anti-moderna”. A negação dos valores centrais da modernidade tem como objetivo legitimar as contradições do modo de produção burguês, contradições estas que instauram a barbárie na sociedade atual.

É importante destacar que as ideias provenientes do pensamento pós-moderno se expressam materialmente na configuração das políticas institucionais, no estado neoliberal e nas políticas sociais perpassadas pela ofensiva neoliberal. Nestes termos, percebe-se que o pensamento pós-moderno infiltra-se nas maneiras de dominação institucional e manifesta-se nas relações entre sujeitos específicos, onde as demandas são despolitizadas e o enfrentamento a elas se dá de modo técnico, manipulatório e apolítico.

As políticas públicas, por sua vez, configuram-se como uma justificativa ideológica, que legitimam a ordem capitalista, os benefícios sociais exercem o papel de manutenção e controle da mão de obra inativa e as políticas sociais como mecanismo de “inclusão” e ajustamento dos trabalhadores inativos aos meios de subsistência e acesso ao consumo, por vias que não passam por políticas de emprego e renda.

Essa lógica implacável busca silenciar as inquietações populares e retirar o conteúdo político da luta de classes, objetivando solidificar a ideologia da neutralidade, que trata as expressões da questão social, como “problemas sociais” que devem ser tecnicamente tratados. Em suma, estamos experienciando uma crise na consciência de classe do trabalhador, que é

substituída pela concepção pós-moderna de “identidade”, a exploração pelo conceito de “exclusão” e a substituição da luta de classes por ações de “parcerias”, que fazem o trabalhador ser cooptado e perder seu poder de barganha.

1.3 O Neoliberalismo Brasileiro e seus Reflexos na Política Social: avanços e conservadorismo

O capitalismo esgotou suas possibilidades civilizatórias quando abandonou os ideais da Revolução Francesa, passando a adotar um modelo de produção destrutivo, em que a lógica das mercadorias se tornou a lógica de todas as expressões humanas, deflagrando, assim, a ofensiva neoliberal que se coloca em cena.

Por volta do fim dos anos 1960, o capitalismo constata que modelo industrial, sustentáculo do seu crescimento econômico, vivencia sua primeira grande crise, uma crise clássica de superprodução, que, conseqüentemente, agravou a problemática do desemprego, da alta de preços dos produtos disponíveis no mercado, além de afetar inexoravelmente a taxa média de lucros do sistema. Tratando dessa questão, Behring (2007, p. 116) afirma que:

O que ocorreu em 1974-1975, na verdade, foi uma crise de superprodução, se observadas as tendências de longo prazo fundadas na lei do valor. O já presente agravamento do problema do desemprego (não nas proporções atuais) pela introdução de técnicas capital-intensivas e poupadoras de mão-de-obra, a alta dos preços de matérias-primas importantes, a queda do volume do comércio mundial, e um poder de barganha razoável dos trabalhadores empregados, advindos do ainda recente período de pleno emprego no capitalismo central: todos esses são elementos que estão na base da queda da demanda global e da erosão inexorável da taxa média de lucros, de uma óptica marxista, no início dos anos 1970.

Em razão da profunda queda da atividade econômica e conseqüentemente da instabilidade gerada por ela. A sociedade passa a vivenciar um agudo momento de instabilidade social, que culminou no desenrolar de manifestações e protestos, em busca de garantias trabalhistas e sociais, que obviamente agudizou o desencadeamento do processo de crise.

Nesses termos, uma das estratégias para contornar a problemática da crise e reestruturar o capital é a flexibilização, especialmente na contratação e uso da força de trabalho, cujo resultado culmina no desemprego e no trabalho precário.

O Estado por sua vez, é demandado pelo capital a absorver e incorporar as demandas sociais, por meio de uma intervenção que privatiza, terceiriza e transfere para a comunidade a responsabilidade da gestão social. Em outras palavras, a resposta do capital à crise no cenário mundial se dá por meio da formatação do projeto neoliberal, sob a égide de sua forma financeira, que almeja enfrentar a crise e garantir taxas de lucros elevadas, mediante elevação das taxas de juros. A reestruturação produtiva nesse sentido trava uma ofensiva contra o trabalho formal, atingindo assim as leis e direitos trabalhistas, com propósito de reestabelecer o regime de acumulação, por meio de corte nos direitos sociais. Dentro dessa perspectiva PETRAS (1999, p. 11) afirma que “o neoliberalismo representa uma profunda contrarrevolução.”

Em seguida, no período pós-70, as ideias neoliberais começam a ganhar espaço e a se contrapor ao “Estado Intervencionista” de outrora, pois, para os capitalistas contemporâneos, a crise desencadeada em 1970 foi resultado do aumento dos gastos sociais do Estado, que, conseqüentemente, desencadeou um processo inflacionário.

Com isso, o neoliberalismo programa a tática de contrarreforma do Estado, ou seja, o Estado é chamado a reformar-se, no sentido de desregulamentar e liberalizar o capital, a fim de que este retome as elevadas taxas de lucros. Vale salientar que essa medida representa o desmonte das bases de regulação das relações sociais, políticas e econômicas, que possibilitou o gradativo processo de destruição dos ganhos sociais assim como a barbarização da vida social. Situações comumente absorvida como naturais.

Este novo padrão de acumulação fez emergir um novo trato dado às políticas sociais, que, gradativamente, passam a sofrer ataques oriundos da ofensiva neoliberal, que tem por objetivo reduzir os ganhos sociais conquistados. Conforme MONTAÑO (2011, P. 208):

É nesse cenário de liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais e de (contra) reforma do Estado, como

forma de reestruturação e recomposição da hegemonia burguesa, que as políticas sociais assumirão uma nova feição, compatível com as estratégias atuais de acumulação, sob o comando financeiro.

No campo das políticas sociais brasileiras a constituição apresenta uma coexistência da universalização e seletividade, o que põe desafios aos interesses dos segmentos populares. Nesse aspecto, reitera Behring (2007, p. 145):

Apesar dos avanços, foram também inscritas no texto constitucional, produto de uma correlação de forças desfavorável [...], orientações que deram sustentação ao conservadorismo no campo da política social. Exemplo disso é a contraditória convivência entre universalização e seletividade, bem como o suporte legal ao setor privado, em que pese a caracterização de dever do Estado para algumas políticas sociais. Outro exemplo importante foi a derrota das emendas sobre reforma agrária e a vitória dos ruralistas, grandes proprietários de terra.

Apesar das conquistas alcançadas com a Constituição de 1988, o prognóstico com relação às políticas sociais não é animador, algumas contratendências se interpuseram as conquistas adquiridas, especificamente no marco dos anos 1990 até a atualidade.

É interessante observar que na história, a gênese das políticas sociais tem sido proveniente de contestações populares que culminaram em mecanismos de respostas por meio da criação das políticas, ainda que numa direção contraditória, as referidas políticas sociais também funcionam como mecanismos de regulação e controle da classe trabalhadora, visto que evitam que as massas populares se revoltem e desencadeiem um processo revolucionário.

No entanto, com a “Reforma de Estado”, mesmo esse seu caráter regulador passa por um processo de reformatação, no sentido de reduzir os custos como com o social, de modo a garantir maiores investimentos nos setores que possibilitam maximizar os lucros do capital.

Dessa maneira, a tendência geral tem sido a restrição dos direitos sociais, transformando as políticas sociais em medidas compensatórias, fragmentadas e pontuais. Segundo Behring (2007, p. 156):

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais [...] em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise.

É importante salientar que a conjuntura política e econômica brasileira da década de 1990 desencadeou o giro conservador rumo ao neoliberalismo, pois, os ganhos sociais conquistados por meio de lutas populares e o Estado de Bem Estar foi paulatinamente sendo substituído pelo Bem Estar via consumo, construindo, assim, um processo de socialização de acordo com as necessidades do projeto da burguesia.

Pudemos constatar, que na esfera brasileira, até mesmo a Constituição de 1988 é permeada por essa nova sociabilidade, já que o texto constitucional apresenta contradições, inerente à correlação de forças que caracterizou o processo constituinte e que acabou por dar sustentação à posturas conservadoras, haja vista seu caráter contraditório, entre os direitos e garantias individuais e coletivos e a ordem econômica e financeira, sobretudo, os princípios gerais da atividade econômica. Enquanto nos primeiros capítulos a constituição apresenta uma feição progressista e avançada, o que lhe deu o título de constituição cidadã, no capítulo da ordem econômica financeira ela não avança, garantindo a manutenção da estrutura de propriedade privada e de uma forma de acumulação do capital, que garante a reprodução das desigualdades sociais. Os limites nos quais foi tratada a estrutura e a reforma agrária acabou por beneficiar os grandes latifundiários.

Observando-se os princípios constitucionais norteadores da estrutura da seguridade social no Brasil, podemos verificar a diferencialidade, dos princípios que regem as três políticas que a constitui, pois, enquanto a política de saúde possui um caráter universal, a Política de Assistência Social destina-se a atender os que dela necessitam, assumindo um caráter focalista e celetista. Por sua vez, e a Política Previdenciária é estabelecida mediante contribuição, logo o tripé da seguridade social no Brasil é perpassado por uma clara tensão com o princípio da universalidade.

Isto se dá justamente porque a seguridade social brasileira incorpora na sua estruturação a lógica do seguro bismarckiana¹ e a lógica da assistência (beveridgiana), resultando dessa justaposição uma política social híbrida, que não é totalmente seguro nem tampouco totalmente assistência, sendo assim essa característica própria da seguridade social brasileira traz uma grande problemática, pois mais exclui do que complementa. Conforme Behring (2007, p. 161):

[...] a seguridade social brasileira ao incorporar uma tendência de separação entre a lógica do seguro (bismarckiana) e a lógica da assistência (beveridgiana), e não de reforço à clássica justaposição existente, acabou materializando políticas com características próprias e específicas que mais se excluem do que se complementam, fazendo com que, na prática, o conceito de seguridade fique no meio do caminho, entre o seguro e a assistência.

Desse modo, a forma como a seguridade social se materializa no Brasil é precária se comparada com o modelo beveridgeano², pois, este possui um programa unificado e amplo de seguro social (PEREIRA, 1998). Já a ótica bismarckiana garante cobertura de direitos sociais aos trabalhadores, tendo em vista que os mesmos contribuem, mediante renda obtida no mercado de trabalho formal. Assim, grande parcela da população fica “desprotegida”, pois se encontra desmonetarizada e sem capacidade contributiva.

Mesmo com essa problemática, na qual as políticas sociais estão inseridas, não podemos negar que, ainda assim, elas representam um ganho significativo para a sociedade, afinal, com a Constituição Federal de 1988, a cobertura dada aos direitos sociais ganha respaldo legal.

É preciso verificar que a origem das políticas sociais teve como espaço o continente europeu como resposta às reivindicações da classe trabalhadora,

¹O modelo bismarckiano criado na Alemanha do século XIX destina-se a manter a renda dos trabalhadores em momentos de risco social decorrentes da ausência de trabalho, cujo acesso está condicionado ao pagamento prévio de uma contribuição, que garantira o direito a aposentadoria e aos demais benefícios oriundos de situações de risco social.

² O modelo beveridgeano criado na Inglaterra por volta da década de 40 é baseado na lógica de proteção social, que considera a assistência e os serviços sociais universais como direitos sociais e de cidadania, cujo acesso não passa por nenhuma contribuição Prévia.

diante das quais o Estado percebe que é necessário fazer concessões para assegurar a legitimação dos grupos no poder. Diante de um cenário de inquietações e lutas sociais, que passam a ameaçar os pilares do modo de produção capitalista, o Estado incorpora as reivindicações das classes trabalhadoras, mesmo que minimamente, e dá origem as políticas sociais. De acordo com Behring (2007, p.63):

Com o predomínio desses princípios ferozmente defendidos pelos liberais e assumidos pelo Estado capitalista, não é difícil compreender que a resposta dada à questão social, no final do século XIX foi, sobretudo, repressiva e apenas incorporou algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabeleciam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social.

A esse respeito, as políticas sociais representam uma opção ao não cumprimento das necessidades básicas do trabalhador, ou seja, fornecem condições mínimas de existência para a manutenção da força de trabalho e em consequência para a continuidade do ciclo de funcionamento do capitalismo.

As políticas sociais absorvem, mesmo que parcialmente, as demandas sociais e transformam essas problemáticas em esferas de atuação profissional, que estrategicamente administrará a dinâmica dos conflitos sociais.

As políticas sociais adquirem, portanto, um caráter contraditório, pois, ao passo que garantem direitos, ainda que minimamente, representam também um mecanismo de legitimação do Estado burguês usado para construir um clima de coesão na sociedade. Tal clima é fundamental para que o capitalismo possa garantir o seu processo de acumulação.

No entanto, com o desenvolvimento do neoliberalismo, especificamente por volta dos anos de 1990, o Estado brasileiro reduz sua participação e toma medidas de cunho político, econômico e social a fim de atribuir maior liberdade ao mercado para, assim, contornar a situação de crise na qual estava imerso.

O ideário neoliberal colocou sobre o Estado a responsabilidade de responder e sanar a crise, exigindo que o Estado justificasse medidas, como as privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho e, sobretudo, o corte dos “gastos” com o social, por conseguinte as políticas sociais adquirem, portanto, um caráter contraditório, pois, ao passo que garantem direitos, ainda

que minimamente, representa também um mecanismo de legitimação do poder, do grande capital, usado para construir um clima de coesão na sociedade. Clima este, que é fundamental para que o capitalismo possa garantir o seu processo de acumulação.

Em vista disso, o Estado e as políticas sociais desvelam sua natureza neoliberal, dado que no âmbito da seguridade social os investimentos são entendidos como gastos, ao mesmo tempo em que não atendem as necessidades dos segmentos mais pauperizados, pois para o Estado neoliberal os princípios de seguridade social e igualdade de oportunidades se constituem como impedimentos ao desenvolvimento econômico, em consequência disso restringirão as funções do Estado, a fim de diminuir dele a responsabilidade de redução das desigualdades sociais, afinal de contas é condição para o processo de acumulação capitalista a produção de desigualdades sociais.

Um aspecto importante, que precisamos destacar é a construção neoliberal de estratégias hegemônicas de legitimação, que desprestigiam a luta da classe trabalhadora diante da opinião pública, mediante a descaracterização dos movimentos sociais e o desmonte das políticas públicas, afinal o neoliberalismo investe numa ofensiva ideológica de desconstrução dos ganhos democráticos, com o propósito de evitar qualquer possibilidade de mudança da realidade posta, afinal a feição neoliberal do Estado é conservadora, pois procura manter a todo o custo a forma de socialidade capitalista, através de uma atitude defensiva de reversão de ganhos e conquistas trabalhistas e sociais desenvolvidas ao longo da história.

1.4 A Reprodução do Conservadorismo na Política de Assistência Social

No desenho que o Estado imprime às políticas sociais, as refrações neoconservadoras vão incidir mais fortemente na Política de Assistência Social, tendo em vista ser esta é a política que mais vem sofrendo intervenções privadas, além também de ter avançado na superação de suas históricas características, tais como: patrimonialismo, clientelismo etc. Conforme Behring (2007, p.161):

A assistência social é a política que mais vem sofrendo para se materializar como política pública e para superar algumas características históricas como: morosidade na sua regulamentação como direito (a LOAS só foi sancionada em 1993 e efetivada a partir de 1995); redução e residualidade na abrangência, visto que os serviços e programas atingem entre 15% e 25% da população que deveria ter acesso aos direitos; manutenção e mesmo esforço de caráter filantrópico, com forte presença de entidades privadas na condução de diversos serviços, sobretudo os dirigidos às pessoas idosas e com deficiência; e permanência de apelos e ações clientelistas e ênfase nos programas de transferência de renda, de caráter compensatório.

Ao longo do processo de construção do Estado brasileiro, a consolidação de sua democracia assume uma forma particular em decorrência também da prática clientelista, na condução das medidas de assistência social, que tem sido observadas desde o período da colonização e aprofunda-se com as relações oligárquicas e coronelistas, popularmente conhecida como “troca de favores”, na verdade, tem como objetivo a cooptação dos indivíduos com o fim de gerir as várias formas de domínio sobre a vida em sociedade.

A nossa própria colonização foi fundada numa relação de engano, exploração e cooptação dos povos indígenas pelos portugueses e essa prática se reproduz até hoje por meio de práticas clientelistas, cujo elo de sustentação é o favor.

As relações tipicamente clientelistas no país sempre conviveram bem com diversas formas e expressões de autoritarismos, dentre elas o coronelismo, as oligarquias, acima citado e posteriormente os regimes autárquicos (Estado Novo nos anos de 1930 e Ditadura Militar nos anos de 1964/70). A própria história brasileira é eivada de contradições, a exemplo de seu processo de modernização, que avançou sem abandonar as práticas arcaicas de relações tradicionais e até pré-capitalistas.

Sabemos que a Constituição de 1988 é considerada uma das mais avançadas do mundo no que diz respeito ao seu caráter democrático, garantidor de direitos individuais de cidadania, no entanto o clientelismo e patrimonialismo, aqui tratados como relações de natureza conservadora, continuam se reproduzindo na relação entre a “sociedade política” e a

“sociedade civil”³. Essa relação assume um caráter contraditório, o que não nos parece estranho em se tratando de uma democracia assentada em uma sociedade capitalista, portanto, de natureza absolutamente contraditória e cuja natureza também se reproduz em todas as demais relações que gesta.

Desse modo, ainda que a Política de Assistência Social represente um ganho para a sociedade, tendo em vista que viabiliza direitos sociais para os indivíduos em situação de “vulnerabilidade social”, também é possível identificar a sua natureza contraditória, uma vez que é perpassada por práticas clientelistas e patrimonialistas, o que lhe atribui fortes traços conservadores, inerentes as políticas sociais inscritas numa conjuntura neoliberal, que traz consigo um todo um teor antidemocrático, assim como afirma Santos (2007, p. 23):

[...] o neoliberalismo há quase que uma unanimidade na afirmação do seu teor antidemocrático. Essa constatação tem por base avaliações críticas das repercussões práticas do ideário neoliberal na política mundial contemporânea, mas também as formulações de seus primeiros teóricos.

Para entendermos a forma como a assistência social se apresenta contemporaneamente é necessário nos aprofundarmos nesse debate. Ao longo da história, sobretudo nos países da Europa, as práticas de ajuda e auxílio aos pobres eram designadas aos grupos religiosos, de acordo com Yazbeck (2007). A solidariedade social diante dos pobres, dos doentes e dos incapazes de se adequarem, sob diversas formas, as normas morais de diferentes sociedades.

Dentro dessa órbita, os pobres eram considerados como seres naturalmente dependentes, que sempre necessitariam dos cuidados de outrem. É importante frisar que a assistência, nessa conjuntura, representava ações de ajuda e benemerência e nunca compreendida como direito.

Portanto, a assistência consistia em ações desenvolvidas para atender os “desvalidos”. Um ponto importante é que, assim como hoje no Brasil, só eram “atendidos” os comprovadamente pobres, ainda que com uma diferença,

³ As expressões advêm do pensamento gramsciano no tratamento da categoria Estado, interpretado pelos seus mais renomados intérpretes como “Estado Ampliado”.

limitava-se aqueles que mostrassem incapacidade para exercer uma prática laborativa (BOSCHETTI, 2003) e para os demais lhes restavam a repressão, pois os indivíduos que se encontravam em situação de pobreza, sem que o motivo fosse a incapacidade para o trabalho, eram considerados vagabundos e, por essa razão, lhes eram dado um tratamento nada digno.

É importante destacar, que as ações assistenciais desenvolvidas na Europa na época eram de responsabilidade da igreja configurando um esquema organizativo, a partir do qual, cada paróquia era responsável pela gestão dos pobres de seu território, pois, a mendicância era proibida no período. Segundo Boschetti (2003, p. 50):

[...] adotadas inicialmente em âmbito local, foram retomadas pelas legislações nacionais em quase todos os países que hoje constituem a Europa, sendo as mais conhecidas as poor laws inglesas que irão resultar na lei Elizabetana de 1601. As poor laws eram voltadas para proteção social, destinada àqueles incapazes de produzir devido à sua pouca idade ou doença, e àqueles que se reconheciam como fracassados, incapazes de obter o suficiente para seu sustento e de sua família. Os indigentes eram obrigados a abrir mão dos seus direitos políticos, obtendo em troca uma ajuda social. Assim, essa lei não reconhecia os direitos de cidadania.

Ainda na Europa, durante o século XVI, foram criadas várias leis para reprimir a mendicância e punir os indivíduos que exercessem essa prática, através dos trabalhos forçados, no entanto, não se fazia uma análise capaz de demonstrar que não haviam empregos para todos. Sendo assim, o tratamento dado à pobreza tinha um direcionamento de culpabilização do indivíduo.

É somente com século XX que os pobres capazes e não capazes de trabalhar passam a ser sujeitos de direitos e atendidos por meio de programas sociais, mas é importante destacar que no Brasil a Política de Assistência Social se dá de forma subalternizada, embora não deixe de se configurar como um ganho significativo, pois, antes da configuração da assistência como direito, esta era relegada à gestão filantrópica da igreja e à repressão estatal.

Entretanto na contemporaneidade, a assistência é objeto de intervenção do Estado por meio das políticas sociais e no Brasil, especificamente, por meio da Política de Assistência Social, só que, contraditoriamente, os critérios de inaptidão para o trabalho ainda prevalecem

na assistência social, embora sob outra roupagem e com outras mediadas de enfrentamento. Isto é, apenas os trabalhadores que não estão inseridos no mercado formal de trabalho e que obedecem a critérios rigorosos de seleção possuem o direito de acesso à Política de Assistência Social, ou seja, a assistência social substitui o direito ao trabalho e deixa descobertos os pobres economicamente ativos (trabalhadores formais, mas que os rendimentos provenientes do salário não são suficientes para sua subsistência).

No Brasil, antes da constituinte, a pobreza era considerada disfunção social e, em razão disso, o indivíduo necessitava ser isolado do convívio social normal por meio da institucionalização dos mesmos em abrigos e nas santas casas de misericórdia, que acolhiam os pobres e miseráveis.

Por muito tempo, os direitos sociais foram negados, pois o modelo organizativo da sociedade da época acreditava que estimularia a vagabundagem e a preguiça. Contudo, com o passar dos anos, os trabalhadores, mais particularmente os operários de chão de fábrica, (sobretudo, os trabalhadores europeus), por meio da organização dos sindicatos e das lutas populares, adquiriram consciência de classe, o que os levaram a reivindicar um sistema de proteção social mínimo, que lhes garantisse a sobrevivência.

Na realidade brasileira, o atendimento às expressões da questão social, por meio do Estado, só se materializou em virtude da expansão do desenvolvimento da industrialização. O Estado foi motivado a atuar em razão da “ideologia do progresso”, no qual o país estava embebido.

Nessa conjuntura, aprofundam-se as relações sociais capitalistas no Brasil decorrente do processo industrialização e urbanização, que, conseqüentemente, diante da precarização de vida dos trabalhadores chegados as cidades, resultou em pressões sob o estado, que responde com o desenvolvimento de ações destinadas ao trato da esfera social para atender também às exigências do crescimento industrial capitalista.

Diante do exposto, pudemos afirmar que o Estado brasileiro, ao longo de sua história, redefiniu-se para atender às exigências do processo de industrialização e acumulação capitalista. E dentro dessa corrente temos a assistência social, que surge como um direito social, todavia em caráter restrito porque não se pautar pelo princípios da universalidade. A destinação aos que

dela tiverem necessidade, como demonstra o artigo 203 da Constituição Federal de 1988, acaba por suscitar práticas sociais seletivas, excludentes e, portanto, de natureza discriminatória:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III- promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família conforme dispuser a lei.

Nesse sentido, o Estado redireciona o papel da assistência, dando a esta política social caráter de direito a fim desta se materializar como uma estratégia elaborada pelo capital e operada pelo Estado para apaziguar as massas e evitar conflitos sociais.

Na verdade, uma das características históricas da Política de Assistência Social tem sido seu caráter fragmentário e descontínuo que se materializa através de ações compensatórias para com os indivíduos impossibilitados de prover seu próprio sustento pelas vias do trabalho. Além disso, ela também expressa as contradições e antagonismos de classe. Autores como Mota, Maranhão e Sitcovisky (2009, p. 187), dizem que:

Vale ressaltar que o processo de construção e aprovação da LOAS foi acompanhada de tensões, posto que o projeto original não foi aprovado, vindo a sofrer inúmeras alterações que deformaram, em muitos aspectos, a proposta original que contemplava as históricas demandas da sociedade por Assistência Social. São indicativas deste processo, a concepção de mínimos sociais e a condicionalidade de renda inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Concluimos assim, que a política social é uma ferramenta de enfrentamento à questão social, entretanto, ela não oferece condições de emancipação econômica à população em razão de não garantir o direito ao

trabalho. Assim, o Estado assume a tutela dos pobres e miseráveis no sentido de garantir os mínimos necessário à sobrevivência para essa parcela da população.

Diante disso, a Política de Assistência Social deveria cobrir as necessidades de todos os que dela necessitarem, no entanto são escolhidos os mais miseráveis dentre os miseráveis. Assim, a referida política não é suficiente para atenuar as sequelas mais graves da questão social, nem nos parece assumir um caráter de equidade. Afirmam Forti, Marconsin e Forti (2011, p. 102) que:

[...] o aprofundamento e a degradação das condições de vida e trabalho das classes subalternizadas não é um problema que pode simplesmente ser corrigido com políticas sociais corretivas (redistributivistas). Elas são decorrentes da forma contraditória das relações sociais em que a propriedade privada é a sua base.

Ou seja, este é um “direito restrito”, pois não é destinado a todos, mas sim aos desamparados, que tenham ou não capacidade de trabalho, mas que se encontre em situação de desemprego e vulnerabilidade social. Boschetti (2003, p. 46) assevera que:

A proteção, o amparo, a habilitação e a garantia de uma renda mínima destinam-se especificamente àqueles cuja situação não lhes permite trabalhar: Maternidade, infância, adolescência, velhice, deficiência. Àqueles que não se inserem nestas situações, o objetivo é outro: não assistir, mas promover a integração ao mercado de trabalho.

Com base nas elucidações acima, percebemos que a Política de Assistência Social sofreu influências do projeto neoliberal no país, tendo em vista seu perfil de seletividade e focalizada, que não possibilita resolver a problemática estrutural da sociedade.

Para compreendermos de fato essa relação contraditória, na qual a assistência social está submersa, é preciso fazer uma análise mais acurada dos marcos regulatórios da política. Começando pela Política Nacional de Assistência Social (2004), que embora se anuncie como uma política de proteção social, acaba se contradizendo quando define a quem se destina os

benefícios socioassistenciais, através da demarcação dos territórios nos municípios do país, para em seguida desenvolver estratégias que viabilizem o desenvolvimento das potencialidades dessa população, como por exemplo as ações desenvolvidas nos grupos de mulheres, adolescentes e idosos dos CRAS, pois como as potencialidades dos indivíduos podem ser desenvolvidas, se as estratégias cotidianas para esse fim são o desenvolvimento de oficinas de corte e costura, crochê ou mesmo palestras sobre empreendedorismo? Ou seja, essas estratégias são pontuais e limitadas e não oferecem perspectivas mais amplas e sustentáveis de inserção no processo educativo, no mercado de trabalho e na participação social das decisões política, além de não conseguirem resolver a condição de desemprego do país. Na verdade, o desenvolvimento dessas ações não altera em nada a condição de pobreza da população usuária e com um agravante, pois culpabiliza-se o sujeito por condição de miserabilidade.

Outro ponto contraditório nos marcos da Política de Assistência Social é seu caráter focalista, pois, os programas sociais destinados à população em situação de “vulnerabilidade social”, destina-se apenas a proteção pontual de situações mais emergenciais, sem tomar o ser no conjunto de suas necessidades e na sua integralidade, além de resumir-se apenas aos territórios, onde há grandes bolsões de pobreza, como se nos demais territórios dos municípios a pobreza e outras manifestações da questão social não existissem. É preciso se advertir para o fato de que, mesmo com a atuação dentro dessas comunidades, esta se dá de forma pragmatizada, tecnicista e burocratizada, comprometendo significativamente até o mínimo de eficiência e eficácia que a política poderia alcançar sob os moldes da racionalidade burguesa, obviamente. Enfim, o direcionamento que o Estado imprime às políticas sociais vão de acordo com os interesses macroeconômicos, tendo em vista que a política de assistência social é uma tendência inscrita na realidade, pelo processo de restauração capitalista e de financeirização, que tem a função de apaziguar a sociedade e de legitimar as situações de pobreza pelas vias desta política.

1.5 Contradições postas à Política de Assistência Social

A Política de Assistência Social vem passando por um processo de mistificação – termo utilizado por Mota (2009) –, onde as classes dominantes têm dado centralidade nos discursos oficiais à assistência social, como mecanismo capaz de enfrentar e combater a pobreza, resgatando, assim, a perspectiva da moralidade no enfrentamento às desigualdades sociais. Segundo Mota (2009, p. 16), “[...] as classes dominantes invocam a Política de Assistência Social como solução para combater a pobreza e nela imprimem o selo do enfrentamento “moral” da desigualdade”.

No entanto, esse discurso é por excelência ideológico à medida que nele as políticas sociais são consideradas “direitos de cidadania”. Nesse patamar o combate a pobreza parece assumir uma esfera autônoma em relação à produção. Sendo assim, é importante também chamar atenção para o fato de que, para Marx, produção é sempre simultaneamente reprodução, o que significa dizer que a viabilização da reprodução das relações humanas é condição *sine qua non* para a acumulação capitalista, conforme afirma Netto (1992, p. 70): “isto significa que sem reprodução das classes, das famílias, do Estado, das representações ideológicas, do conhecimento, é impossível a produção material capitalista”. No âmbito dessa compreensão situa-se o papel da política da assistência social na reprodução das relações de produção capitalista

Logo, o discurso ideológico publicizado de combate a pobreza e garantia de direito, isolado do debate sobre as determinações histórica dessa pobreza, situadas nas relações de produção demonstra uma compreensão equivocada sobre a questão, e ainda contribui para velar as contradições implícitas, tanto na política quanto no discurso. Vale salientar, inclusive, que a cidadania oferecida pela sociedade capitalista é uma cidadania burguesa nos limites da manutenção da hegemonia da classe dominante.

Por conseguinte, os direitos sociais que foram efetivados mediante às políticas sociais asseguram a reprodução do capital e a falácia dos direitos de cidadania legitimam os mecanismos de acumulação da ordem capitalista.

Portanto, nesse sentido é que Mota (2009, p. 17) afirma que:

[...] as políticas de seguridade social passam a ser um elo entre produção e reprodução, principalmente por serem

consideradas um instrumento de cobertura de riscos e vulnerabilidades do trabalho.

Podemos concluir, então, que a burguesia, ao criar a Política de Assistência Social como tática de dominação, acabou incorporando as necessidades sociais da classe trabalhadora, pois, não tendo condições de garantir o direito ao trabalho, limita-se à concessão de Políticas (no caso a Assistência Social) como forma de regulação da sociedade, de modo a monitorar os indivíduos em situação de precarização da vida social, acabando por se caracterizar como uma iniciativa de controle da sociedade.

Verdadeiramente, o capitalismo tem buscado, através da Política de Assistência Social, o apaziguamento de conflitos, na esfera social, por meio da manutenção regular dos níveis de pobreza, legitimando-se com isso e garantindo a continuidade do seu processo de acumulação.

Embora, a Política de Assistência Social tenha nascido numa configuração social de conflito intenso em face das terríveis consequências da abrupta desigualdade social, caracterizada pela fome e miséria gritantes, esta extrema precarização social e suas urgências inadiáveis, somadas a uma ofensiva contrarrevolucionária do capital (neoliberalismo) e o definhamento das forças da classe trabalhadora, põem a assistência social num patamar profundamente contraditório. Qual é a contradição? Ela é conquista e ao mesmo tempo cooptação. Ela é essencialmente conservadora, mas sua efetividade prática, embora paliativa e superficial, corresponde a um fator emergencial necessário para milhões de pessoas. Eis a contradição.

A assistência social tem sido historicamente, submetida à reprodução de relações clientelistas, servindo à defesa de interesses dos segmentos dominantes como forma de mecanismos de subordinação dos setores mais pauperizados da sociedade e legitimação da sociedade política dominante, na medida em que os serviços e benefícios são transformadas em elemento de trocas de favores e arregimentação de votos.

Cotidianamente, a assistência social vivencia a substituição dos direitos pelo “favor”, cuja relação é verticalizada entre dominantes e dominada e onde a reciprocidade torna-se um elemento fundamental e obrigatório. Isso se dá em decorrência da nossa cultura política, historicamente assentada no

paternalismo, caridade, personalismo, submissão e obediência, hoje metamorfoseada em bens e serviços concedidos de forma arbitrária.

No âmbito da assistência social, podemos notar a eminência do “velho” conservadorismo (práticas conservadoras arcaicas, oriundas do período pré-capitalista) nas entranhas do “novo” conservadorismo moderno e sua feição neoliberal. Reatualiza-se o arcaico - viés conservador clientelista, patrimonialista, de intervenção na família - colocando em cena reiteradas práticas de moralização da “questão social” e de apaziguamento das reivindicações da sociedade.

Sendo assim, a Política de Assistência Social, pelo seu metabolismo de reprodução, torna-se apanágio da conservação dos elementos estruturais da desigualdade social, sendo, portanto, fruto da condensação de relações sociais pré-capitalistas que persistem no tempo e que se adéquam às novas relações e a brutal apropriação privada dos meios de produção e a ampliação quantitativa e qualitativa dos despossuídos.

1.6 Os Reflexos do Conservadorismo na Política de Assistência Social e nas Práticas Profissionais Inseridas nesse Contexto

Como pudemos verificar anteriormente, a assistência social é uma política eminentemente conservadora, por conseguinte, as práticas sociais inseridas nas suas ações vão reproduzir esse conservadorismo, na medida em que não têm condições objetivas de transformar a estruturação e a lógica conservadora dessa política. Assim, as práticas sociais inerentes a Política de Assistência Social são também reiterativas à ordem burguesa, uma vez que acaba sendo utilizadas como mecanismos de reforço da ideologia conservadora.

Todas as modalidades de gestão elaboradas pelo Estado, no viés das políticas sociais imprimem, fatalmente, os condutos da reiteração das bases ideológicas neoconservadoras. Com isso afirmamos que é o Estado que define o tipo de atendimento que será dado às expressões da questão social. Segundo Iamamoto (2014, p. 41):

O direcionamento racional subjetivo e instrumental que o Estado imprime à organização das políticas sociais constitui um braço de apoio aos interesses macroeconômicos, adequando meios a fins determinados, [...] situados no terreno da política econômica governamental.

Dessa forma, o Estado evita qualquer possibilidade de ação crítica e democratizada, fazendo da assistência social um campo favorável à disseminação da burocratização e pragmatismo, resultando em uma desvinculação da dinâmica histórica da realidade e reduzindo a ação das práticas sociais em mero saber fazer, assumindo, com isso, uma “lógica irracional”. Conforme afirma Iamamoto (2014, p. 42):

O importante passa a ser a lógica do cálculo, da probabilidade, que permita o controle das informações e previsão dos efeitos práticos ou das ações esperadas, privilegiando-se os instrumentos de políticas e ações governamentais. O papel da razão se reduz a uma agência executiva, voltada ao como fazer, e menos justificativa das ações na totalidade contraditória da vida real.

Tudo isso ocasiona a dificuldade dos profissionais que atuam nessa esfera de raciocinar sobre situações, demandas, possibilidades de respostas e desafios de maneira crítica, assim como compreender a própria lógica da política. Dessa forma, Gomes (2003, p. 73) afirma que:

O atrofiamiento do pensamento crítico, promovido das modernas sociedades do mundo globalizado, resulta na predominância da instrumentalidade da razão - apoiada no progresso tecnológico e no hedonismo, característico do utilitarismo-inviabilizando a sua dimensão emancipatória.

Nesse sentido, compreendemos que a crise a qual a razão emancipatória está vivendo, consiste na sua redução a dimensão instrumental imposta pela racionalidade burguesa. Portanto, essa forma de pensar e agir imposta pela burguesia busca apenas a autopreservação da ordem vigente.

Enfim, o formato que as práticas sociais vem ganhando, nesse tempo histórico, legitima o pensamento burguês, pois, o grau de consciência que os sujeitos conseguem ter sobre si mesmos torna-se irrisório em virtude da supressão do tempo que o capital subtraiu dos trabalhadores, além disso, os

profissionais são sobrecarregados com normas e protocolos de intervenção estruturados em modelos mecânicos e sistêmicos, ou seja, o cumprimento dessas normas e protocolos passa a ser a lógica do trabalho desses profissionais. Assim, a intervenção profissional se estabelece numa relação de controle, onde o profissional passa a manter a ordem institucional, que segundo FALEIROS (2011, P. 61):

A intervenção profissional passa a ser enquadrada não em função da problemática real da população, mas em função da perturbação da ordem institucional. Para manter esta ordem, este controle político institucional, determinado e variável, conforme as forças presentes, o profissional deve submeter-se às normas da instituição, criando-se uma hierarquia de subordinação e de poder numa rede de controle de cima para baixo.

Então, a atuação dos profissionais assume um papel contraditório diante da lógica punitiva das instituições, que exigem do profissional o cumprimento de normas disciplinares rígidas e engessadas, que reiteram a relação de dominação hierárquica dentro do contexto institucional, como aponta Iamamoto (2003), já que estas instituições são estruturas marcadas por uma cultura organizacional com baixo potencial democrático, em que burocracia, hierarquia e autoridade são elementos norteadores do processo de gestão.

Por conseguinte, a Política de Assistência Social, operada pelo Estado, admite profissionais progressistas sem que sua função conservadora seja minimizada. Certamente, com isso, ela alimenta ilusões transformadoras enquanto aprofunda a conservação, em outras palavras os profissionais de perspectivas mais progressistas ao serem contratados por essa política acabam alimentando fantasias transformadoras, por acreditarem que por terem sido contratados a instituição abrirá espaço para mudanças ou os mesmos encontrarão “brechas” para introduzir a sua perspectiva, no entanto o que acontece de fato é absorção e cooptação dos profissionais à lógica conservadora, onde aos mesmos são exigidos a manutenção de um caráter puramente técnico, sem possibilidade de engajamento político, reforçando assim lógica da “neutralidade” e de aceitação das funções impostas pela instituição. Enfim, os profissionais são “convidados” aceitar a lógica da

instituição empregadora, do contrário são punidos ou mesmo demitidos, Isto é o compromisso dos profissionais passa a ser com a lealdade institucional irrestrita.

CAPÍTULO II

2.1 As Particularidades e Contradições da Política de Assistência Social e sua Relação com o Exercício Profissional dos Assistentes Sociais nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)

A assistência social no Brasil construiu-se apoiada em bases filantrópicas, sendo posteriormente assumida pelo Estado, a partir de uma feição historicamente clientelista. Nesse estágio, as ações da assistência são pautadas na prática do favor e apadrinhamento, o que lhe confere uma natureza conservadora. No entanto, com a Constituição Federal de 1988 (Capítulo II artigos 194 a 204), a assistência social adquiriu o caráter de direito, através da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas (1993), configurando um avanço que lhe permitiu sair da esfera do assistencialismo e inserir-se no campo da Política Social.

Nesse sentido, a Loas cria uma nova matriz, que a redefine como uma política - a Política de Assistência Social -, pois, lhe atribui um novo formato ao se apresentar como um direito social não contributivo, destinado aos segmentos mais pauperizados da sociedade e, sobretudo, ao atribuir ao Estado a responsabilidade pela sua instituição e condução, em cada esfera de governo. Paralelo a isso, a mesma traz um avanço político significativo para a sociedade brasileira por meio da consolidação da garantia de direitos sociais e de acesso dos serviços á indivíduos e aos grupos que deles necessitarem.

Nessa concepção, os critérios que definem os “grupos que dela necessitam” são instituídos com base em parâmetros de medição dos níveis de pobreza, a partir dos quais se avaliam as carências materiais, relacionais e culturais. Não se limitam, portanto, à concepção de pobreza material, pelo contrário, a pobreza aqui é conceituada dentro de múltiplas dimensões. De acordo com a PNAS (2004, p. 27) o público da Política de Assistência Social são:

Cidadãos e grupos que se encontram em situação de “vulnerabilidade social” e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Ainda que se tenha um discurso progressista ao nível dos marcos regulatório, constata-se que, na efetividade, o caráter regulador de conflitos sociais, reproduz o caráter conservador do Estado, pois, fazendo uma análise mais acurada destas normatizações, percebe-se que “as classes dominantes invocam a política da Assistência Social como solução para combater a pobreza e nela imprimem o selo do enfrentamento ‘moral’ da desigualdade” (MOTA, 2006, p. 8). Em outras palavras, o objetivo real por trás das normatizações impressa nas políticas sociais é reproduzir as relações contraditórias da sociedade burguesa. A sua feição conservadora se expressa no sentido de criar as condições para a reprodução dos valores e princípios da sociedade capitalista, assim, embora se apoiando num discurso crítico, na prática profissional se efetiva como uma política conservadora.

Quando nos advertimos para os critérios de condicionalidades de acesso à política, percebemos que estes se orientam por parâmetros autoritários e disciplinatórios, tendo em vista que os usuários apenas tem acesso aos benefícios se atenderem às exigências postas. Caberia ao Estado prover direitos básicos a todos os indivíduos que se encontram em situação de precarização da vida, e “uma vez disponíveis, esses serviços seriam utilizados por todos, sem imposição e obrigatoriedade” (SILVA, 2008, p. 48).

A partir da maneira como se apresenta em seus critérios de regulamentações, é possível afirmar que os programas sociais da assistência não envolvem todos que os dela necessitam, uma vez que as condicionalidades excluem grande parte dos segmentos mais pobres da classe trabalhadora do escopo de proteção, como, por exemplo, os pobres economicamente ativos. Logo, a Política de Assistência Social atende apenas a

uma pequena parcela dos segmentos pauperizados, deixando desprotegidos todos os demais. Temos ainda o agravante de que as relações são perpassadas por práticas de natureza historicamente clientelistas, realizadas sob o viés da barganha política, que resultam em uma forma de sobrevivência desses segmentos sociais, sob o jogo das forças políticas, em detrimento da perspectiva de direitos, como demonstra a fala da assistente social:

Muitas vezes, nem mesmo os critérios existentes são contemplados (ou respeitados), tendo em vista que, existem pessoas que estão dentro dos critérios, mas não são contempladas. Infelizmente tem a ver com a questão da politicagem e da desvalorização do profissional. (Entrevista de Assistente Social de um CRAS de João Pessoa-PB).

Sendo assim, o conceito de usuários apresentado pela PNAS (Política Nacional de Assistência Social) também não é contemplado, na prática. Ele toma como usuário “todos os cidadãos que se encontram fora dos canais correntes de proteção pública: trabalho, os serviços sociais públicos e as redes sociorrelacionais.” (Couto, Yasbek e Raichelis, 2010, p.46). Sendo assim, na efetividade nem todos que assim são definidos conseguem ser incluso nos serviços.

Na retórica da sociedade política⁴ brasileira, a Política de Assistência Social converteu-se no principal mecanismo de enfrentamento à “questão social”, diante da impossibilidade do Estado de garantir o direito ao trabalho. Sendo assim, apenas a parcela da população que não possui condições de prover sua reprodução material, tornar-se-á usuária dos serviços socioassistenciais. Esse limite acaba por fortalecer as proposições do Estado neoliberal, que preconiza o Estado mínimo para o social e máximo para o mercado. Para Sitcovsky (2009, p. 162):

No Brasil, o enfrentamento da “questão social”, somado à falta de fundos sociais é subsumido às proposições neoliberais que preconizam o “Estado Mínimo”, caracterizando o fenômeno da refilantropização da assistência, pois, o governo transfere a responsabilidade de solucionar os impactos da política de ajuste exigida pelo FMI e o Banco Mundial para a sociedade civil.

⁴ Sociedade política é aqui definida, segundo o pensamento gramsciano, como o grupo social que conseguiu hegemonia para assumir o comando do Estado.

É preciso destacar que a Política de Assistência Social constitui um mecanismo de controle e apaziguamento social, na qual prevalecem estratégias de direção e consenso, sobre a classe trabalhadora, a fim de evitar o caos societário. Como decorrência, fortalece a hegemonia do projeto de classe da burguesia, cujas principais tendências são configuradas pelo seu caráter compensatório, seletivo e fragmentado que, na verdade, tem demonstrado profundas debilidades por não combater a pobreza (como se propõe, de acordo com o discurso oficial), entretanto, na contramão do próprio discurso, não atendem de fato a quem dela necessita.

Percebemos assim, que, polarizada por interesses antagônicos, a Política de Assistência Social assume também a feição de objeto da ofensiva conservadora, que se por um lado se propõe a garantir direitos, por outro, fragiliza-os e lhes desconstroem, pelas condições que se estabelece aos mecanismos de sua garantia e ainda por meio das parcerias com o setor privado e do “apelo” à sociedade civil, de modo que o Estado libere-se da responsabilidade com o social. Outro agravante é o fato de desempenhar um papel compensatório, ainda que débil, da falta de inserção do trabalhador no mercado de trabalho assalariado, hiperdimensionando seu efeito no enfrentamento à “questão social”.

A realidade concreta tem demonstrado, contudo, que a supracitada política não tem conseguido atingir os objetivos proposto, relativos à Proteção Social Básica (de cunho preventivo). Os Serviços de Proteção Especial de Média Complexidade (voltados para famílias e indivíduos cujos direitos foram violados, mas que mantém preservados os vínculos familiares e comunitários) e A Proteção Social Especial de Alta Complexidade (destinado à proteção integral de famílias e indivíduos cujos direitos foram violados, ou que tiveram rompidos os laços familiares ou comunitários e que se encontram em situação de perigo ou ameaça).

Observando especificamente a Proteção Social Básica podemos perceber que ela é voltada para a população que vive em situação de “vulnerabilidade social”, cujos vínculos afetivos, familiares e comunitários encontram-se fragilizados, normalmente em decorrência das situações de pobreza e discriminação das mais variadas formas. Os serviços de proteção social básica são executados pelos Centros de Referência da Assistência

Social e envolvem o desenvolvimento de programas de acolhimento e socialização das famílias e indivíduos em situação de “vulnerabilidade social”. Busca ainda suscitar o “protagonismo” destes indivíduos, por meio da superação das situações de “vulnerabilidade social”.

Todavia, o apelo ao “protagonismo” do usuário representa a ideia de responsabilidade individual e de integração, ou seja, é o discurso do “você é o único responsável pelo sucesso ou pela mudança de sua vida...”. Este é um tipo de análise problemática, pois, sabemos que os indivíduos e famílias que vivenciam situações de precarização da vida, por mais que queiram, não conseguem superar esta condição, que é inerente a questão estrutural do modo de produção capitalista e não ao sujeito particular, portanto, levantar essa “bandeira”, alimenta a perspectiva de culpabilização do indivíduo.

Outra problemática situa-se no conceito de matricialidade sociofamiliar:

A matricialidade sóciofamiliar é outro aspecto a ser destacado na Política de Assistência Social, pois se desloca a abordagem do indivíduo isolado para a família, entendendo-o como mediação fundamental na relação entre sujeito e sociedade. Aspecto polêmico, pois envolve desde a concepção de família (de que família estamos falando?) até o tipo de atenção que lhe deve ser oferecida. (COUTO, YASBEK e RAICHELIS, 2010, p. 44):

A matricialidade sociofamiliar se constitui como avanço para a Política de Assistência Social, tendo em vista que anterior a aprovação da PNAS e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ambos pautados nesse parâmetro, o atendimento dos indivíduos acontecia de forma isolada. Todavia, com o advento desse parâmetro, passa-se a observar o indivíduo inserido no âmbito da organização familiar e dentro do contexto social, econômico e cultural.

No entanto, resta-nos saber em que medida o conceito leva em consideração, efetivamente, todas as tipificações de família reconhecidas atualmente na constituição federal, de modo a não permitir qualquer riscos de regressões e conservadorismo. Outro ponto importante consiste em que a centralidade da família na Política de Assistência não pode ser confundida com responsabilização da família, ou seja, o Estado não deve transferir as responsabilidades que são de ordem pública para o âmbito privado.

Os CRAS, por exemplo, são responsáveis pelo desenvolvimento do Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF), com referências no território, onde os profissionais que ali trabalham devem proporcionar a valorização das particularidades de cada grupo familiar, por meio de informações e orientações para a população de sua área de abrangência, a fim de que as famílias fortaleçam seus vínculos internos e externos.

Entretanto a experiência cotidiana nos tem demonstrado que nem a Política de Assistência Social e muito menos a esfera dos CRAS têm condições objetivas de consolidar tal proposta, uma vez que são mecanismos pontuais de “combate à pobreza”. Quando a própria realidade do empobrecimento é de ordem estrutural, é pouco provável que a Política de Assistência Social tenha condições de eliminar essa problemática. Dentro desta linha de raciocínio, Demo (1991) afirma que a assistência social não tem condições de propiciar a emancipação aos cidadãos. Também entende que é impossível atacar questões estruturais com ferramentas de natureza conjuntural.

As ações do SUAS, que são operacionalizadas no âmbito das três esferas de governo, atendendo aos princípios de descentralização político-administrativa e de participação da sociedade civil, tem sua situação de realização agravada, na medida em que são consideradas pelos agentes administrativos federais como “gastos sem retorno”. Essa forma de caracterização coloca as referidas ações à mercê das sobras orçamentárias do governo tendo como consequência, a debilidade da assistência social no atendimento aos usuários.

Nesta direção à descentralização do sistema só terá condições de se materializar através dos fundos de assistência social nas três esferas de governo, cujo objetivo é “proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social” (art. 1º, do decreto nº 1605/95). Ou seja, o financiamento da rede socioassistencial ocorre fundo a fundo, de acordo com critérios de partilha e elegibilidade de cada município, mediante pactuação nas comissões intergestoras e, por fim, deliberados nos conselhos de assistência social.

Somamos a esses aspectos as dificuldades relacionadas ao limitado número de integrantes das equipes de profissionais, na maioria dos casos, numericamente insuficiente para o atendimento da grande quantidade de

famílias referenciadas. Ademais, o acúmulo de atividades, a ausência de planos de cargos e salários, os contratos de trabalho precários e a desvalorização profissional são algumas das marcas do trabalho nesta esfera.

A ofensiva contra os profissionais, no âmbito da assistência social tem se intensificado com o processo de reestruturação produtiva do capital e com a contrarreforma do Estado, que desconstruiu o modelo de Estado protecionista, substituindo-o pelo modelo neoliberal. Esse processo de mudanças orienta-se no paradigma que sustenta a proposta da mínima intervenção estatal no social e máxima intervenção, no que diz respeito à propriedade privada e ao mercado de capitais.

As novas configurações que assumem o trabalho no horizonte da política de assistência destacam a precarização do trabalho no SUAS como uma de suas maiores expressões. A contratação temporária, que se expressa como contrato flexível associa-se a desvalorização salarial, a precarização das condições objetivas de trabalho, que, por sua vez incidem sob as condições de baixa qualificação dos profissionais. Expostos a todos estes desafios, os profissionais tornam-se incapazes de formular estratégias de enfrentamento às demandas sociais.

Assim, o exercício profissional do assistente social, no âmbito desta política, assim como nos demais espaços, configura-se como uma atividade profissional contraditória, o que se deve ao direcionamento da profissão, pautado na perspectiva de rompimento com a lógica da desigualdade, à luz dos movimentos de contestação e luta pelos direitos sociais.

Posto isto, chegamos à constatação de que um dos maiores desafios para os profissionais, na órbita da assistência social, é a materialização do Projeto Ético Político Profissional, frente a essa conjuntura na qual está inserida a política de assistência. Esse contexto representa uma das maiores ofensivas da burguesia à classe trabalhadora, diante da necessidade de “enfrentamento” às expressões da “questão social”, justamente porque apresenta uma modalidade de política social por vias paliativas, compensatórias e pontuais, mostrando-se insuficientes para o que se propõe.

Vejamos como é contraditório para os profissionais inserirem-se na órbita da assistência social: na contramão das relações contemporânea, a profissão dirige-se para o enfrentamento das expressões da “questão social”,

sob uma direção social que aponta para a perspectiva de construção de uma nova sociabilidade. No entanto, a natureza da assistência não tem como meta essa construção. Face à magnitude das contradições dessas circunstâncias, são reais as dificuldades de materialização das diretrizes do Projeto Ético Político Profissional no cotidiano do exercício prático, na mesma medida que as exigências institucionais são conservadoras. Na leitura analítica de Forti e Coelho (2015, p. 15):

Todavia, se é possível verificar que essa profissão se dirige ao trato das múltiplas expressões da “questão social”, também é evidente que as condições histórico-sociais prevaletentes na sociedade capitalista atual vêm tendo implicações ainda mais graves no exercício profissional do assistente social, o que a todo momento revela em inúmeras indagações profissionais relacionadas aos fundamentos e a direção do citado projeto. Muitas vezes, as indagações são formuladas como se as dificuldades do trabalho profissional cotidiano e, portanto as dificuldades de materialização das diretrizes do Projeto Ético Político, ou seja, de enfrentamento de perspectivas e requisições institucionais conservadoras fossem relativas ao próprio projeto, em vez de constituírem aspectos inerentes à realidade, ao trabalho profissional no campo das políticas sociais na sociedade capitalista da era neoliberal (especialmente) (...).

Para efetivar a direção assumida pelo projeto, os assistentes sociais necessitam das condições objetivas de trabalho capazes de dar materialidade aos pressupostos do projeto em questão. Na análise realizada por Forti e Coelho (2015, p. 24):

(...) cabe-nos observar a necessidade de análise da relação desse projeto com o cotidiano do trabalho profissional. E, para que possamos pensar na presença desse projeto no cotidiano do trabalho institucional, temos de partir da necessidade de compreensão da sua finalidade, do seu significado para a profissão e, portanto dos seus fundamentos. Além disso, precisamos entender que tal projeto supõe capacitação profissional e condições de trabalho que viabilizem a sua materialização.

Nessa perspectiva precisamos entender que o Projeto Ético-Político entra em choque com o projeto burguês de sociedade, sobretudo, nos programas de prestação de serviços pontuais aos usuários, como é o caso dos serviços socioassistenciais, inerentes à Política de Assistência Social. Essa situação problematiza o exercício profissional do assistente social, tendo em vista que resulta num no direcionamento de suas práticas dentro de um

processo de alienação do real. Essa situação se expressa em posturas equivocadas defensoras de que o discurso teórico não tem compatibilidade com a prática profissional. Isso decorre dos desafios apresentados pela realidade, nas condições de trabalho e na direção social assumida frente ao projeto profissional e à realização das atividades profissionais cotidianas. Ainda segundo Forti e Coelho (2015, p. 28):

Evidentemente, o projeto crítico não se esgota no cotidiano do exercício profissional, pois no seu horizonte há contribuição em face da possibilidade de construção de uma nova ordem social. Porém, mesmo que em conexão com projetos societários, trata-se de um projeto cuja contribuição no sentido dessa construção depende de recursos objetivos e subjetivos, ou seja, das condições de trabalho, da competência profissional e da direção social assumida na realização das atividades cotidianas.

Ainda como decorrência das medidas inerentes ao projeto neoliberal que tem como meta a recuperação das altas taxas de produtividade do capital o Estado e as práticas sociais são reorganizadas a partir dos mesmos parâmetros de produtividade da riqueza material, o que tem agravando ainda mais o cenário profissional dos assistentes sociais. Pautados nesses parâmetros o fazer profissional passa a atender à ritmos de produtividades, os quais contribuem para que os profissionais entrem num processo de sobrecarga, resultando em “ações imediatas, caracterizadas pela rotina de um fazer técnico sobre o emergencial, que não os permite pensar para além da experiência empírica.” (Neves, Nogueira, Silva, Medeiros, Bezerra e Ferreira, 2013, p. 10).

Nesse sentido, a assistência social requisita profissionais instrumentalizados por um tecnicismo exacerbado que via dar feição a um profissional tarefeiro, que domina os trâmites burocráticos e as rotinas cotidianas de trabalho, embora não faça uso das dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, na análise da realidade social e institucional. Assim, torna-se um profissional meramente técnico e desprovido de potencial crítico-reflexivo.

Ou seja, o trabalho na esfera dessa política tende à alienação profissional de seu próprio projeto, uma vez que reforça posturas contrárias àquelas fundamentadas pelo Projeto Ético Político. Na verdade, o exercício

profissional acaba por não ser fundamentado em valores que buscam ampliar a sociabilidade humana.

“Os assistentes sociais, no cotidiano do seu exercício profissional, devem comprometer-se, política e eticamente, com objetivar valores na direção da elevação dos patamares da sociabilidade humana, voltados ao ser para nós.” Forti e Coelho (2015, p. 34).

O exercício profissional precisa refletir a direção social da categoria profissional, mas para que isso se concretize são necessários conhecimentos teóricos que qualifiquem o assistente social para escolhas compatíveis com a profissão e, quando necessário, tecer uma revisão crítica de suas ações, a fim de alcançar uma intervenção profissional de qualidade e comprometida com o Projeto Ético Político.

2.2 A Assistência Social no Contexto do Município de João Pessoa-PB

Em âmbito municipal o órgão responsável pela implementação da Política de Assistência Social em João Pessoa é a Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDES, que objetiva a “promoção da universalização dos direitos do cidadão e a inclusão social”, por meio da materialização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A gestão da Política de Assistência conta com cinco esferas de poder divididas entre: Secretário e subsecretário (GABINETE), Diretoria de Assistência Social (DAS), Diretoria de Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional (DESSAN), Diretoria de Organização Comunitária e Participação Popular (DIPOP) e Diretoria de Administração e Finanças.

A Assistência Social no município conta com a estruturação dos três níveis, sendo eles: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Especial de Alta Complexidade.

No que tange a Proteção Social Básica, esta é responsável pela gestão dos seguintes equipamentos sociais: bolsa-família, bolsa-universitária, PRONATEC e CRAS. Já a Proteção Social de Média Complexidade é responsável pelo: CREAS, Dique Denúncia Municipal, Ruartes, Centro de Referência para População em Situação de Rua, Centro dia para Pessoa com

Deficiência, Centro de Referência para Inclusão da Pessoa com Deficiência e por fim a Proteção Social Especial de Alta Complexidade abrange o Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Acolhimento para Adultos, Acolhimento em Família Acolhedora, Acolhimento para Jovens e Adultos com Deficiência e o Centro de Formação Cidadã Margarida Pereira. (Segundo informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de João Pessoa, disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>)

A Proteção Social Básica, conforme definido pelo PNAS/2004 constitui-se de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais que tem como unidade de referência o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que tem por objetivo prevenir situações de risco e quebra de vínculos familiares e comunitários. Em João Pessoa contamos com 11 (onze) CRAS que fazem o acompanhamento socioassistencial de famílias em situação de “vulnerabilidade social”, além de 1 (um) CRAS volante, cujo número de famílias referenciadas é de 70.000 (setenta mil) ao ano.

2.3 A Assistência social no Contexto dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), no do Município de João Pessoa-PB.

No município de João Pessoa-PB contamos com um total de 11 CRAS (segundo o site da prefeitura municipal de João Pessoa-PB), localizados em territórios de altos índices de “vulnerabilidade social”, sendo eles: CRAS Alto do Mateus, CRAS Cristo Redentor, CRAS Cruz das Armas, CRAS Gervásio Maia (GRAMAME), CRAS Grotão, CRAS Ilha do Bispo, CRAS Mandacaru, CRAS Mangabeira, CRAS Padre Zé, CRAS São José e CRAS Valentina.

A análise da Assistência social no Município, como em qualquer outro, supõe contextualizá-lo na cultura política da região e do Estado, demarcada pelas relações entre as classes e segmentos sociais.

Nessa perspectiva foi possível constatar que João Pessoa ainda mantém um conjunto de práticas políticas conservadoras que caracterizam a história da vida política brasileira, como relações clientelistas na contratação dos servidores públicos e no gerenciamento dos recursos humanos e financeiros no SUAS. Por essa razão, não há concurso público para a

contratação de profissionais para o SUAS, e assim, conforme constatação dessa pesquisa, o critério de inserção nesse espaço sócio-ocupacional é a indicação política, por exemplo 100% das assistentes sociais dos CRAS possuem contratos precarizados de trabalho.

A pesquisa permitiu que detectássemos a feição da proteção básica no município de João Pessoa-PB e os dados demonstraram, segundo afirmação dos assistentes sociais que os profissionais dos CRAS não têm condições objetivas de materializar suas propostas profissionais, tendo em vista a insuficiência e inexistência de recursos materiais. Além disso, a própria estrutura física dos CRAS é antiga, com espaços limitados, que impedem o atendimento sigiloso, ou pior ainda, alguns nem sede própria possuem, funcionando em instalações precárias em salas de outras instituições, como Unidades de Saúde da Família, polos de costura e etc, como demonstram as falas das entrevistadas:

Não temos condições de trabalho porque o CRAS funciona dentro de um polo de costura. Sentimos dificuldade para executar as atividades diárias, porque falta telefone, computador, papel, etc. Muitas vezes temos que utilizar nosso celular pessoal para entrar em contato com os usuários. (Entrevistada de um CRAS de João Pessoa-PB).

O CRAS não oferecem condições de trabalho. A maioria sequer tem condições de funcionar, pois trabalhamos numa sala de 3m², que não cabe os técnicos, quicá os usuários. Falta transporte para atender a demanda, faltam instrumentais, espaço físico, impressora. (Entrevistada de um CRAS de João Pessoa-PB).

O cunho político-eleitoreiro ainda é muito presente nas relações de trabalho nos CRAS, sendo muito comum que os profissionais sejam obrigados a trabalhar em campanhas políticas, a fim de não perderem seu vínculo empregatício com a instituição.

Os profissionais vivem num clima permanente de medo e tensão, diante dos contratos temporários, sobretudo porque não têm certeza de que permanecerão no trabalho, eles nunca sabem a cada ano se seus contratos serão renovados, afinal isto depende da vigência da gestão. Além dos contratos temporários vivem sob ameaças de demissões caso não se submetam a superexploração do trabalho. Em situações de demissão, saem sem direitos trabalhistas, mesmo após dez ou vinte anos na instituição. Isso

acontece porque diante da precarização dos contratos de trabalho, os direitos não configuram obrigação trabalhista para a parte contratante.

A pesquisa constatou ainda que o carro-chefe dos CRAS são os benefícios eventuais e que estes, muitas vezes, chegam a faltar mesmo para as famílias que estão dentro das condicionalidades e, desse modo, o ciclo de desproteção se agrava. Por essa razão, até mesmo os profissionais se desmotivam no exercício de sua prática e o próprio equipamento social perde legitimidade frente à população usuária.

Outro aspecto a ser considerado é a sobrecarga de trabalho, tendo em vista que na maioria dos casos as equipes são compostas por 4 técnicos (2 no período da manhã e 2 no período da tarde), os quais precisam dar conta do atendimento de mais de 1000 famílias referenciadas, incluindo visitas domiciliares, buscas ativas, construção de relatórios sociais, organização de grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, atendimento de demanda espontânea, além da participação em reuniões de rede e afins. Essa realidade revela que estes profissionais, na verdade, não conseguem atender a todos esses requisitos, ainda que obrigados pelas gestões a produzir dados estatísticos de atendimento e cumprimento de metas, que o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) por sua vez exige dos gestores, criando, dessa maneira, um ciclo de inverdades, no qual os dados forjados sob pressão da hierarquia, não refletem o real.

Tanto no caso particular no município de João Pessoa, quanto quando nos reportamos à realidade da maioria dos municípios brasileiros, percebemos que a estrutura institucional dos CRAS é frágil, uma vez que conta com recursos materiais insuficientes, recursos humanos reduzidos, vínculo de trabalho precário e influências político-eleitorais, que interferem diretamente na efetivação da intervenção profissional. De acordo com a análise de Couto, Yasbek e Raicheles (2010, p. 57):

Do ponto de vista da constituição dos quadros profissionais da área, destaca-se ainda o universo heterogêneo de trabalhadores, compostos por profissionais da rede estatal, em suas três esferas, e da extensa rede privada de entidades de assistência social, com uma diversidade de áreas de formação e de vínculos de trabalho. Tais quadros se disseminam com grande discrepância pela realidade heterogênea de estados e municípios, sendo frequente a existência de poucos profissionais, em geral com grandes defasagens técnicas,

atendendo simultaneamente a diferentes políticas e programas, e até mesmo vários municípios.

Sabemos que os CRAS são estruturados segundo o porte do município e situados em territórios com altos índices de “vulnerabilidade social”, conforme os critérios postos pela NOB/SUAS (2005, p. 100):

Pequeno porte I- Mínimo de 1 CRAS para cada até 2.500 famílias referenciadas;
 Pequeno porte II- Mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;
 Médio porte- Mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
 Grande porte- Mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
 Metrôpoles- Mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

Ainda de acordo com a NOB-RH/SUAS, a composição das equipes de referência dos CRAS deve ser formada por:

Pequeno porte I - 2 técnicos de nível médio e 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e outro preferencialmente psicólogo;
 Pequeno Porte II - 3 técnicos de nível médio e 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e preferencialmente 1 psicólogo;
 Médio/Grande porte e Metrôpole - 4 técnicos de nível médio e 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS. (Ministério de Desenvolvimento Social, 2010)

Segundo informações dadas pela coordenadora dos CRAS de João Pessoa, a territorialização e o quantitativo de profissionais que compõem a equipe técnica dos CRAS ocorre conforme a tabela a seguir:

Tabale 1: Território de abrangência, nº de famílias atendidas e quantitativo de profissionais de nível superior dos CRAS de João Pessoa-PB.

CRAS	Território de abrangência	Nº de famílias atendidas	Quantitativo de profissionais de nível superior
CRAS Alto do Mateus	Alto do Mateus Jardim Veneza Sítio Mumbaba	2513	02 Assistentes Sociais; 02 Psicólogas

CRAS Cristo/ Rangel	Cristo Redentor; Rangel; Vale das Palmeiras; Comunidade Conjunto Bela Vista; Comunidade Boa Esperança; Comunidade Jardim Itabaiana; Comunidade Jardim Bom Samaritano; Comunidade Novo Horizonte; Comunidade Pedra Branca; Comunidade Riacho Doce; Comunidade Cemitério; Comunidade Paulo Afonso; Comunidade Paturi; Comunidade Rua da Mata.	3147	05 Assistentes Sociais; 03 Psicólogas
CRAS Cruz das Armas	Bairro de Cruz das Armas.	1468	02 Assistentes Sociais; 02 Psicólogas
CRAS Gramame	Colinas do Sul I; Colinas do Sul II; Gervásio Maia Gramame; Sítio Novo; Parque Sul; Engenho Velho; Marinês; Conjunto pró-moradia	2451	02 Assistentes Sociais; 02 Psicólogas
CRAS Grotão	Grotão;	329	02 Assistentes Sociais; 02 Psicólogas
CRAS Ilha do Bispo	Ilha do Bispo; Distrito Mecânico; Varadouro; Centro; Porto do capim; Trincheiras.	3243	02 Assistentes Sociais; 02 Psicólogas
CRAS Mandacarú	Mandacaru; Alto do Céu; Porto de João Tota;	1632	02 Assistentes Sociais; 02 Psicólogos

	Beira da Linha; Beira Molhada; Jardim Mangueira; Jardim Esther		
CRAS Mangabeira	Mangabeira I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII; Cidade Verde	670	02 Assistentes Sociais; 02 Psicólogas
CRAS Padre Zé	Padre Zé; Jardim Treze de Maio; Tambiá; Roger	646	02 Assistentes Sociais; 02 Psicólogas
CRAS São José	São José; Chatuba I, II.	1595	02 Assistentes Sociais; 02 Psicólogas
CRAS Valentina	Valentina I; Valentina II; Paratibe; Sonho Meu; Mussumagro.	1515	02 Assistentes Sociais; 02 Psicólogas

Fonte: Dados fornecidos pela Coordenação da Proteção Básica do Município de João Pessoa-PB.

Diante do quadro exposto, podemos perceber que 82% dos CRAS se encaixam nos critérios de pequeno porte I⁵, pois não ultrapassam o acompanhamento de 2.500 famílias e 18% pertencem aos parâmetros de pequeno porte II⁶ com o acompanhamento de até 3.500 famílias referenciadas. No que se refere ao quantitativo de profissionais de nível superior, 100% dos CRAS possuem um quantitativo de técnicos compatível com um CRAS de Médio/Grande porte e Metrópole - 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS. Todos os CRAS também superam esse percentual, no que diz respeito ao profissional da psicologia, que quase sempre, em todos os equipamentos sociais possuem

⁵ Pequeno porte I- Mínimo de 1 CRAS para cada até 2.500 famílias referenciadas;

⁶ Pequeno porte II- Mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;

dois profissionais. Temos ainda, um caso atípico, como o CRAS Cristo/Rangel, que possui 05 assistentes sociais e 03 psicólogos.

É interessante observar que, embora o quantitativo de profissionais, segundo a gestora que nos viabilizou as informações, estejam de acordo ou até supere as normatizações do MDS, os profissionais, especificamente os assistentes sociais, alegaram em nossa pesquisa não dar conta do volume de demandas postas para o equipamento social. Isso parece nos indicar o fato de que o MDS constrói seus parâmetros sem conhecimento profundo da realidade dos territórios e, por essa razão, estipula um número insuficiente de técnicos para o atendimento às demandas na comunidade. Ora, se com o quantitativo elevado em relação aos números propostos pelo MDS os profissionais não conseguem atender a totalidade das demandas, imaginemos se o número de profissionais fosse apenas compatível com o MDS?

Ao observarmos a postura do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome constatamos a sua coerência com o momento de contrarreforma do Estado, que se orienta na perspectiva de mínimo para o social e máximo para o setor financeiro. Inclusive o próprio financiamento da Política de Assistência Social segue esta lógica, afinal, é para ele que são destinados as sobras de recursos orçamentários, logo, não é de se causar estranhamento que o MDS considere suficiente uma equipe mínima de profissionais.

2.4 Relações Teoria/Prática: Concepções e Desafios na Experiência das Assistentes Sociais dos CRAS de João Pessoa-PB

No Brasil, é comum entre um número significativo de assistentes sociais a afirmação do velho jargão de que “na prática a teoria é outra”. Essa afirmação advém de uma interpretação equivocada da relação teoria x prática, que considerada a prática apenas em sua dimensão interventiva, desconsiderando assim a relação dialética entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Portanto de uma incompreensão da unidade das três dimensões.

Tratando dessa problemática, Santos (2010, p. 5) diz que a compreensão equivocada a respeito da relação teoria/prática é a de que é:

1. Algo que se transforma em prática de forma imediata, portanto “teoria de ruptura” igual à “prática de ruptura”;
2. Algo que, por si só oferece os procedimentos para a intervenção, ou seja, que da teoria se retira, também de forma imediata, instrumentos próprios a ela;

É preciso considerar que o arcabouço teórico não se transmuta de imediato em técnicas de intervenção. Na verdade, o referencial teórico permite ao profissional fazer a leitura do real e a partir daí selecionar os instrumentos apropriados a cada particularidade de intervenção. Do contrário, há uma chance significativa do profissional cair no tecnicismo, em razão de não compreender o caminho das interconexões entre as três dimensões da profissão, e ainda incorrer no conservadorismo. Assim como afirma Santos (2010, p. 13) apontando os equívocos dessa compreensão:

[...] a “teoria se transforma em prática”, ou seja, espera-se que uma teoria, que tem por orientação a ruptura com um referencial teórico conservador, ofereça de imediato, uma prática de ruptura com a ordem conservadora. A associação é direta: teoria de ruptura igual à prática de ruptura. Como essa transposição não é verdadeira, afirma-se “na prática que a teoria é outra”.

Ilustrando essa consideração, apresentamos aqui a fala de duas assistentes sociais de alguns CRAS de João Pessoa, a respeito da relação teoria/prática, cujo discurso está amparado por esta visão reduzida e equivocada:

Ela contribui na questão do conhecimento, mas 90% não contribui em nada, pois a teoria é muito diferente da prática. Porque é a prática que vai te ensinar, que vai te dar manejo para lidar com a comunidade. (Entrevistada de um CRAS de João Pessoa-PB).

O que estudamos não tem nada a ver com a prática. (Entrevistada de um CRAS de João Pessoa-PB).

Esses depoimentos também nos remetem aos entraves que o cotidiano nos impõe, tendo em vista ser permeado pelo imediatismo e, conseqüentemente, pelo empirismo que impossibilita ao profissional uma apropriação da verdade do real. Isso faz com que os profissionais caiam numa

rotina sobrecarregada de atividades, que lhes impede da oportunidade de parar para refletir sobre o real e sobre sua própria prática, o que lhe transforma em um “o homem em robô: um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva e que abdicou de sua condição de sujeito cidadão.” (Netto, 2012, p. 19).

Para Marx, a teoria é a reprodução ideal do movimento do real, como consta nas suas reflexões teóricas (1984, p. 171):

[...] a minha consciência geral é apenas a figura teórica daquilo do qual a coletividade real, o ser social, é a figura viva, ao passo que hoje em dia a consciência geral é uma abstração da vida efetivamente real e como tal se defronta inimiga a esta, por conseguinte a atividade da minha consciência geral -- como uma tal atividade -- também é a minha existência teórica como ser social.

Sendo assim, o próprio Marx nos esclarece sobre a unidade dialética na relação teoria/prática. Então, quando os assistentes sociais, formados sob o direcionamento da vertente marxista, afirmam o contrário, nos leva a deduzir que foram capturados em sua subjetividade pelo “cotidiano, que é contaminado e sufocado pela alienação” (Netto, 2012, p.41). Isso faz com que esses profissionais rejeitem o referencial marxista, por entenderem que “a teoria social de Marx não instrumentaliza para a ação.” (Netto, 2012, p. 13). Em suas discussões sobre o tema, um dos maiores intelectuais da categoria profissional, Jose Paulo Netto (1989, p. 143-144), “Já esclareceu que o referencial marxista fortalece a reflexão de que a teoria não constrói um objeto, na verdade ela é um instrumento de análise do real: o produto teórico por excelência é uma reprodução ideal de um processo real”.

De acordo com Santos, (2010, p. 27):

A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens, assim, não há como na prática a teoria ser outra. Essa posição só é verdade se se considerar por teoria algo pronto, acabado, que se ajusta a uma prática. Aqui a teoria é constante movimento, movimento que acompanha a prática e pode contribuir com ela.

À luz da tese da autora, podemos concluir que não é função da teoria por si só promover nenhum tipo de transformação na esfera do exercício profissional. A sua atribuição, acima de tudo, é proporcionar conhecimentos, que sirvam de matéria-prima para a leitura da realidade e, por conseguinte, dar subsídios para a esfera da prática promover as mudanças concretas que lhe são cabíveis.

Seguindo esta linha de raciocínio, não é de se estranhar que 56% das assistentes sociais que atuam nos CRAS de João Pessoa acreditem que existem conteúdos que não têm utilidade para a prática profissional. Isso acontece justamente porque estas assistentes sociais foram absorvidas pelo “elemento central do cotidiano que é a alienação” (Netto, 2012, p. 24), consequentemente, pela razão formal-abstrata, visto que não compreendem a unidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Visto isso, é importante perceber que mesmo que o assistente social domine as três dimensões, ele não promoverá a transformação social sozinho, por mais teórico e politicamente crítico que seja. Afinal, não depende apenas da categoria profissional a superação das formas de desigualdade social. Cabe aos profissionais proporcionar o enfrentamento às expressões da “questão social” dentro das condições objetivas que lhe são dadas direcionando suas ações, de modo a contribuir para a construção de uma nova forma de sociabilidade. Desse modo, Santos (2010, p. 49) esclarece que:

[...] o Serviço Social pode estar se colocando contra a ordem vigente, entretanto, como visto anteriormente, sua prática não, é, e não pode ser, uma prática revolucionária. O máximo que se pode alcançar é uma atuação profissional de enfrentamento às expressões da “questão social” dentro dessa ordem, visando, todavia sua superação.

Embora a prática profissional do Serviço Social não promova a transformação radical da realidade, há um compromisso com uma intervenção voltada para a defesa dos direitos sociais, com o fim último do fortalecimento e contribuição para a ampliação de uma consciência transformadora junto à classe trabalhadora. Conforme afirmativa de Marx “[...] O verdadeiro resultado

das suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores” (Marx e Engels, 1988, p. 16).

Analisando o discurso da profissional entrevistada, constatamos que há uma preferência por um ensino tecnicista, rápido e desprovido de crítica, onde o principal objetivo seja um modelo pronto de intervenção -- ensino puramente instrumentalista, que privilegie apenas a competência técnica, em detrimento da educação voltada para a unidade das três dimensões da profissão.

O discurso acima demonstra, sobretudo, a lacuna na compreensão da relação teoria e prática, pois essa fala nos faz supor que a compreensão da assistente social é de que a teoria deveria transformar-se de imediato em prática. Vejamos como construiu Santos (2010) quando diz que a teoria é o lócus da “possibilidade” e a prática o campo da “efetividade”, e que entre ambas são necessárias mediações, que permitam a potencialização das ações profissionais.

Posturas como a do discurso acima citado nos causa estranheza, tendo em vista que a pesquisa demonstrou que 69% das entrevistadas têm apenas cinco anos de formação, logo, foram formadas dentro dos princípios das novas diretrizes curriculares. Com essas informações, podemos perceber que a formação, ainda que orientada no patamar das diretrizes curriculares não tem assegurado a formação de uma postura compatível com o Projeto Ético-político. Ainda prevalece uma tendência de conceber a teoria como algo de menor valor ou importância, por não responder de forma imediata às demandas postas pelo exercício profissional. Conforme Montañó (2011, p. 161): “É fato notório, nos meios profissionais, como o assistente social tem feito e faz uma apologia do praticismo. Em geral, ele tende a rejeitar a produção teórica na profissão se esta não ‘partir’ da ‘prática profissional’.”

Associado a essa tendência, constatamos que o modo de produção capitalista obstaculariza a criticidade da nossa formação, de modo a demandar um trânsito para a esfera do saber técnico, reforçando assim, a cultura do “saber fazer”. Como expressa Mota (2003, p. 13):

Há uma pressão muito grande para que a nossa formação deixe de ser crítica e generalista para adequar-se à cultura pragmática e

efêmera da Pós-modernidade. O saber técnico especializado - necessário a qualquer atividade está se restringindo ao “saber fazer”, à formação de competências específicas e conjunturalmente necessárias para quem nos contrata.

Concluimos assim, que os entraves pertinentes à relação teoria/prática fazem parte de um duplo movimento: de um lado a formação social capitalista tensiona a profissão no sentido de retirar dela seu caráter crítico-reflexivo; de outro, cobra ao profissional exclusivamente o entendimento da dimensão técnico-operativa. Tudo isso contradiz a formação, nos parâmetros das Diretrizes Curriculares, a partir dos quais o estudantes de Serviço Social têm acesso (durante o período da graduação) a uma gama de disciplinas, que demonstra a importância das três dimensões da profissão, afirmando a inexistência da separação na esfera da relação teoria/prática. No entanto, verifica-se ainda que há um número significativo de profissionais que reproduzem a concepção equivocada, por terem sido absorvidos pelo processo de alienação, do qual o cotidiano está imerso.

CAPÍTULO III

3.1 As Formas De Expressão Do Conservadorismo Na Prática Dos Assistentes Sociais Nos CRAS De João Pessoa-PB: a dinâmica de uma realidade contraditória

As formas de expressão do conservadorismo na prática profissional dos Assistentes Sociais envolve um conjunto de determinantes que incluem condições objetivas, dadas a partir da estruturação do campo institucional da prática e das diretrizes que movem as políticas que instituem o formato da prática, assim como das condições subjetivas, inerente às classes de afiliação dos sujeitos profissionais, suas concepções e posturas, seus saberes e competências desenvolvidas. Nessa perspectiva a condição de gênero, fatores relativos à formação, idade, tempo de experiência, condições de inserção e de trabalho, constituem elementos de determinação e caracterização das condições nas quais a prática profissional se reproduz.

Nessa direção a análise das formas de expressão do conservadorismo na prática profissional dos (as) assistentes sociais dos CRAS de João Pessoa-PB, não pode ser procedida sem que se leve em consideração a relação dialética entre teoria e prática, buscando através da perspectiva de totalidade, apreender os elementos essenciais do processo de formação do exercício profissional das assistentes sociais inseridas nos CRAS. A esse respeito, observamos a significativa presença de uma racionalidade empobrecida da realidade, que contribui para a reprodução de respostas profissionais equivocadas, trazendo uma autorrepresentação superficial e mistificadora a respeito da prática profissional.

Essa compreensão a cerca da realidade da prática profissional ancora-se na análise do cotidiano de trabalho de 60% dos (as) assistentes sociais, que atuam nos onze Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e João Pessoa-PB, permitindo-nos inicialmente, estabelecer os perfis pessoal, profissional e acadêmico das entrevistadas. A metodologia de análise se deu por meio de um roteiro semiestruturado, o qual facilitou aos diversos participantes responderem as questões, mas sem a rigidez de um roteiro

estruturado, ou seja, a ordem de questões respondidas pôde ser alternada, adaptando-se, assim, às necessidades das entrevistadas.

A compreensão do perfil profissional pode dar indicações de construções de estratégias de resistência e enfrentamento deste cotidiano absorto em alienação e espaço de manifestação das contradições, que exigem dos (as) assistentes sociais reflexões teóricas, que produzam determinados resultados de natureza interventiva, que promovam a superação da aparência cotidiana e paralelamente a transformação da essência deste real, que normalmente está imerso na racionalidade burguesa. Conforme GUERRA (2014, p. 37): “É preciso identificar qual é a racionalidade da mesma e qual a racionalidade que adotamos no processo de responder, que teorias são acionadas, que valores estão presentes nas escolhas que fazemos durante o ato de responder.”.

A partir dessa interlocução identificaremos a racionalidade predominante no universo dos CRAS e se esta contribui ou não para a realização do projeto ético político da profissão, que historicamente busca romper com o ranço conservador que se faz presente na profissão há décadas, contaminando o significado social, funcionalidade e autorrepresentação de valores presentes no Serviço Social, conforme reitera Guerra (2015, p. 40):

Trata-se de um projeto profissional construído na trajetória da profissão, em confronto com seu histórico conservadorismo, projeto que tenta claramente romper com ranços conservadores que impregnam a profissão no âmbito do seu significado social e da sua funcionalidade, das ideologias e teorias sociais que a subsidiam, das suas representações e autorrepresentações, dos valores de diferentes extrações que a sustentam, das formas clássicas e tradicionais de intervir na realidade.

Sendo assim a pesquisa propõe-se a apontar a tendência hegemônica que rege a prática profissional no âmbito da Proteção Básica da Política de Assistência Social, a fim de contribuir com o adensamento do debate, a cerca da prática profissional e, sobretudo cooperar com a desmistificação da autorrepresentação, que o senso comum engendra a respeito do exercício profissional, em outras palavras, de que “na prática a teoria é outra”.

3.2 Perfis das Assistentes Sociais Entrevistadas

A primeira constatação do estudo revelou que 100% dos sujeitos da pesquisa são do sexo feminino, com uma média de 46% das entrevistadas na faixa etária de 31 a 35 anos de idade e 31% de 46 a 50 anos de idade. Isto sinaliza o fato de que a composição majoritária de mulheres na esfera profissional da Política de Assistência Social indica uma tendência determinada pela divisão social do trabalho na esfera desta sociedade patriarcal, que considera a mulher como um sujeito dotado de paciência e docilidade para lidar com a “problemática social”. Kiehl (*apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 175) elucida esse pensamento dizendo que:

Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-se amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações.

A esse respeito é importante lembrar que a gênese da Assistência Social, através de sua instituição pioneira no Brasil – Legião Brasileira de Assistência (LBA) –, cuja função era “prover” as necessidades das famílias, estruturou e racionalizou as protoformas dessa prática social no Brasil sem romper com as práticas assistencialistas no enfrentamento das expressões da questão social. Além disso, também podemos verificar sua vinculação história com a “questão de gênero” por meio da ocupação de mulheres, especialmente primeiras-damas, a frente do comando da Assistência. Nesse sentido, a LBA era considerada uma extensão do lar e, conseqüentemente, compatível com as atribuições da mulher.

Ainda assim, não podemos negar que esta situação se configura como um avanço inicial para as mulheres brasileiras no âmbito do trabalho, já que passaram a ter certo reconhecimento e assumiram o espaço público por meio de sua atuação na Assistência, embora esse espaço seja conferido de forma subalterna, pois, o seu papel era o mesmo tanto na esfera privada, quanto na pública: “cuidar”.

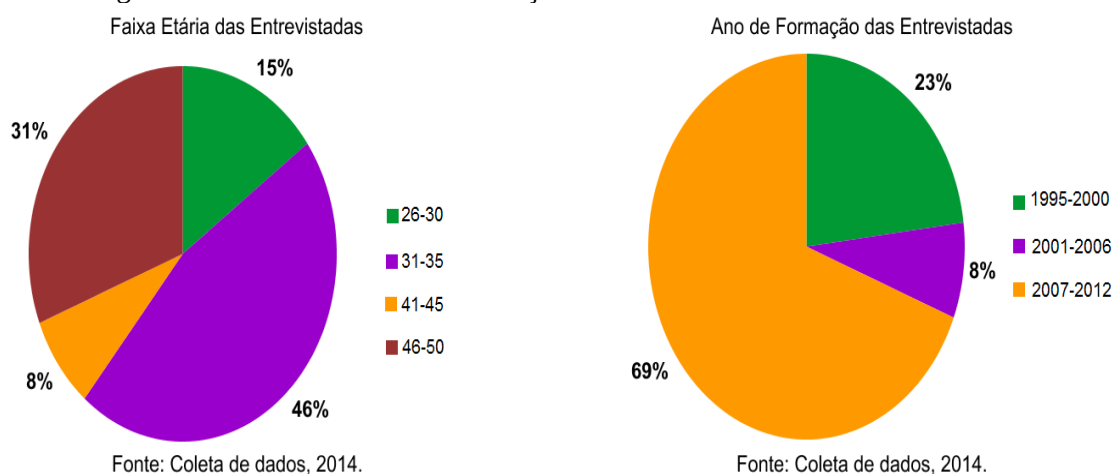
Contemporaneamente, a Assistência Social ganha o caráter de política social imerso na perspectiva de direitos, mantendo histórica predominância feminina, reforçando e perpetuando a tradição da mulher no tocante à área da Assistência Social. Reforçando essa perspectiva, temos Fonseca (2000, p. 95) dizendo que:

No tocante a área da assistência social, observa-se que a mesma se conserva como “gueto” ocupacional de mulheres, revelando estruturar-se de acordo com a tradição de privilegiar a mão de obra feminina nas atividades assistenciais, sejam elas desempenhadas por profissionais de Serviço Social, nutricionistas ou atendentes de enfermagem, de creches e de refeitórios.

Sendo assim, não é de se estranhar que os dados da pesquisa nos tenham mostrado predominância de mulheres no quadro de profissionais dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de João Pessoa, tendo em vista que há uma tendência de naturalizar o papel feminino da Política de Assistência Social.

Quanto à formação, 69% das entrevistadas informaram que concluíram recentemente a graduação entre 2007-2012, o que nos indica uma formação tardia, já que nos dados acima constatamos que 46% das entrevistadas situam-se na faixa etária entre 31 e 35 anos de idade e 31% na faixa entre 46 e 50 anos de idade, como consta nos gráficos comparativos abaixo:

Figura 1: Faixa etária e ano de formação das assistentes sociais entrevistadas.



É interessante observar também que aproximadamente 62% das entrevistadas possuem filhos. Portanto, podemos deduzir que há uma

possibilidade dessa formação tardia ser resultado da opção pela maternidade e priorização da família sobre a formação acadêmica, delegando assim a carreira profissional o caráter secundário para esse grupo de mulheres, que só ingressaram na universidade após o crescimento dos filhos. Outro fato que reitera essa assertiva é a constatação de que 100% das entrevistadas não possui nenhuma outra formação superior, o que nos faz descartar a possibilidade de envolvimento enquanto jovem com outro ramo do conhecimento.

Tendo em vista que essas profissionais concluem tardiamente sua graduação, sua inserção no mercado de trabalho como assistentes sociais, conseqüentemente, também ocorre de maneira atrasada, fazendo com que esta mulher se submeta às relações precarizadas de trabalho e em condição de desigualdade, com relação às profissões desempenhadas prioritariamente pelos homens. De acordo com Melo (2005, p. 34):

[...] as mulheres estão concentradas em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais, menor presença sindical e mais expostas ao desemprego. Outra questão importante refere-se ao peso da execução do trabalho não remunerado, na qual a participação feminina é quase o dobro da masculina e reforça o caráter precário das ocupações femininas [...].

Podemos considerar que essa cadeia de formação e inserção nas relações de trabalho em caráter tardio agravam as condições de exploração da mulher trabalhadora. Dados do Relatório da Comissão Externa da Feminilização da Pobreza (2004, s/p) do Senado Federal apontam que:

[...] a proporção de mulheres que se concentra nas ocupações precárias (61%) é 13% superior à proporção de homens nessa mesma situação (54%). No caso das mulheres negras, essa proporção é de 71%, e 41% delas se concentram nas ocupações mais precárias e desprotegidas do mercado de trabalho. A tendência maior da mão de obra feminina ao desemprego é acentuada por variáveis de “raça”. A mulher negra apresenta uma desvantagem marcante nesse aspecto, com 13,6% de desemprego, em relação aos 10% das mulheres brancas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que 100% das assistentes sociais entrevistadas, inseridas nos CRAS de João Pessoa não possuem vínculo formal de trabalho e apenas 8% delas possuem outro vínculo empregatício. Isso demonstra a dificuldade que as profissionais possuem em conciliar dois vínculos empregatícios em razão da sobrecarga de trabalho a que estão submetidas e das exigências que a instituição impõe, como por exemplo: a exigência institucional de que as profissionais estejam à disposição do trabalho a qualquer dia ou horário; a rigidez quanto ao cumprimento das 30 horas de trabalho, já que devem ser cumpridas de forma corrida em dias seguidos, muitas vezes, dobrando o horário, o que dificulta a possibilidade de obter outro vínculo empregatício.

Nota-se, ainda, que 100% das assistentes sociais entrevistadas não estão satisfeitas com a remuneração ofertada, a qual, no momento da pesquisa, está em torno de 1.200 reais. Essa insatisfação deve-se, principalmente, ao fato de que o nível de exigência institucional não é incompatível com a remuneração ofertada, como elucida os comentários das assistentes sociais quando perguntadas a esse respeito:

“Não estou satisfeita, porque lidamos com questões muito sérias e o salário não é compatível com o nível de responsabilidade que temos.”
(Depoimento de entrevista)

“O salário não é satisfatório porque a demanda pelos serviços é muito grande, com péssimas condições de trabalho, de modo que temos que ter mais de um trabalho para suprir nossas necessidades.”
(Fragmento de entrevista)

“Não acho que o salário seja justo, pois, a demanda posta ao nosso trabalho é grande, as cobranças também, além disso, passamos quatro anos dentro de uma universidade para ganhar 1.200 reais?!”
(Fala da entrevistada)

Além dos salários as entrevistadas apresentaram toda uma problemática, a exemplo dos riscos de vida, agressões e assaltos, aos quais os profissionais são submetidos no território onde se localizam os CRAS, situados em bolsões de pobreza, onde a população torna-se mais vulneráveis às

estratégias de sobrevivência, vinculadas à criminalidade e prostituição. Nessa perspectiva, constatamos as seguintes falas:

“O trabalho do assistente social é muito precarizado e o salário é insuficiente diante da problemática que o trabalho apresenta, sobretudo, os riscos que corremos na comunidade.”
(Comentário da entrevistada)

“(...) trabalhamos com comunidade e corremos riscos reais de vida, sem falar na demanda que é muito grande.”
(Trecho de entrevista)

“No CRAS, temos um grande volume de demandas e corremos risco de vida, na comunidade, além disso, somos nós que damos a “cara pra bater” junto ao usuário, e a nossa carga horária é impossível de se realizar com esse salário. No fim das contas, estamos aqui por acreditar que tem algo que podemos fazer pela comunidade e não pelo salário que não paga o trabalho.”
(Fala da entrevistada)

Outro grupo de entrevistadas traz à tona a questão da desvalorização profissional, pois, o salário pago é incompatível com os anos de estudo dedicado à formação. Os salários dos assistentes sociais equivalem aos valores salariais pagos a muitos profissionais que não possuem nível superior, como justificam os comentários a seguir:

“Não estou satisfeita, porque o exercício da profissão exige muita dedicação e o empregador paga pouco. Muitos profissionais que não tem nível superior ganham mais que nós.”
(Fragmento de fala)

“Estudamos muito e o valor pago não é compatível com o volume de estudos, além disso, temos constatado que outras pessoas que não tem nível superior ganham o mesmo que nós.”
(Depoimento de entrevista)

Somado a isso, registra-se também o agravante relacionado à insuficiência ou mesmo a inexistência de condições objetivas de trabalho, o que impossibilita ainda mais a materialização de uma prática profissional de qualidade, capaz de assegurar direito as condições mínimas de qualidade de vida para o usuário, como o atendimento digno, o que dificulta sobretudo a

materialização de uma prática adequada à proposta do Projeto Ético-Político. Os profissionais afirmam essa precarização nas condições de trabalho, como ilustram os relatos abaixo:

“Não temos condições de trabalho porque o CRAS funciona dentro de um polo de costura. Sentimos dificuldade para executar as atividades diárias, porque falta telefone, computador, papel etc. Muitas vezes temos que utilizar nosso celular pessoal para entrar em contato com os usuários.”
(Fala da entrevistada)

“Não temos condições de trabalho. A maioria dos CRAS se quer tem condições de funcionar, pois, trabalhamos numa sala de 3m², que não cabe nem os técnicos e quiçá os usuários. Além disso falta papel, cartucho, materiais de limpeza, internet, computador e impressora, também falta transporte para realização das visitas demandadas, ou demandas de urgência, nem mesmo tinta para fazer os relatórios; faltam instrumentais e espaço físico.” (...) Na maioria das solicitações dos usuários ocorrem problemas, pois não há cestas básicas suficientes. Não temos um carro para executar as visitas domiciliares.
(Fragmento de entrevista)

“Para atender as demandas, deveria existir um ambiente de acolhimento maior, com ar-condicionado, cadeiras acolchoadas para os usuários, uma brinquedoteca, etc.(...) Ao contrário, o CRAS está cheio de mosquitos da dengue, o chão cheio de buracos, só temos um ventilador. Temos que tirar do bolso para trabalhar, para comprar lanche para os idosos e adolescentes, papel etc.”(Depoimento de entrevista)

Identificamos, desse modo, que 77% das assistentes sociais afirmam que os CRAS não oferecem condições mínimas de trabalho e pior ainda, que sequer possuem condições de funcionamento, tendo em vista a falta de recursos materiais básicos para o exercício profissional. Essas situações, na verdade, expressam um pedido de socorro por parte das profissionais, que acabam se tornando reféns dessa situação.

Apenas 23% dos entrevistados afirmaram que os CRAS têm condições de trabalho, no entanto, é interessante observar que esses profissionais que externalizaram essa resposta demonstraram visivelmente estarem incomodados com as indagações, em alguns casos a coordenadora do serviço estava presente durante a entrevista, sob a justificativa de que não haveria

nenhum local onde a pesquisa fosse feita em sigilo. Algumas falas desse grupo também entraram em contradição, como nessa fala afirmando que: “Tem condições, mas ainda falta muito para ser ideal, por exemplo, não temos um lanche para oferecer aos grupos. Até os benefícios eventuais são limitados”.

Outras narrativas remontam às posturas que descaracterizam a noção de direitos e autorresponsabiliza o profissional pelo andamento ou não do serviço, desencadeando numa prática acrítica e conservadora:

“As condições não são satisfatórias, mas nós temos o “jogo de cintura” para suprir as necessidades e mediar as relações com os usuários. A grande maioria das atividades são custeadas do nosso bolso, para que seja bem feita.”

(Fala da entrevistada)

Apenas uma fala, de fato, afirma ter condições de trabalho satisfatórias: “Sim, pois temos uma estrutura muito boa, incluindo transporte”. Contudo, durante a pesquisa, pudemos verificar que os dez CRAS visitados visivelmente não possuem condições objetivas de trabalho, começando pelas salas de atendimento que são compartilhadas por assistentes sociais e psicólogos, obstaculizando, assim, a preservação do sigilo profissional; as estruturas físicas são precárias, faltando equipamentos até para a confecção dos relatórios sociais etc.

Ainda no que se refere ao salário, os depoimentos chamam atenção para o fato de que o mesmo não supri às necessidades básicas de sobrevivências das profissionais, tendo em vista não ter reajustes anuais, como o salário mínimo, estando, portanto, congelado há anos, tendo como decorrência a ampliação das insatisfações.

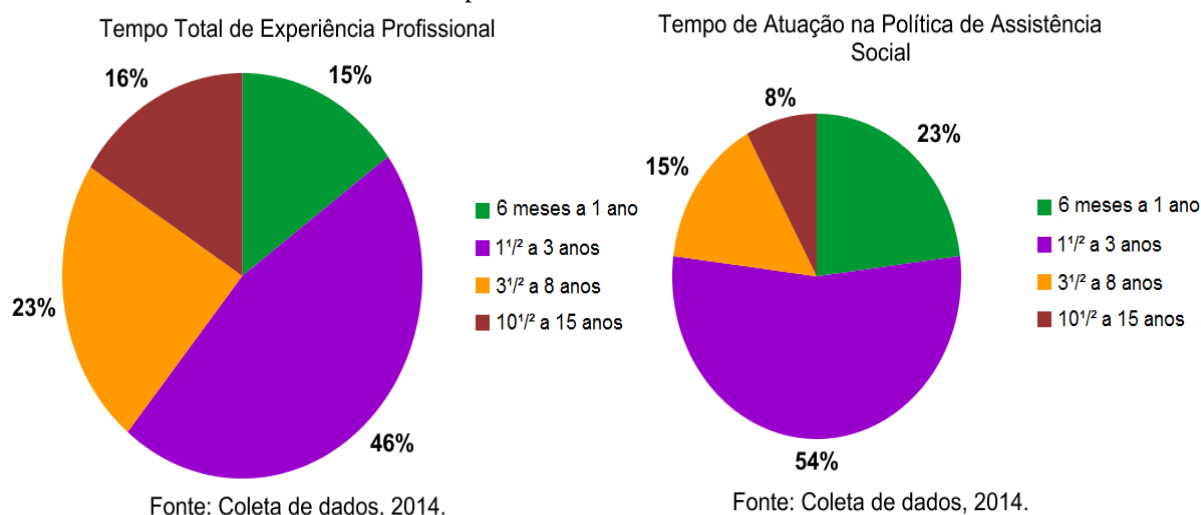
“A defasagem do salário é grande, pois, desde que entrei que é o mesmo valor, está congelado há anos e isso desmotiva demais a prática profissional, assim, com esse salário não temos condições de suprir nossas necessidades básicas. (...) Além do salário ser baixo, ainda temos que pagar passagem, almoço, enfim, não temos direito algum. O único direito que temos é de trabalhar muito por um salário que não compensa.”

(Fragmento de entrevista)

Quanto à forma de ingresso dos profissionais de Serviço Social, as entrevistadas informaram que ocorre mediante análise do currículo, porém, ao prosseguir à entrevista, via de regra, confessaram ter alguém conhecido dentro da gestão que, de alguma forma, facilitou a entrada das mesmas, inclusive uma assistente social cita que: “Foi pelo currículo, mas você sabe que se não tiver uma pessoa lá dentro, eles nem olham teu currículo, rasgam e pronto”.

No que diz respeito ao tempo de atuação das assistentes sociais, especificamente no âmbito dos CRAS detectamos que 54% das entrevistadas atuam no equipamento social de 1 a 3 anos, o que foi curioso, pois os dados referentes ao tempo total de atuação como assistente social aproximaram-se dos dados de tempo de atuação na Política de Assistência Social, revelando que o primeiro emprego da maioria das entrevistadas se deu na presente política social e que continuam vinculadas a ela até hoje.

Figura 2: Tempo total de experiência profissional e tempo de atuação na Política de Assistência Social das profissionais entrevistadas.



Esses dados nos revelam que a maior parte das assistentes sociais entrevistadas teve como primeira experiência profissional a Política de Assistência Social e continuam trabalhando na respectiva política, embora estejam claramente insatisfeitas com suas formas de vínculos e remuneração. O que nos leva a deduzir que a imediatez da prática na presente política absorveu as entrevistadas por meio do pensamento manipulador capitalista que sobrecarrega o cotidiano do exercício profissional com uma árdua rotina de trabalho para um número insuficiente de assistentes sociais. Diante dessas condições, cada profissional no âmbito dos CRAS em João Pessoa-PB é obrigado a atender critérios de planejamento e eficácia, mediante o

cumprimento de metas mensais de atendimento, como é o caso das visitas domiciliares, em que a meta estipulada para cada técnico é de 200 visitas mensais. Esse quadro ainda conta com o agravante de que o veículo disponibilizado pela instituição para executar essa ação é viabilizado apenas de 4 a 5 vezes por mês, tornado absolutamente impossível cada assistente social atender esta meta. Além dessas atividades há toda uma demanda espontânea diária de atendimentos e elaboração de relatórios, mesmo considerando que muitos CRAS, se quer, têm um computador com impressora para viabilizar essa tarefa. O trabalho profissional, ainda inclui reuniões, inclusive fora do expediente de trabalho da equipe, as quais os membros da equipe são obrigados a participar.

Analisando todo esse conjunto de situações e a conjuntura na qual se insere o seu trabalho, podemos constatar que quase não sobra tempo para que o sujeito vivencie outras dimensões de sua vida, quisá vislumbrar inserir-se em outros empregos ou preparar-se para concorrer a outras frentes de trabalho por via de concurso. Embora eles desejem galgar outros espaços, a sobrecarga de trabalho, o estresse gerado pelas altas cobranças institucionais e a necessidade financeira, diante da concorrência no mercado de trabalho, vai condicioná-los a aceitar essa condição precarizada de trabalho. Logo, não resta tempo nem condições financeiras para que essas assistentes sociais possam se qualificar e, conseqüentemente, buscarem espaços profissionais mais interessantes.

Para que possamos ter uma ideia da dimensão dessa problemática, a pesquisa nos demonstrou que apenas 8% das assistentes sociais tem buscado autonomamente participar de eventos de capacitação profissional, como conferências, congressos ou seminários, que não sejam via CRAS (processo de qualificação dos trabalhadores do SUAS, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de João Pessoa), considerando que a instituição normalmente promove eventos de qualificação específicos a fim de capacitar os seus recursos humano em aspectos específicos, nos quais os profissionais são convocados a participarem.

As situações postas nos revelam que a racionalidade instrumental é o fio condutor das diretrizes de intervenção presentes na instituição, tendo em vista que a mesma, por exemplo, quando propõe eventos de qualificação tem por

objetivo conduzir os profissionais ao aperfeiçoamento do “como fazer”, ou seja, ao aprimoramento de instrumentos, técnicas e metodologias de intervenção, esvaziados de qualquer discussão de teor crítico. Segundo as informações obtidas em conversa nas entrevistas, até mesmo quando se vai discutir, em reuniões de rede, casos específicos referentes a situações dos usuários, normalmente, os determinantes sociais que influenciaram o desembocar de situações não são os protagonistas na análise das problemáticas, pois como afirma GUERRA (2014, P. 29):

O pensamento burguês, por seu agnosticismo, ou seja, por não reconhecer a existência de uma essência histórico-concreta e situada historicamente, se manifesta em orientações racionalistas formais, irracionalista, objetivistas, subjetivistas, positivistas, existencialistas e pragmáticas. Tal pensamento inaugura uma racionalidade que se torna hegemônica, a qual reduz a práxis a um conjunto de regras formais, burocráticas e manipulatórias, baseada na objetividade econômico-social que desconsidera solenemente o protagonismo dos sujeitos.

Ainda de acordo com a autora acima citada a racionalidade instrumental exige pouco e empobrece a razão (GUERRA, 2014). Em outras palavras, não permite que o sujeito avance em construções mais elaboradas do pensamento, não permite o movimento da crítica e consequentemente reduz a racionalidade a respostas pontuais, imediatas e focalizadas, em outras palavras, reduz a mesma a critérios de eficiência e eficácia.

3.3 A Prática Profissional frente ao Projeto Ético-Político

No que consiste à opinião das assistentes sociais quanto à viabilidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social é interessante dizer que 93% das entrevistadas declararam acredita na sua viabilidade, enquanto apenas 7% afirmaram que o projeto não tem viabilidade. Todavia, quando solicitadas a justificar o porquê da resposta, todas demonstraram dificuldades para fazer e 62% contradisseram-se, como esses expressa esses discursos a seguir:

“É viável, mas encontramos desafios, porque nos deparamos com o assistencialismo, como, por exemplo, as cestas básicas,

que não tiram ninguém da miséria. Mas é viável, é possível porque é uma construção.”

(Fragmento de fala da entrevistada)

“O projeto profissional é uma ótima proposta, porém para que seja materializada seria necessário um comprometimento coletivo da sociedade, para que as mudanças pudessem acontecer. A mudança societária não depende só da nossa categoria. Portanto, é viável, mas no dia a dia não é materializável, pois, na prática ele não acontece..”

(Trecho de entrevista)

“Na nossa realidade profissional, [com contratos precarizados] nós não conseguimos ver a realização dele. Talvez com os profissionais concursados a realidade seja outra. (...) A gente também sofre os efeitos da desvalorização do profissional, é como se nosso trabalho fosse algo que qualquer um pode fazer. Assim, não tem condições objetivas para materializar o projeto.”

(Depoimento da entrevistada)

Os elementos apresentados pelas falas das profissionais são os indicadores da falta de condições objetivas, que dificultam a materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social e consequentemente direcionam a profissão na perspectiva de reprodução do conservadorismo, visto que a precarização do trabalho e as práticas assistencialistas, tais como a concessão de cestas básicas são um dos elementos indicativos de reprodução do conservadorismo. Não podemos esquecer, inclusive, que as condições objetivas são mediações necessárias, para a materialização do Projeto Ético-Político, desse modo quando as instituições empregadoras obstaculizam esses materiais concretos, traz obstáculos à intervenção profissional também, tendo em vista que os sujeitos profissionais dependem do contexto institucional para materializar um exercício profissional condizente com o direcionamento da categoria profissional. De acordo com SANTOS (2010, p. 80-81):

A prática profissional tem uma intervenção cuja execução é dinamizada por sujeitos profissionais, os assistentes sociais, porém, não é apenas esse sujeito sozinho que a organiza. Como já salientado, essa prática é resultado da formação teórica, política e técnica dos profissionais, mas também produto da organização social e do contexto institucional empregador.

Estas tendências constataam também a forte precarização e exploração do trabalho das assistentes sociais, que consequentemente desembocam em instabilidade e insegurança, fragilizando assim o universo da intervenção profissional, além de enfraquecer o aprimoramento intelectual, tendo em vista a insuficiência de recursos financeiros e tempo hábil, logo sem este aprimoramento, que daria condições de análise do real em sua complexidade, o assistente social torna-se mais suscetível a posturas conservadoras.

Sendo assim, análise desses discursos nos leva a levantar duas questões: primeira: as assistentes sociais não compreenderam o significado do termo viável? De acordo com a língua portuguesa, ser viável significa que pode ser percorrido; não oferece obstáculos ou embaraços, em que é possível abrir caminho ou passagem etc.; Segunda: elas responderam de acordo com o desejo manifesto no discurso da profissão sem que essa resposta represente de fato sua opinião, pois, não faria sentido afirmar que o Projeto Ético Político do Serviço Social é viável e ao mesmo tempo argumentar o oposto na questão seguinte, apresentando elementos que justificam sua inviabilidade.

Essas respostas indicam problemas, ao tempo em que apresentam elementos explicativos da forma pela qual o conservadorismo se reproduz no espaço da assistência. Partindo-se das justificativas podemos afirmar que a maioria das assistentes sociais entrevistadas, de fato, não acredita na viabilidade do Projeto Ético Político da profissão, apontando para o perigo de estarem direcionando o exercício profissional na perspectiva da lógica conservadora, pautada na racionalidade forma abstrata, significando, assim, um forte recuo conservador da prática profissional.

Sobre esse aspecto, acreditamos que esse panorama conservador se deve ao fato do cotidiano das assistentes sociais ser reduzido às questões dos instrumentos e técnicas dissociados das dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, sobretudo, em razão das demandas aparecerem para as profissionais de forma imediatizadas, fragmentadas e heterogenias, implicando na utilização do instrumental técnico-operativo em uma perspectiva conservadora. Enfim, todas essas questões fazem o profissional perde-se na lógica da racionalidade burguesa e, consequentemente, cair num processo de alienação, fazendo com que as respostas profissionais fiquem aquém das possibilidades de uma ação crítica.

É importante frisar, que sabemos que as demandas do usuário são sempre muito mais de ordem técnico operativa, no entanto é papel do profissional não se limitar a essas demandas, sabendo que para intervir de forma técnico-operativa é necessário conhecimentos teórico-metodológico e postura ético-político. Desse modo, quando perguntamos as assistentes sociais quais as atividades mais demandadas para o Serviço Social, as respostas foram as seguintes:

“Encaminhamento para encaminhamento para benefícios eventuais. Cadastro único e encaminhamento para o bolsa-família, balcão de direitos, visita domiciliar para acompanhamento das famílias PAIF,,.”
(Depoimento de entrevista)

Segundo Santos, Filho e Backx (2013, p. 26), “reduzir a dimensão técnico-operativo ao instrumental técnico-operativo significa, portanto reduzi-la a um estatuto meramente formal, compatível com os ditames da racionalidade burguesa”. Posto isso, verificamos que as entrevistadas restringem sua prática ao cumprimento de normas técnicas postas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sem que haja a possibilidade de se sobrepor ao caráter paliativo, burocratizado e fragmentado do exercício profissional. Tudo isso em decorrência do supracitado ministério estabelecer um roteiro rígido de atuação, que controla a prática dos profissionais de cima pra baixo, subordinando assim a direção do fazer profissional aos ditames das normas e regras e condicionalidades inerentes a Política de Assistência Social.

Dentro dessa realidade adversa, os desafios são inúmeros e por essa razão indagamos as assistentes sociais sobre quais as principais limitações postas à prática do serviço social no CRAS, para cuja questão 69% responderam, que maioria dos CRAS apresenta dificuldades referente aos trâmites burocráticas, que inviabilizam a materialização de direitos e sobretudo a falta de condições materiais de trabalho. Para ilustrar essa tendência apresentamos os seguintes depoimentos:

“A dificuldade é que embora procuremos encaminhar corretamente, para o lugar certo na maioria das vezes não temos o retorno e isso desacredita o CRAS. (...) A morosidade

da burocracia é outra dificuldade, pois, os usuários tem necessidades imediatas, que não pode esperar e isso gera uma situação desagradável para o usuário que consequentemente se reflete no profissional. Dificuldade decorrente da falta de estrutura e informatização da rede”.

“O principal desafio é atender a demanda posta por ele, como o acompanhamento psicossocial, planejamento e cumprimento de metas. Porque a meta é alta para o número de profissionais (...) A maior dificuldade é saber da necessidade da família e não ter condições de atender, em virtude da limitação. Vai além do nosso desempenho profissional.”

As respostas acima descritas nos direcionam para a tese de que a própria formatação da Política de Assistência, no tocante à proteção básica (CRAS), inviabiliza a materialização de uma prática crítica e, por conseguinte, a materialização do Projeto Ético Político, resultando, assim, em uma prática conservadora, embora o potencial reflexivo da maioria das profissionais seja crítico. Vale ressaltar que elas demonstraram ter consciência da conjuntura problemática na qual estão inseridas, no entanto acabam por reproduzir um exercício profissional de natureza conservadora, na medida em que esta prática é tensionada pelas exigências postas pela Política de Assistência Social.

Todavia, existe um percentual significativo de aproximadamente 31%, de profissionais que hora se encontram absolutamente submetidos à lógica institucional, como demonstra esse discurso: “(...) o maior desafio é fazer essas mediações para acalmar os ânimos do público, pois, estamos representando a instituição”. Outros depoimentos ainda retomam posturas historicamente abandonadas pela profissão, como a culpabilização do usuário, como ilustra a fala de uma entrevistada, quando diz que: “A maior dificuldade é quando a pessoa não está no perfil e ela não aceita”. Isso se deve a lógica fragmentada dos serviços socioassistenciais, que impõe critérios de seletividade para a concessão de benefícios, resultando na disponibilização de um orçamento incompatível com o número de demandas, fazendo com que o assistente social siga critérios institucionais rígidos para selecionar o público, processo que leva o profissional a uma postura mecânica de triagem, a qual tende a reforçar a proposta institucional, na lógica controladora, como resposta à problemática social. No que consiste à pressão de forças políticas conservadoras sobre a

prática profissional, para priorizar determinados segmentos ou famílias, 38% das falas nos mostram que existem de fato muitas pressões.

Nesse sentido, as assistentes sociais revelaram que:

*“Vivenciamos a pressão política em todos os períodos do ano. A pressão se dá na questão do apoio político, enquanto eleitores, ou seja, para apoiar determinado candidato no momento da eleição. A pressão vem do executivo dos gestores, da própria secretaria de desenvolvimento social e essa pressão sempre se intensifica no período eleitoral.”
Chegam recadinhos de pessoas que trabalham na prefeitura, mas a gente nem olha, porque olhamos para a condição da família, se ela está no perfil ou não (Depoimentos de duas profissionais entrevistadas)*

O exercício profissional configura-se, dessa forma, como uma clara prática clientelista, que impede a consolidação dos direitos sociais. Segundo Carvalho (1998,), o conceito de clientelismo de um modo geral:

Indica um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. (p. 134)

Um grupo representativo de aproximadamente 54% preferiu não responder a pergunta, demonstrando sentirem-se desconfortáveis com a indagação, sobretudo porque a pesquisa foi aplicada no período eleitoral. Sendo assim, essa questão trouxe um clima de constrangimento e estresse para as pesquisadas, tendo em vista que muitas manifestaram medo de perder seus empregos caso essa questão fosse respondida, preferindo silenciar, para não se comprometerem.

Apenas uma entrevistada afirmou que não há pressão para priorizar determinados segmentos ou família, porém ao completar sua resposta afirma também que a instituição obriga as profissionais a fazer campanhas em períodos eleitorais, o que nos mostra a face de subordinação opressiva e controladora, que as forças políticas locais imprimem à Política de Assistência Social no município, fortalecendo sua perspectiva do favor em detrimento da lógica dos direitos, o que, conseqüentemente, fragiliza a noção de direito. Esse dado revela a utilização do emprego como mecanismo de coerção para obrigar

os profissionais a se submeterem às ordens do poder, tendo em vista que o critério de seleção e inserção na Política de Assistência Social do município é a indicação e não o concurso público, o que contraria as recomendações postas pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos da Assistência Social (NOBS-RH/SUAS, 2005, p. 5), na qual consta a “ampliação do quadro de profissionais de Serviço Social e profissionais de áreas afins, **mediante concurso público** e garantia que os órgãos gestores da Assistência Social das três instâncias possuam assessoria técnica”. Logo, as profissionais tornam-se oprimidas nessa relação e tolhidas em sua autonomia para materializar uma prática comprometida com o Projeto Ético Político da Profissão.

Não é por acaso que 69% das pesquisadas informaram que existe contradição entre as exigências postas pela instituição e os princípios e diretrizes da profissão, como podemos observar nas seguintes falas:

“Muitas vezes existem critérios, que não são contemplados, ou seja, existem pessoas que estão dentro dos critérios, mas não são contempladas. Infelizmente, isso tem haver com a questão da politicagem e da desvalorização do profissional.”

Esse fragmento de fala da entrevistada evidencia um modelo de gestão perpassado por relações clientelistas de cunho eleitoreiro, que compromete a perspectiva do direito e que burla o sistema para privilegiar indivíduos, com os quais a gestão tem interesses particulares, em detrimento do atendimento compatível com os critérios de seleção postos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Os dados tem evidenciado, também, a imposição hierárquica do poder local no exercício do controle verticalizado de cima pra baixo, que a instituição exerce sobre o profissional, como exemplificam essas falas:

“ Existe uma hierarquia que deve ser cumprida e nós ficamos a mercê.(...) Porque o assistente social é funcionário da prefeitura e infelizmente não temos autonomia para executar nosso trabalho como queremos.” (depoimento de entrevista)

Inclusive o direito do profissional exercer suas atribuições privativas é controlado e definido pela instituição, haja visto a orientação de estágio,

atividade na qual não é permitido ao assistente social decidir sobre quantos alunos quer ou tem condições de orientar:

*“Em um CRAS com pequena instalação (apenas 1 sala) somos **obrigadas** a acompanhar 3 estagiárias e não é perguntado nem se nós temos condições de acolher.” (Fragmento de entrevista)*

De modo geral, essa subordinação exercida pela instituição sobre o profissional deve-se a forma de concessão do emprego, por vias de indicação política, tornando, assim, as assistentes sociais reféns da instituição. De acordo com Faleiros (2011, p. 65):

A dominação “aceita” se torna legitimada. Maquiavel dizia que o príncipe tem que ser amado e temido, mas se ele não puder ser ao mesmo tempo amado e temido, teria de ser pelo menos temido e não odiado (Maquiavel, 1979:71). Esta é a conclusão de um dos capítulos de o Príncipe. A hegemonia desse processo de “aceitação da dominação” pela busca de consenso, do consentimento das classes subalternas a uma dominação que se pretende mais adequada, “não dominadora”. As relações de poder se inscrevem no contexto dessas relações mais amplas do processo de dominação política.

Os demais depoimentos abaixo reiteram as relações disciplinadoras da prática institucional, sob a lógica da produtividade e do mando hierárquico, aos quais as assistentes sociais estão submetidas, no nível do cotidiano profissional e que agravam as contradições entre exigências institucionais e os princípios e diretrizes da profissão:

Somos cobrados como se fossemos máquinas, não querem saber se estamos doentes, se temos condições de trabalho... só querem que a gente esteja a disposição do CRAS.” (Declaração de uma entrevistada)

“As normas regulamentadoras da instituição são excludentes. Nós ficamos de mãos atadas, porque queremos incluir mais pessoas nos serviços, mas não podemos, então, a instituição não leva em consideração as diretrizes da profissão (...) A instituição exige muito e não dá condições, não dão liberdade e a burocracia entra em choque com a profissão, porque dificulta o acesso do usuário aos direitos.” (Fragmento de entrevista de duas profissionais)

O segundo discurso chama a atenção porque versa sobre a lógica produtivista que a instituição obriga o profissional a seguir, estabelecendo metas irrealizáveis de produtividade, como se atendimento ao usuário pudesse ser reduzido à lógica de produção de mercadorias, com tempo e movimentos controlados e com expectativa de atendimento definido, por exemplo, as profissionais têm metas de visitas domiciliares, de atendimento à demanda espontânea e de produção de relatório sociais a serem cumpridas. Logo a lógica que rege esta relação profissional é a mesma lógica de mercado estabelecida pelo capital, no seu processo de reprodução, obedecendo as suas leis, de modo que representa um padrão de reprodução das relações capitalistas apontado por teóricos como Josiane Soares dos Santos (ano), como reprodução do conservadorismo.

Quando questionadas a respeito da relação entre gestores e técnicos, as respostas remontam novamente para a relação hierárquica, além de apontar contradição, tendo em vista que todas as afirmativas apontam para a dificuldade na relação, mas em seguida vem amparada de justificativas, que remetem ao popular discurso contraditório: “É ruim, mas é boa”, como consta nesse discurso: “A relação com os gestores tem percalços porque eles só querem mandar, mas é boa.”. Comprovando mais uma vez nossa análise acima:

“A relação com os gestores é distante, mas eu entendo que é uma relação de precariedade, também pra eles, ou seja, eles são obrigados a fazerem certas coisas, para se manter no serviço. É uma estrutura fixa e fechada. Não existe uma preocupação para saber se eles tem condições de executar a função. (...) A relação com os gestores é ruim porque é pautada na desvalorização do profissional e muitas imposições maquiadas.” (Falas de duas entrevistadas)

Surpreendentemente, quando perguntadas se identificavam algum traço conservador na Política de Assistência Social, 85% das entrevistadas afirmaram que sim, o que nos serve de indicador para entender que o trabalho cotidiano da maioria das assistentes sociais dos CRAS de João Pessoa desenvolve-se de maneira que assume uma feição conservadora não porque elas sejam profissionais “alienadas” de sua condição de inserção nas relações sociais, mas em decorrência das péssimas condições de trabalho, nas quais se encontram e do caráter burocrático da política, que não lhe possibilita tempo

para pensar a intervenção profissional e as pressões políticas eleitoreiras a que estão submetidas. Vejamos a justificativa das profissionais:

“Ainda existe o viés do assistencialismo, onde o CRAS é conhecido como o lugar para “pegar a feira”, não há uma concepção que lhe remeta ao o âmbito da transformação social e essa visão não é só dos usuários, mas também de alguns profissionais, como pedagogos e psicólogos. Acho também que a política é conservadora pelo limite do benefício, que não dá condições para o usuário superar sua condição de dependência e carência.” (Depoimento de Entrevista)

“O conservadorismo situa-se no fato de não realizar os benefícios como direitos, mas como práticas assistencialistas. Por outro lado, os usuários também acham que seus direitos são meros favores e os benefícios eventuais não resolvem o problema. (...) Isso é muito forte, porque a assistência sempre vai estar ligada ao favor e só mudará quando tivermos gestores que conheçam a política.” (Trecho de entrevista)

O bloco de respostas acima demonstra que as assistentes sociais percebem limitações nos benefícios ofertados pelo CRAS, pois, como afirma a assistente social, isso se deve ao fato de que **“(...) no final das contas a política acaba sendo assistencialista, porque ela não muda a realidade”**. As respostas demonstram que os benefícios, além de serem limitados, também são corrompidos pela concepção do favor, que traz um giro conservador para a política. Temos, ainda, outro agravante, que é o conhecimento limitado por parte dos usuários, que reconhecem o CRAS como “[...] o lugar para pegar a feira [...]”.

Nesse sentido, acreditamos que essa visão distorcida é fruto da própria limitação dos serviços ofertados pelos CRAS, cujo carro chefe são os benefícios eventuais: cesta básica, colchão, auxílio enxoval e auxílio funeral, que reproduz a lógica assistencialista, pois, não tira os indivíduos da condição de pobreza e obscurece a noção de direitos, dificultando, assim, a apreensão dos benefícios eventuais enquanto direitos. Temos visto que isso se dá, sobretudo, porque historicamente a Política de Assistência Social é carregada por conotações caritativas e filantrópicas e pela concepção de ajuda, que se mantém viva contemporaneamente.

Uma entrevistada afirma que o viés conservador da Política de Assistência Social é decorrente da própria natureza seletiva e fragmentada da política que remonta a ideia do “pão e circo”:

“A Política de Assistência é conservadora porque ainda é muito “pão e circo”, não existe uma medida estrutural, porque tudo é paliativo e isso acomoda as famílias e é justamente isso que os políticos querem.”

Esse depoimento reforça a ideia de que a Política de Assistência Social é objeto de um tipo específico de patrimonialismo nas relações políticas eleitorais, como demonstra os depoimentos abaixo:

“O conservadorismo perpassa todo o sistema de assistência social, infelizmente, pois, ainda há muito assistencialismo e as relações de poder são muito arcaicas, tendo em vista que os mesmos gestores perpetuam-se no poder por muitos anos.”

O discurso profissional acima revela o entendimento das entrevistadas, referente à situação a que estão submetidas, demonstrando uma postura voltada para a garantia de direitos. É verdade que isso não é suficiente para romper com a perspectiva conservadora da prática profissional das assistentes sociais dos CRAS de João Pessoa, pois essa situação específica não depende apenas da vontade pessoal das assistentes sociais, mas de todo um contexto que envolve inclusive a própria construção da Política de Assistência Social, que, como pudemos verificar no capítulo I deste trabalho, surgiu como mecanismo de controle e regulação social, logo sem quaisquer pretensões de transformação social ou mesmo de superação das condições de pobreza dos indivíduos. Temos visto que a prática profissional das assistentes sociais torna-se engessada e condicionada aos ditames do MDS e da gestão municipal da política, que é atravessada por práticas clientelistas, desconstruindo, assim, a noção de direitos.

Partindo da análise dessa conjuntura complexa que envolve a política social no Estado brasileiro, indagamos às assistentes sociais sobre quais os principais desafios postos à prática profissional e constatamos que 69% das respostas apontaram para situações relacionadas à falta de condições objetivas de trabalho, inclusive da precarização do trabalho a que estão

submetidas, às limitações dos benefícios e da própria Política de Assistência Social.

Determinado por esse processo os dados explicitam também a natureza neoliberal do Estado e de suas políticas regulatórias da sociedade marcada pela precarização de suas estruturação e formas de financiamentos. Desse modo, as condições objetivas de trabalho impostas pelo sistema capitalista à classe trabalhadora precariza fundamentalmente a sua vida, sendo responsável pela ampliação de sua situação de miséria, enquanto isso, a política de proteção social do Estado neoliberal não possibilita o atendimento das necessidades dos trabalhadores de modo que os mesmos tenham suas demandas cotidianas respondidas. Diante desse quadro, a responsabilização individual do profissional é intensificada, sem levar em consideração a falta de condições de trabalho para executar tais proposta.

A ofensiva neoliberal, que opera na contramão do atendimento às necessidades humanas, tendo em vista sua configuração caracterizada por critérios seletivos, fragmentada e compensatória, cuja proposta é o atendimento a “todos os que dela necessitam”, portanto não orientado no princípio da universalidade. No entanto, nem mesmo esse critério é respeitado, tendo em vista que na operacionalização da prática profissional tem-se observado a contradição desse discurso, pois, a mesma não tem atendido nem aos usuários que estão no perfil de inserção na política, como comprova a fala da assistente social: “muitas vezes atendemos pessoas que estão no perfil para receber os benefícios eventuais e a instituição não libera”.

Em seguida, 15% das assistentes sociais pontuaram a dificuldade de executar uma prática comprometida com os princípios e diretrizes da profissão em razão do retrocesso às posturas assistencialistas por parte da gestão da política e da própria natureza limitada dos benefícios eventuais:

*“A maior dificuldade é a de realizar atendimentos com eficácia e a superação de práticas assistencialistas, pois, consiste um grande desafio o esforço de não se limitar aos benefícios eventuais, os quais dão um caráter assistencialista à prática.”
(depoimento de entrevista)*

Temos, ainda, a resposta de uma profissional que reitera a problemática dos riscos de vida enfrentados pelos profissionais nas áreas territoriais de atuação, como já apontado acima:

*“Falta de condições de trabalho, questão salarial, infraestrutura e **risco de morte na comunidade**. (Grifo nosso).*

Como salientamos em negrito, há o agravante dos riscos iminentes do território à medida que os CRAS situam-se em áreas com altos índices de vulnerabilidade social e cujas estratégias de sobrevivência passam por envolvimento com a criminalidade e prostituição. Por conseguinte, os profissionais são destinados a essas áreas sem qualquer tipo de apoio que represente proteção da instituição, além da falta de infraestrutura e das condições mínimas para dar respostas às expressões da questão social, no território, o que obviamente agrava a situação do profissional, pois, os usuários não compreendem as limitações estruturais, que vivenciam a equipe técnica. Com razão esses usuários acabam se revoltando, pois, afinal de contas sempre lhes foram negados todos os direitos. Diante da insatisfação social e da desinformação, os profissionais do CRAS acabam por receberem todas as manifestações de descontentamentos inclusive agressividade por parte desses usuários, o que pode sinalizar inclusive riscos de vida a equipe técnica.

A pesquisa também identificou a opinião das assistentes sociais sobre as contribuições da prática profissional do Serviço Social na viabilização das atividades na esfera dos CRAS, mesmo em meio às profundas adversidades no cotidiano profissional, como expresso nos depoimentos a seguir:

“Contribuímos com o CRAS, porque esclarecemos o usuário, possibilitando-lhe uma visão mais ampla a respeito de seus direitos sociais e com isso oferecemos as condições necessárias à promover a emancipação das famílias. (...) Contribuímos com informação, orientações e esclarecimento sobre os direitos dos usuários, e com encaminhamentos para a rede socioassistencial, de modo a garantir as condições de acessos aos benefícios.” (Fragmento de entrevista)

“Contribuímos com o acompanhamento às famílias, prestando atendimento social individualizado, de modo a assegurar a efetivação dos direitos do cidadão. Assim, a principal contribuição é apresentar um olhar diferenciado, buscando

resolver as questões dos usuários de forma ampla e tentando não cair na rotina.”

Os depoimentos acima expressam a compreensão das assistentes sociais sobre o horizonte no qual se inscreve o papel social da profissão: a viabilização de direitos. No entanto, no cotidiano da vida profissional, esse papel tem se restringido à dimensão técnico-operativa e se contrapõe à direção assumida pelo projeto profissional hegemônico do Serviço Social, que se vincula ao processo de construção de uma nova ordem societária.

Nota-se que as respostas não se pautaram na perspectiva transformadora, mas sim na razão instrumental, cuja racionalidade é subordinada ao alcance de resultados imediatos e funcionais às estruturas capitalistas, cuja razão técnica é eminentemente manipulatória e funcional à dominação do capital.

A racionalidade técnica, pautada na razão instrumental, captura o assistente social e tende a fazê-lo atribuir aos instrumentos e técnicas de trabalho uma condição superior as demais dimensões da profissão, como afirma Guerra (2014):

[...] o Serviço Social defronta-se com uma tendência presente nas requisições profissionais, de atribuir aos instrumentos e técnicas, municiadores da intervenção, um *status* superior àquele que é dado aos demais componentes da prática profissional. Se essa tendência encontra seu ponto de sustentação no fetichismo que envolve as relações sociais do mundo burguês e que, em última instância são representações falsas sobre a realidade, ela não é uma construção arbitrária. (p. 229)

É como se as metodologias e instrumentos de intervenção independessem da direção teórico-metodológica e ético-política do assistente social. Segundo Guerra (2014), “atribuir autonomia às metodologias de ação a ao instrumental técnico, ao separá-los e torná-los independentes do projeto profissional, o assistente social acaba por transformar o que é acessório em essencial”. (p. 230),

Com essa afirmação a autora critica o pensamento que reduz as múltiplas dimensões do fazer profissional e pauta-se num direcionamento, que

deriva da racionalidade formal-abstrata, a qual tende a deformar a realidade, fazendo com que os profissionais apreendam a ideologia burguesa de que a sua prática profissional é puramente “técnica”. Assim, ao ser “enquadrado” como profissional de caráter eminentemente técnico, ao exercer funções executivas, o assistente social pensa poder eximir-se da reflexão teórica e fixar seu foco de preocupações no seu cotidiano profissional, para que os modelos analíticos e interventivos testados e cristalizados pelas suas experiências e de outrem, sejam suficientes (GUERRA, 2014).

Essas medidas são indicativas que o direcionamento da prática tende à reprodução do conservadorismo, pois os discursos expressos pelas assistentes sociais voltam-se para o “como fazer”, isolando a dimensão interventiva do Serviço Social, em detrimento das demais dimensões necessárias à prática do Serviço Social, quais sejam, a dimensão teórico-metodológica e ético-política.

Com base no exposto acima, uma preocupação emerge, em razão que as assistentes sociais demonstram uma insuficiência teórica de análise do real e obviamente sem formação teórica não é possível compreender com clareza o significado da operacionalização, o que compromete a capacidade de uma intervenção crítica e qualificada, pois como explica SANTOS (2010) “o que compete à teoria é revelar as mediações que constituem a prática, é mostrar que a prática é um processo histórico determinado pela ação dos homens, é referenciar a prática e dentro dela os instrumentos e técnicas.” Logo se o profissional não possui o aporte teórico necessário, sua capacidade de análise conjuntural fica comprometida, fazendo com que o mesmo imprima uma prática conservadora.

3.4 Questões Relacionadas à Formação Profissional

É interessante perceber que no bloco de questões pertinente à formação profissional, especificamente na questão referente às contribuições dos conteúdos da graduação para o exercício profissional, constatamos dificuldade por parte das profissionais para compreenderem a unidade dialética entre a relação teoria x prática. Acreditamos que essa dificuldade é decorrente do pensamento formal abstrata que demarca sua influencia no processo de

formação profissional e que traz como estratégia de manutenção de sua hegemonia a separação entre as esferas da teoria e da prática, colocando cada um numa “trincheira” separada, onde se desenvolve uma guerra ideológica, cujo objetivo é “separar para conquistar”. GUERRA (2014) afirma ainda que:

O pensamento racionalista formal, predominante no capitalismo monopolista, mantém-se irredutível em aceitar a unidade teoria/prática. Esta recusa de cunho conservador tem como pano de fundo as falsas representações produzidas pelas classes ou facções de classes dominantes. (p. 230)

A citação acima trás o maior fleche para a reprodução do conservadorismo na representação que as profissionais fazem sobre a sociedade, afinal essas assistentes sociais absorveram a lógica do pensamento racionalista formal, ou seja, foram cooptadas pela racionalidade burguesa, em virtude da insuficiência teórico-metodológica, e em consequência disso reproduzirão a lógica capitalista, que trás a falsa compreensão de que teoria e prática são unidades distintas pertencentes a universos diametralmente opostos.

Os dados da pesquisa nos levaram a observar que, aproximadamente 69% das assistentes sociais afirmaram que os conteúdos apreendidos na graduação tem relevância para o exercício profissional, entretanto percebemos no decorrer da pesquisa, que as respostas correspondiam mais a uma tentativa de “agradar”, do que realmente expressar uma opinião verdadeira, tendo em vista que esses 69% para terem condições de emitir uma opinião respeito necessitaram perguntar a pesquisadora quais as disciplinas que o curso oferta e para que “servia” algumas disciplinas, fragilizando assim a credibilidade das respostas.

“O que é apreendido na universidade dá uma base, as disciplinas são importante para enxergar as situações sociais, e permite entender o contexto histórico (...) Os conteúdos ampliam nossas visões no que se refere ao ambiente em que vivemos, ajuda a combater o preconceito, a identificar a negligencia e a violação de direitos e nos incentiva a lutar pelos por eles.”. O meu olhar, é o olhar social” (Trechos de depoimentos de Assistentes Sociais entrevistadas)

“A formação teórica apreendida na universidade contribui muito na prática diária, por conter todo um suporte metodológico e

ético política que nos ajuda a compreender os fenômenos sociais. A questão do embasamento teórico é fundamental para ter subsídio e poder argumentativo para solicitar o benefício.”
(Depoimentos de Assistentes Sociais entrevistadas)

Os dados também demonstraram outra tendência de 31% das assistentes sociais dos CRAS que tem reproduzido a racionalidade burguesa, que “historicamente tenciona a profissão” (GUERRA, 2014, p. 234) e têm se limitado a objetivar uma prática eminentemente burocrática, que se contrapõe à concepção adotada pelo Projeto Ético-Político, inclusive sem a compreensão da relação teoria/prática. Como demonstram as afirmativas abaixo:

“A formação contribui na questão do conhecimento, mas 90% não contribui em nada, pois a teoria é muito diferente da prática. Porque é a prática que vai te ensinar, que vai te dar manejo para lidar com a comunidade. O que estudamos não tem nada a ver com a prática. A gente sai da faculdade sem preparação para a prática, sem saber fazer nada. Não era sonho da minha vida ser assistente sócia. Eu aprendi fazendo. O conteúdo que mais ajudou foi política social. (...) A prática dos CRAS nós não vemos na academia, a gente aprende fazendo, por exemplo: eu nunca fiz um relatório social lá, aprendi na prática.” (Trechos de depoimentos de entrevistas com assistentes Sociais)

Quando perguntadas sobre a validade dos conteúdos da formação para a prática, 46% das entrevistadas afirmaram não haver conteúdo sem utilidade, como demonstram as falas abaixo:

“Todos os conteúdos têm uma grande importância para a prática. Talvez nós pequemos um pouco pela superficialidade dos conteúdos, mas é compreensível, porque a academia não vai dar conta de tudo que precisamos. (...) pois todos tem utilidade e cada um tem seu papel.”
(Relato de duas entrevistadas)

Entretanto, 54% afirmaram que os conteúdos não apresentavam utilidade para a prática profissional, contudo, ao justificarem estas respostas, as entrevistadas mostraram-se superficiais ou contraditórias:

“Nem todos os conteúdos são contemplados na prática profissional (...), pois a teoria deixa a desejar e não tem muita utilidade para a prática profissional. Porque não é o que vivenciamos no dia a dia.”
(Comentário emitido por três entrevistadas)

Já 23% das respostas nos remetem à equívoca cisão de que na “prática a teoria é outra” como podemos observar nas falas a seguir: “Nem todos os conteúdos são contemplados na prática profissional, pois depende do seu Política Social escolhida” Referindo a relação Teoria e Prática, no cotidiano da prática eles ainda afirmaram que: “(...) muitas disciplinas não tem tanta relação com a realidade. Não vemos o trabalho do assistente social em cada prática, nós só vemos o contexto histórico, mas não vai para a prática. Não é o que vivenciamos no dia a dia.” (Depoimentos de Entrevista)

Essas respostas nos levam a perceber que as assistentes sociais trazem uma interpretação equivocada da relação, fazendo supor que há uma cisão entre teoria e prática. De acordo com Guerra (2014, p. 237):

[...] a dicotomia entre teoria e prática, ou “ausência de teoria” no Serviço Social, não é causa da limitação ou restrição dos profissionais à execução de atividades técnicas, mas decorrência, tanto da forma peculiar pela qual a inserção na divisão social e técnica do trabalho se realiza, quanto da cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual e da constante necessidade de modernização profissional imposta pelos processos econômicos e políticos, que engendram as inovações tecnológicas, enfim de elementos exógenos ao Serviço Social. [...] A dinâmica da realidade, ao negar a preponderância positivista de enquadrar fatos, fenômenos e processos, de integrá-los funcionalmente aos sistemas, põe à luz a ineficiência desse modo de interpretação da realidade, o que acaba produzindo falsas ilusões de que “para o Serviço Social a teoria, na prática, é outra”.

Na verdade, há uma incorporação da racionalidade formal-abstrata na interpretação da realidade das assistentes sociais, que, conseqüentemente, inspira a prática profissional.

O conjunto dessas questões nos levou a percebermos uma grave problemática no que tange a prática profissional no âmbito dos CRAS de João Pessoa-PB, que tende a se configurar como conservadora por limitar o fazer profissional à dimensão técnico-operativa, além de reduzir o conhecimento ao domínio dos procedimentos da Política de Assistência Social e este ao

conhecimento de normas e regras que orientam a intervenção profissional, desembocando assim numa racionalidade instrumental, que como diria GUERRA (2014) “a racionalidade instrumental não nos permite avançar na construção do novo, do não instituído, do vir a ser. Ela se coloca na lógica da sociedade, do seu status quo.”

Associado a esse equívoco, temos também as dificuldades inerentes a falta de condições objetivas, relatada pelas assistentes sociais, tais como: “(...) inadequação da infraestrutura, número de profissionais insuficientes, precarização do trabalho e natureza assistencialista dos próprios benefícios”.

Portanto, muitos profissionais demonstraram lançar mão do instrumental técnico-operativo, sem entender o conjunto das mediações necessárias para o atendimento das demandas, fazendo com que as respostas profissionais voltem-se para ação acrítica e compatível com a lógica da racionalidade burguesa.

Concluimos que a perspectiva “na prática a teoria é outra” é muito presente na compreensão das assistentes sociais, pois, segundo Santos (2010, p. 9):

Essa posição se ancora na afirmação de que a teoria não transmuta-se em prática e na crença de que o conhecimento teórico é uma das formas de conhecimento. O exercício profissional exige conhecimentos diferentes que extrapolam o conhecimento teórico.

Esse debate nos ilumina para a percepção dos equívocos teóricos por parte das profissionais por acreditarem que a teoria deveria converter-se em prática de forma imediata e vice versa, sem levar em consideração que o referencial teórico não se transforma de imediato em instrumentos e técnicas de intervenção. Essa posição reducionista é reflexo do contexto precário, ao qual estão inseridas, onde a profissional é submetida a todas as formas possíveis de precarização do trabalho, fazendo com que a mesma não tenha consciência da finalidade de sua ação, resultando em uma prática acrítica, que limita-se o profissional, pois o enquadra como profissional de caráter eminentemente técnico, eximido-o do aporte teórico necessário à intervenção profissional.

A realidade indica que a prática profissional no âmbito dos CRAS de João Pessoa-PB convive com expressões do conservadorismo, somadas a uma relação tradicional, conservadora de mando, como as relações clientelistas, que, como demonstrou a pesquisa, é muito presente na Proteção Básica da Política de Assistência no município de João Pessoa.

É lamentável perceber que a Política de Assistência Social e especificamente os CRAS de João Pessoa não cumprem sequer as prerrogativas do MDS, como atender a quem dele necessita como revelam as falas das próprias entrevistadas. Assim, os dados comprovam, que na verdade o CRAS não previne a ruptura de vínculos, pelo contrário, deixam “desprotegida” a parcela da população pobre que não está dentro dos critérios do MDS e também que a parcela de pobres que está dentro dos critérios de seletividade (do perfil), são inseridas a partir de relações clientelista que perpassam a execução dessa política, como expressa a assistente social: “muitas vezes atendemos pessoas que estão no perfil para receber os benefícios eventuais e a instituição não libera”.

Dentro dessa conjuntura complexa, é necessário lembrarmos que, além de todo esse quadro de condições objetivas, 100% desses profissionais estão submetidos a relações precarizadas, que os fazem se sentir negligenciados em seus direitos. Tudo isso ainda nos leva a refletir sobre como é possível a esses profissionais terem força e motivação para buscarem pelos direitos dos usuários, quando os seus próprios direitos profissionais estão sendo negados? E quando falamos em direitos negados referimo-nos a todos os sentidos: na relação contratual, salarial, condições de trabalho e assédio moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem investigativa traçada neste estudo centrou-se na análise das formas de expressão e reprodução do conservadorismo na prática profissional das assistentes sociais no espaço institucional dos CRAS do município de João Pessoa-PB. Verificou-se, portanto, se essa prática caracteriza-se por traços ou feição conservadora, ou crítico, frente às classes sociais. Para tanto, o estudo fundamentou-se em uma leitura crítica, inspirada no pensamento marxista, sendo este referencial a mediação que nos permitiu uma elaboração teórica das categorias pertinentes a este objeto e a análise dos dados da pesquisa.

Todo o esforço empreendido na realização desse trabalho partiu da compreensão da necessidade de empreender um debate sobre a reprodução do conservadorismo na prática profissional, com vistas a chamar a atenção da categoria profissional para a importância dessa temática - a prática profissional no âmbito da Proteção Básica da Política de Assistência Social, no município de João Pessoa. A motivação também se apoiou no fato de que este é um dos espaços mais precarizados, no que diz respeito a condições objetivas de trabalho, forma de contratação e concessão de benefícios. Sendo assim nossa intenção foi explicitar as tendências conservadoras presentes no equipamento social, a fim de tentarmos apreender os aspectos que denotam essas dimensões no exercício profissional das assistentes sociais dos CRAS.

A hipótese orientadora do estudo foi a de que na conjuntura brasileira, a assistência social configura-se como uma das mais relevantes políticas sociais públicas do país, compondo o tripé da seguridade social, ainda que sua implementação tenha se dado historicamente no patamar de relações políticas que reproduz fortes traços da herança conservadora da formação econômica do País.

Assim, ainda que assentada teoricamente em princípios democráticos, há posturas e relações conservadoras na política de assistência social, as quais assumem características operacionais pautadas em mecanismos de intervenção, que acabam por reproduzir traços conservadores que, por sua

vez, atendem a interesses de segmentos da classe dominante. Desse modo a política de assistência social reproduz relações de controle social, na medida em que se materializa como programas compensatórios de “combate à pobreza” (na verdade de controle da pobreza), assumindo um caráter seletivo e fragmentado, que se limita a minimizar os níveis de empobrecimento, cujo objetivo efetivo é conter os conflitos de classes e, por conseguinte, assegurar a reprodução do capital.

Diante desse entendimento, despertamos para a curiosidade científico-investigativa de conhecer as características da prática profissional dos assistentes sociais dentro da política de assistência social, buscando investigar como o conservadorismo presente nessa política impacta o exercício profissional.

A metodologia de aproximação empírica do objeto foi a entrevista direta com os sujeitos, orientada por um roteiro semi-estruturado, que orientou a realização da pesquisa, cuja amostra analisada foi de 60% das assistentes sociais, que trabalham nos CRAS de João Pessoa.

Esse levantamento de dados empíricos nos possibilitou evidenciar aspectos importantes do exercício profissional. A partir das nossas investigações e análises, pudemos concluir pela veracidade de nossa hipótese, considerando-se a existência de três tendências de conservadorismo presentes no exercício profissional das assistentes sociais atuantes nesse campo da prática profissional, quais sejam: **o profissional é inconscientemente cooptado pelo projeto institucional de natureza neoliberal; o profissional é cooptado de forma consciente, embora discordante das práticas conservadoras presentes no institucional; o profissional adere conscientemente à perspectiva conservadora podendo optar livremente pela mudança de tendência.**

A cooptação inconsciente se refere à absorção do pensamento racionalista formal-abstrato, de forma involuntária, ou seja, sem que o profissional perceba, que está reproduzindo um pensamento conservador. Isso ocorre quando a instituição direciona suas ações orientando-as a partir de uma postura conservadora.

No que se refere à tendência de cooptação consciente, essa situação se dá, quando o profissional compreende as contradições presentes na prática da instituição e embora saiba que ela conduz suas ações profissionais para um direcionamento conservador, continua reproduzindo uma tendência conservadora, em virtude das suas necessidades objetivas de sobrevivência. Isso ocorre, sobretudo, porque necessitando do emprego para a manutenção de sua vida e, conseqüentemente, por medo de perdê-lo, ele não se contrapõe as práticas institucionais. Associado a isso, temos também o agravante da insuficiência de conhecimentos teórico-metodológica, que impede o assistente social de formular respostas estratégicas, que rompam com o ranço conservador.

E por último, porém não menos importante temos a opção conscientemente e livre pela mudança de tendência. São profissionais que guardaram da graduação um leque de referenciais teóricos pautados no paradigma crítico, logo, tiveram uma formação referenciada pelas Diretrizes Curriculares de perspectiva crítica do Serviço Social, todavia optaram consciente e livremente por pautar sua prática na perspectiva conservadora. Logo observem conscientemente a racionalidade burguesa, por identificação com esse pensamento.

Partindo desse quadro, os dados da pesquisa nos levaram a concluir que a tendência hegemônica que rege a prática profissional, nos espaços dos CRAS de João Pessoa é a cooptação consciente do profissional a uma prática de traços conservadores, tendo em vista que a maioria das entrevistadas reconhece os traços conservadores presentes na prática institucional, a situação de precarização à qual a prática do Serviço Social está submetida nesse espaço, inclusive, mostrando-se críticas a essas posturas institucionais e aos limites da eficiência dos benefícios, os quais, não retiram, de fato, os usuários das situações de empobrecimento, além de mostrarem-se insatisfeitas pela falta de condições objetivas de trabalho. No pese a consciência desse quadro, esses profissionais não conseguem se contrapor a essas situações, em decorrência dos vínculos precário de trabalho a que estão submetidos, podendo serem demitidas a qualquer momento, caso expressem críticas ao direcionamento da instituição. E por não possuírem vínculos permanentes, nos

casos de demissão, saem sem qualquer direito trabalhista assegurado. Ademais, sofrem pressões políticas, tendo em vista que a maioria das formas de contratação dá-se via indicação política, o que impossibilita os profissionais de fazer qualquer movimento reivindicatório ou de contestação.

Identificamos ainda, que a falta de condições objetivas e as pressões institucionais obstaculizam a materialização de uma prática profissional orientada na direção de efetivação dos princípios e diretrizes do Projeto Ético Político do Serviço Social. Tudo isso tem se devido à obrigatoriedade de atenderem a critérios de planejamento e eficácia, mediante o cumprimento de metas, dentro de uma lógica produtivista, que absorve o profissional, por meio de uma rotina sobrecarregante de trabalho, que não permite uma prática crítica. De forma contrária, os profissionais são, permanentemente, pressionados a atenderem as requisições institucionais, sem que lhe sejam oferecidas condições de trabalho.

Outro elemento importante que fortalece essa postura conservadora é a insuficiência de apropriação de conteúdo teórico-metodológico, por partes dos profissionais, uma vez que verificamos conhecimentos frágeis e argumentações inconsistentes a respeito do Projeto Ético-Político da Profissão, embora 93% das assistentes sociais tenham concordado com o seu direcionamento.

Diante dessa fragilidade no que consiste a instrumentalidade teórica e metodológica, concluímos também que as dificuldades profissionais para construir um discurso qualificados capaz de se contrapor a instituição, assim como, estratégias de resistência que fortaleçam as lutas sociais da classe trabalhadora devem-se, fundamentalmente, a essa falta de apropriação teórica, tendo em vista que embora reconheçam sua importância, também reconhecem ou demonstram que saíram da graduação sem domínio desse conteúdo (lembrando que a absoluta maioria tem cerca de 5 anos de conclusão da graduação, portanto dentro das diretrizes curriculares).

Logo, as condições objetivas postas à prática dos assistentes sociais, somado à insuficiência teórica dos profissionais, direcionam o seu papel social dentro dos marcos de uma feição conservadora, compreendemos outrossim

que a prática profissional não é resultante, apenas, da ação dos seus sujeitos. Ela resulta também de condições objetivas, inerentes ao contexto institucional.

Podemos afirmar, assim, que o exercício profissional das assistentes sociais dos CRAS assume uma feição conservadora, determinada por uma cooptação consciente dos profissionais, em decorrência da forte precarização e exploração do trabalho, das pressões político partidárias, da insuficiência de recursos materiais e das fragilidades teórico-metodológica das profissionais. Tudo isso resulta em ações de natureza conservadoras, orientadas pela instituição dentro dos parâmetros conservadores inerentes a política do Estado neoliberal.

A lógica institucional subordina a prática na perspectiva da racionalidade formal abstrata direcionando o exercício profissional na perspectiva da reprodução do conservadorismo, que cria respostas profissionais imediatizadas, fragmentadas e heterogêneas, frente às quais a prática profissional é reduzida ao “saber fazer” e ao cumprimento de normas postas pela instituição. Nesse espaço o assistente social converte-se num profissional tarefeiro, incumbido de cumprir metas e atender critérios padronizados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A instituição constrói uma ofensiva ideológica, de controle da prática desses profissionais, guiada para a realização de tarefas como: entrevistas, visitas, acompanhamentos de grupos etc., não sendo permitido, no entanto, ao profissional que este imprima uma perspectiva crítica no âmbito de execução dessas atividades, tendo em vista que os procedimentos burocráticos estabelecem um roteiro rígido para a atuação profissional.

Nesses parâmetros o emprego transformou-se num mecanismo de coerção, a partir dos quais as assistentes sociais sentem-se oprimidas e tolhidas em sua autonomia para materializar uma prática de orientação crítica.

Diante do exposto também concluímos que se faz necessário à entidades organizativas políticas, no espaço do Serviço Social, investir esforços nas lutas coletivas em defesa das condições políticas e materiais dessas trabalhadoras do SUAS, as quais são aviltadas em seus direitos e cuja vontade política não é suficiente para romper com a perspectiva conservadora da

prática profissional nos CRAS de João Pessoa. Esse esforço consistiria na luta e no debate crítico, assim como esforços acadêmicos para proporcionar maiores e melhores possibilidades de aprimoramento intelectual dessas assistentes sociais, para que a mesmas tenham condições de formular respostas profissionais qualificadas e críticas no exercício prático.

O enfrentamento das contradições postas na realidade supõe uma instrumentalidade teórico-metodológico, capaz de orientar a percepção do real, o que exige uma qualificação continuada. De acordo com GUERRA (2014), esse “(...) é o fio condutor por onde passam as teorias (...)” e que consequentemente não caiam no discurso da racionalidade instrumental, que preveniria contra o discurso da separação entre teoria e prática, como majoritariamente concebe os profissionais.

Por fim é importante ressaltar que, essa pesquisa, embora aponte grandes desafios no que se refere à prática profissional das assistentes sociais nos CRAS de João Pessoa, também nos deu indicações muito positivas, de que ainda desenvolvendo uma prática conservadora, as assistentes sociais reconhecem, mostram-se insatisfeitas e procuram justificar as razões que as levam a essa postura. Tudo isso nos indica que resta esperanças, pois, o pensamento dos profissionais não foi completamente absorvido pela racionalidade burguesa e que ainda alimentam o desejo de imprimir o direcionamento crítico a sua prática, mesmo que exista a hegemonia de uma prática conservadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social: fundamentos e história/Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti-2ed- São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. A política social no capitalismo contemporâneo: um balance crítico-bibliográfico. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

COELHO, Marilene. Imediaticidade na Prática do Assistente Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. Rio de Janeiro: Paz Terra, 2010.

COUTO, Rojas Berenice; YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, S, Maria Ozanira; RAICHELIS, Raquel. O sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento. São Paulo. Cortez, 2010.

DEMO, Pedro. *Assistência social e pobreza estrutural*. Brasília, 1991 (mimeo).

ESCORSIM Netto, Leila. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. Saber Profissional e poder institucional. 10ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FONSECA, Claudia. Uma genealogia do “gênero”. *Revista de Antropologia*. Recife, v. 1, n.2, [1995]. (Série Família e Gênero).

FORTI, Valéria; MARCONSIN, Cleier; FORTI, Lorena. Direitos Humanos e Serviço Social: Debater é preciso. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GOMES, Claudia. Em busca do consenso: radicalidade democrática e afirmação de direitos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

HARVEY, David. Condição Pós- moderna. São Paulo: Loyola, 1998.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

HOBBS, E. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

[HTTP://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicações/pnpm_compacta.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicações/pnpm_compacta.pdf). Acesso em 14 nov. 2014

[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 14 nov. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos, 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 25ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014

IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/Raúl de Carvalho. 40ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JAMERSON, Fredric. Pós- modernidade e sociedade de consumo. São Paulo: New Left Review, 1991.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1990.

KIEHL, Maria. Ação social em São Paulo em 1940. São Paulo: Cortez, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** supervisão editorial, Leandro Konder; Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo : Boitempo, 1984.

MELO, Hildete Pereira. Gênero e Pobreza no Brasil: relatório final do Projeto de Governabilidade Democrática de Gênero en America Latina y El Caribe. Brasília: Cepal, SPM, 2005.

MINAYO, Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes. 33. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS); CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). *Resolução n. 145 de outubro, de 2004.* Política Nacional de Assistência Social- PNAS. Brasília, 2004.

MONTAÑO, Carlos. A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete(Org). O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA DA ASSISTENCIA SOCIAL- NOB; SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL – SUAS. **Resolução nº. 130, de julho de 2005.** Brasília: MDS/CNAS, 2005.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA DA ASSISTENCIA SOCIAL- NOB-RH/SUAS;; SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL – SUAS. **Resolução nº. 269, de Dezembro de 2006.** Brasília: MDS/CNAS, 2005.

PETRAS, James. Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: FURB, 1999. (Col. Sociedade e Ambiente, n.3).

PEREIRA, Potyara, A. Política Social: temas e questões. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Casa civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, artigo 203.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2005.

SANTOS, Josiane Soares.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: _____. O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2009. Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2007.

TOCQUEVILLE, A. de. O Antigo Regime e a Revolução. Terceira ed. São Paulo: Hucitec, 1989. Tradução de Yvonne Jean.

APENDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

N.º _____

Parte I - Identificação do (a) Assistente Social que Atua nos CRAS de João Pessoa-PB.

1-Sexo/Gênero: () feminino () masculino

2- Etnia: () branca () parda () negra () amarela () indígena

3- Idade: () 18 aos 21 anos () 22 aos 25 anos () 26 aos 30 anos () 31 aos 35 anos () 36 aos 40 anos () 41 aos 45 anos () 46 aos 50 anos () 51 aos 55 anos () acima dos 55 anos

4- Estado civil: () solteiro/a () casado/a () união estável () separado/a () divorciado/a () viúvo/a

5- Possui filhos? () não () sim

- **Se afirmativo, quantos?** () 01 () 02 () 03 () 04 () 05 () mais de 05 filhos

6- Ano de Formação: () antes de 1980 () entre 1980 a 1985 () entre 1986 a 1990 () entre 1991 a 1995 () entre 1996 a 2000 () entre 2001 a 2005 () entre 2006 a 2012 () em 2013

7- Tem outra formação superior: () não () sim

-Se afirmativo, qual? _____

8- Grau de Escolaridade: () graduação () pós graduação () residência () mestrado incompleto () mestrado completo () doutorado incompleto () doutorado completo () pós doutorado

9- Área de aprofundamento teórico de seu trabalho de conclusão de curso:

() Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social () Política Social

10- Tempo total de Atuação como Assistente Social (exercício profissional): () menos de 06 meses () de 06 a 1 ano () de 1 ½ a 5 anos () de 5 ½ a 10 anos () de 10 ½ a 15 anos () mais de 15 anos

11. Além da saúde, em que serviços/ setores de Políticas Sociais você já atuou como Assistente Social?

() nenhum

() assistência social () previdência social () educação () habitação () judiciário () criança e adolescente () prisional/ penitenciária () ONG/

Terceiro Setor () Políticas para Mulheres ou Delegacia da Mulher ()
 população indígena () setor agrário () movimentos sociais () empresa
 () sindicatos/ Conselhos () idosos () atendimento às pessoas com
 necessidades especiais () outro: _____

12- Tempo de Trabalho no CRAS: () menos de 06 meses () de 06 a 1
 ano () de 1 ½ a 5 anos () de 5 ½ a 10 anos () de 10 ½ a 15 anos
 () mais de 15 anos

12.1- Setor/ serviço/ local de trabalho no CRAS?

12.2 – Forma de Ingresso:

13- Atualmente, trabalha em outro local, além do CRAS? () não () sim –
Se afirmativo onde?

14. A sua renda salarial compreende entre: () menos de 1 s.m () entre 1
 a 2 s.m () entre 2 ½ a 4 s.m () entre 4 ½ a 6 s.m () entre 6 ½ a 8 s.m ()
 entre 8 ½ s.m a 10 s.m () acima de 10 s.m.

14.1- Está satisfeito com faixa salarial? () sim () não

14.2- Se negativo, por quê?

Parte II – Questões Relacionadas ao Objeto de Estudo

1- Você acha que a proposta do Projeto Ético - Político Profissional do Serviço Social é viável? () sim () não

1.1- Explique porquê?

2- Quais as atividades mais demandadas para o Serviço Social?

3- De que forma se dá o atendimento das demandas postas ao Serviço Social?

4 Os CRAS oferecem condições de trabalho suficientes para o atendimento as demandas?

5 Quais os principais desafios para os profissionais de Serviço Social na relação com o usuário?

6. Existe pressão política para priorizar determinados segmentos ou famílias?

() Sim () Não

6.1- Se sim, em que períodos essa pressão acontece ?

7- A população utiliza do tráfico de influência como forma de acessar os serviços?

() Sim () Não

7.1- Se sim, de quais poderes vem essa influência:

() Executivo () Legislativo () Judiciário

8- As exigências institucionais postas ao Serviço Social para prestação dos serviços entra em choque com os princípios e diretrizes da profissão?

() Sim () Não

8.1 Porquê?

9. Quais as contribuições dos conteúdos apreendidos no período da formação acadêmica para o exercício profissional?

10. Você acha que o processo de formação apresenta conteúdos que não tem utilidade para a prática profissional?

() Sim () Não

10.1 Porquê?

11. Que conteúdos apreendidos na graduação lhe foram mais úteis para o exercício profissional?

12. Quais os autores do Serviço Social que você tem lido durante os dois últimos anos?

13. Você tem participado de conferências, seminários e congressos?

() sim () Não

14. Como se dá a relação entre os gestores e os técnicos?

15. Você identifica algum traço conservador na política de assistência social?

() Sim () Não

15.1 Explique:

16. Quais os principais desafios postos à prática do serviço Social no campo dos CRAS?

7. Quais as principais contribuições do Serviço Social na promoção, acesso e efetivação aos direitos no âmbito dos CRAS?

ANEXOS